



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 842

Segunda-feira - 10 de Outubro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta.....	3
Biguaçu .....	3
Braço do Trombudo .....	4
Caçador.....	16
Campo Alegre .....	37
Canoinhas.....	37
Capinzal .....	38
Catanduvas.....	38
Chapadão do Lageado .....	39
Concórdia .....	39
Coronel Martins.....	40
Corupá .....	44
Forquilha.....	51
Fraiburgo.....	52
Gaspar .....	58
Herval do Oeste .....	58
Imbituba .....	59
Irineópolis .....	67
Itapoá .....	69
Joaçaba.....	70
Lages .....	79
Lauro Muller .....	80
Lindóia do Sul .....	80
Luzerna .....	82
Massaranduba.....	84
Monte Carlo .....	85
Navegantes.....	100
Nova Trento.....	100
Novo Horizonte .....	105
Paial.....	105
Passo de Torres.....	106
Pinheiro Preto .....	134
Rio do Sul.....	134
São Pedro de Alcântara.....	137
Schroeder.....	138
Timbó.....	148
Tunápolis.....	149
Vargeão.....	149
Videira.....	149
Vitor Meireles.....	159

### Consórcios

CIGA .....	160
CINCO.....	160

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato N°. 73/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 73/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Espaço Engenharia e Arquitetura Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 56/2011 - Tomada de Preço nº. 6/2011

OBJETO : Construção da primeira etapa da Escola Municipal em Três Pinheiros interior do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 395.000,71 (trezentos e noventa e cinco mil reais e setenta e um centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 06 meses.

DATA : 06.10.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Cristiane Ramos Arruda pela contratada.

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Contrato Administrativo N.º 100/2011

Extrato de Contrato 100/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e RAUL OHLWEILER & CIA LTDA - ME

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a compra de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, material de limpeza e gêneros alimentícios utilizados nas Escolas Municipais, Terminal Rodoviário, Casa da Memória e Cultura, Garagem Municipal de Máquinas, Conselho Tutelar, Cras e Centro Administrativo Municipal.

Valor Total R\$1058,40 ( Um mil e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 100/2011

Alto Bela Vista (SC), em 05 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito Municipal

RAUL OHLWEILER & CIA LTDA - ME

Contratado

### **Contrato Administrativo N.º 101/2011**

Extrato de Contrato 101/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda.

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a compra de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, material de limpeza e gêneros alimentícios utilizados nas Escolas Municipais, Terminal Rodoviário, Casa da Memória e Cultura, Garagem Municipal de Máquinas, Conselho Tutelar, Cras e Centro Administrativo Municipal.

Valor Total R\$ 991,80 ( Novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 101/2011

Alto Bela Vista (SC), em 05 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA.

Contratado

### **Contrato Administrativo N.º 97/2011**

Extrato de Contrato 97/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e DIMO CONSTRUÇÕES LTDA  
Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA A EXECUÇÃO, DE FORMA INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JACOB EMILIO CARLOS SCHONELL DE LINHA ARARAQUARA.

Valor Total R\$ 39.799,35 (trinta e cinco mil e setecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 97/2011

Alto Bela Vista (SC), em 05 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

DIMO CONSTRUÇÕES LTDA

Contratado

### **Contrato Administrativo N.º 98/2011**

Extrato de Contrato 98/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Ernani Bervian & Cia. Ltda. - ME

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a compra de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, material de limpeza e gêneros alimentícios utilizados nas Escolas Municipais, Terminal Rodoviário, Casa da Memória e Cultura, Garagem Municipal de Máquinas, Conselho Tutelar, Cras e Centro Administrativo Municipal.

Valor Total R\$ 2045,05 (Dois mil e quarenta e cinco reais e cinco centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 98/2011

Alto Bela Vista (SC), em 05 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

ERNANI BERVIAN & CIA. LTDA. - ME

Contratado

### **Contrato Administrativo N.º 99/2011**

Extrato de Contrato 99/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Carlos Roberto Horn - ME  
Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a compra de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, material de limpeza e gêneros alimentícios utilizados nas Escolas Municipais, Terminal Rodoviário, Casa da Memória e Cultura, Garagem Municipal de Máquinas, Conselho Tutelar, Cras e Centro Administrativo Municipal.

Valor Total R\$ 1570,00 ( Um mil quinhentos e setenta reais)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 05 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 99/2011

Alto Bela Vista (SC), em 05 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO HORN - ME

Contratado

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

### **Portaria Nº 397/2011**

PORTARIA Nº 397/2011

Prorroga Contratação temporaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ALESSANDRA BASEI SILVEIRA, no Cargo de PROFESSOR III - 20H, a partir de 06 de Outubro a 16 de Dezembro de 2011, em substituição a Professor de Licença premio.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 06 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 06 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **2º Aviso de Licitação Nº 002/2011** **2º AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital de Licitação: nº. 002/2011; Modalidade: Pregão Presencial: 002/2011 - Registro de Preço; Tipo: Maior Percentual de Desconto; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa Agenciadora de Viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos, conforme edital e seus anexos; Abertura: dia 25/10/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no email: administração@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 07 de Outubro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## **Arroio Trinta**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 176, de 03/10/2011.**

PORTARIA Nº 176, de 03/10/2011.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona, em Decorrência da Lei Complementar nº 1155/2005, e dá outras providências.

JOÃO LEISMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial a Lei Complementar nº 1.155/2005, denominada Plano de Cargos e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal de Arroio Trinta,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - A Servidora municipal FERNANDA CONSONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA I (MAGISTÉRIO), por ter concluído curso de graduação plena em Pedagogia, passa a ocupar o cargo de PROFESSOR I (GRADUADO), Nível 1-A, do quadro de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Educação, por 20:00 (vinte horas) semanais, conforme Lei Complementar nº 1155/2005, a partir de 03 de outubro de 2011.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de outubro de 2011.  
JOÃO LEISMANN  
Prefeito Municipal em Exercício

## **Biguaçu**

### **PREFEITURA**

#### **Pregão Presencial 24/2011-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 24/2011-FMAS

OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviços de higienização, limpeza de fossa, limpeza de caixa de gordura, controle de pragas (desinsetização e desratização), desentupimento de vasos e limpeza de canos.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS Até às 13:30 horas, do dia 24 de outubro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 24 de outubro de 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 06 de outubro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço 5/2011 FMS

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

<b>Número do Registro de Preços: 5/2011      Data do Registro: 28/09/2011      Válido até: 28/09/2012</b> <b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acionador de torneira a pedal modelo tipo universal. (1899)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	biovision	0	80,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	90,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	CRISTOFOLI	0	102,7700	3
2	Acionador de torneira a pedal tipo balcão. (1898)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	129,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SOLUCENTER	0	130,0000	2
3	Ambú reanimador de silicone transparente adulto com máscara de silicone e reservatório de o2 e extensor e autoclavável (1750)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
4	Ambú reanimador de silicone transparente infantil com máscara de silicone e reservatório de o2 e extensor e autoclavável (1751)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
5	Andador ortopédico - Características: Resistência: até 130 kg;Tamanho único: usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Sete níveis de regulagem de altura, através de pinos de fácil ajuste;Peça plástica interna para reduzir ruído;Fabricado em alumínio anodizado espelhado, que não riscas e não perde o brilho;Composição:Corpo: alumínio;Barras centrais: aço;Ponteira: borracha. (2601)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	82,5000	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ORTOMETAL	0	83,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	QUEIROZ	0	93,4200	3
6	Armário vitrine de parede. (Porta com fechadura cilíndrica, fundo e teto em chapa de aço esmaltado, porta e laterais de vidro cristal de 3mm, com 2 prateleiras de vidro fantasia de 4mm . Dimensões: 0,50m comp. x 0,30m prof. x 0,65m de altura). (1756)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCER	0	420,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	LM MOVEIS	0	428,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	429,0000	3
8	Banqueta giratória com regulagem de altura - feito em aço carbono, revestido em courovin; possui regulagem de altura; sobre rodas; altura mínima: 51 cm; altura máxima: 62,8 cm; Peso máximo suportado: 135Kg; Azul claro; (2578)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	81,6700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M.	0	120,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	RENOVAR	0	139,0000	3
9	Barra paralela, em tubos em ferro/aço pintados, corrimão pintado após tratamento anti-ferruginoso, com duas barras verticais de cada lado, duas barras horizontais com regulagem de altura e largura, 2 mts de comprimento, plataforma de madeira revestida em piso antiderrapante, dimensões de: 2,00 x 0,80 (C x L), corrimão máxima: 0,90 m e corrimão altura mínima 0,52m, largura máxima corrimão: 0,60 e largura mínim corrimão: 039m, registro no ministério da Saúde. (2555)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	775,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	205,8700	3
70	Óculos anti-laser que acompanha o aparelho laser (2594)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	473,5300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	556,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	574,4200	3
71	Régua antropométrica infantil de madeira com cursores em inox 01 metro. (1758)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	INDAIA	0	28,1800	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	TAYLOR	0	33,5700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INDAIA	0	33,9000	3
72	Rolo Bobath grande, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin, Azul claro; (2582)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	197,0900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	231,6000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	239,0800	3
73	Rolo Bobath médio, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2583)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	159,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	187,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5200	3
74	Rolo Bobath pequeno, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2584)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	109,5000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	110,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	129,9500	3
75	Step madeira, cor marfim, medindo no mínimo 85x15x45cm (2553)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	123,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FISIOMED	0	193,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	469,7600	3
76	Tabua de atividade de vida diária (2570)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	300,5700	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	343,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	353,2000	3
77	Tábua proprioceptiva bailarina, Superfície com uma camada emborrachada (ravenna) colada; Certificação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Peso limite: 120 Kg (2563)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,2900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	107,0800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	112,3400	3
78	Tatame de encaixe 10 mm, Três camadas de E.V.A; Peças de 1m x 1m; Cor: Azul;Altura: 10mm (2586)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	48,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	48,2400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,1600	3
80	Tornozeleira, par de 0,500 kg com fecho em velcro ajustável (2545)	PAR	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	26,4600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	29,0900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1800	3
81	Tornozeleira, par de 1 kg com fecho em velcro ajustável (2546)	PAR	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	30,6100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	32,3600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	38,0200	3
82	Tornozeleira, par de 2 kg com fecho em velcro ajustável (2547)	PAR	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	33,2600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	36,6900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,1100	3
83	Tornozeleira, par de 3 kg com fecho em velcro ajustável (2548)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,2400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	51,4000	3
84	Travesseiro clínico, Travesseiro revestido em courvin; Estrutura ergonômica (2571)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	44,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,3700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	54,0600	3
85	Trena antropométrica (1759)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	10,4200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	WILSON	0	23,5600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SANNY	0	38,7100	3
86	ULTRASSOM FISIOTERAPÊUTICO - Descrição Aparelho destinado a terapia por ultra-som com frequência de 1 e 3 MHz no mesmo transdutor. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática, ACD: Auto Check Device, um exclusivo sistema que verifica se a emissão ultra-sônica está funcionando perfeitamente, Entrada para terapia combinada para associar Ultra-som c/ correntes, Comunicação com computadores, Display LCD Blueilgh, Sistema de programação otimizada, 77 Memórias de tratamento (fábrica e regraváveis), Transdutor com cristal especial 1 e 3 MHz, 02 frequências de repetição de pulso (16 e 100 Hz), operação em modo contínuo e 06 tipos de pulsados, Sensor de temperatura evitando aquecimento. Acessórios Inclui Cabo de força, Transdutor aplicador, Tubo de gel ultra-som, Cabo terapia combinada, Medidor de água (seringa) Materiais Auxiliares - Manual de operação e instruções - Certificado de garantia (18 meses) - Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 4,0 kg - PESO APROXIMADO (EMBALADO): 5,0 kg (2588)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	1.342,8800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011****Número do Registro de Preços: 5/2011****Data do Registro: 28/09/2011****Válido até: 28/09/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	HTM	0	2.000,0000	2

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Setembro de 2011.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.060,0700	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	1.073,0000	3
10	Bastões coloridos, jogo com 5 unidades acompanha suporte para posicionar os bastões na parede. Registro na Anvisa. (2561)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,6800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	183,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	191,1500	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	INDAIA	0	15,9900	1
11	Bengala tipo T- Ponteira de borracha na base; madeira mogno (2600)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	18,4000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	33,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	17,0600	1
12	Bola de massagem, cor amarela, tamanho 8 cm, composição picloreto de vinila. (2544)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	3,3300	1
13	Bola exercitadora mãos e dedos, modelo coração. (2567)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	3,9100	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	4,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	76,7300	1
14	Bola feijão, 40 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Formato em rolo, Comprimento(cheia): 90cm - Diâmetro: 40cm; Suporta até 300 kg. (2569)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	112,6400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	103,9500	1
15	Bola feijão, 50 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Comprimento(cheia): 95cm - Diâmetro: 50cm; Formato em rolo, Suporta até 300 kg. (2568)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	137,8400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1000	1
16	Bola terapêuta 30 cm de circunferência (2536)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	2
17	Bola terapêuta 45 cm de circunferência (2537)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	40,6400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	41,9500	3
18	Bola terapêuta 55 cm de circunferência (2538)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	58,6800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	61,7600	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Bola terapêuta 65 cm de circunferência (2539)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	69,5500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	68,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	69,1900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	81,3000	3
20	Bola terapêuta 75 cm de circunferência (2540)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	79,5600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,8300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	94,9500	3
21	Bola terapêuta 85 cm de circunferência (2541)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	100,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	114,4400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	118,9000	3
23	Bomba manual, Corrente contínua: a bomba infla tanto no movimento de subida quando no movimento de descida, reduzindo pela metade o tempo para enchimento; É possível selecionar a opção Inflar ou Desinflar facilmente, trocando o lado de encaixe da mangueira na bomba; Possui 4 bicos de fácil encaixe, e 5 diferentes tamanhos e formatos; Possui base com encaixe para os pés, o que permite que a bomba fique "fixa" no chão, facilitando o seu uso; Feita em plástico leve, resistente e não corrosivo; Mangueira sanfonada e muito resistente, de fácil armazenagem. (2557)	UND					
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	87,8900	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	95,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	DYNA	0	9,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,7400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	14,0000	3
24	Caixa para esterilização inox 42x28x12cm (1765)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	260,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FAVA	0	264,0000	2
25	Caneta padrão que acompanha o aparelho LASER 904nm 75nM 75W (2592)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.659,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.950,2100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	2.013,1200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	CARDIOVERSOR MONOFÁSICO, Portátil, em caixa de material sintético de alto impacto com alça de transporte e Suportes para fixar as pás, composto de Monitor e Desfibrilador em uma única unidade. Saída para registro através de Eletrocardiógrafo, alimentação em rede elétrica de 90/230 volts com chaveamento automático, entrada para fonte externa de 12 volts para uso em ambulâncias e bateria interna recarregável. MONITOR CARDÍACO, de 01 canal, 07 derivações, indicação da Frequência Cardíaca digital de 0 a 300 BPM, alarme de bradi e taquicardia com ajuste digital, alarme de eletrodo solto, pré-amplificador flutuante, proteção contra descarga de Desfibrilador, sinal sonoro da onda "R", monitoração de ECG através do cabo paciente ou através das próprias pás do Desfibrilador. Teclado de membrana sensível ao toque. Com imagem congelada, tela de cristal líquido luminosa com 5 polegadas. DESFIBRILADOR, Tecla Liga/Desliga de sincronismo com monitor para cardioversão, indicação luminosa da onda "R". Teclado de membrana com indicação visual para seleção de energia e funções. Possibilidade de uso de pás internas e externas adulto e infantil, seleção automática das escalas de energia de acordo com a pá utilizada (adulto/infantil externo e adulto/infantil interno). Escalas para seleção de carga, de 01, 02, 05, 10, 20, 30, 40 e 50 Joules para desfibrilação interna adulto, interna e externa infantil. De 10, 20, 40, 80, 160, 240, 300 e 360 Joules para desfibrilação externa adulto. Tempo de carga de 9 a 15 segundos dependendo da carga selecionada (norma IEC 601.2) Circuito anula carga automático que cancela a energia selecionada após 45 segundos ou manual através de tecla no painel. Teste das pás diretamente no equipamento, com lâmpada néon para indicação do disparo. Bateria interna recarregável com capacidade para ate 40 disparos ou 2 horas de monitoração, quando em plena carga. OXÍMETRO DE PULSO, para monitoração da Saturação de Oxigênio (SpO <sub>2</sub> ), com indicação digital através da tela do monitor. Faixa de medida de 0 a 100%, resolução de 1% e precisão de ± 2% nas medidas de 70 a 100% e ± 3% nas medidas de 60 a 69%, ajuste de alarmes alto e baixo selecionáveis. Acessórios Standard: 01 Cabo de força tripolar, 01 Cabo paciente 05 vias, 01 Jogo de Pás externas adulto, 02 Fusíveis 2A/250v, 02 Fusível 1A/250v com retardo, 05 Eletrodos, 01 Oxisensor universal tipo Clip e 01 Manual de Instruções.O equipamento deverá possuir Registro na ANVISA. (2616)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CMOS DRAKE	0	8.700,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	Ecafix	0	8.775,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TEB	0	11.333,3300	3
27	Cavalinho, Fabricado em vinil de alta densidade com pintura (2572)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,8300	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	LIDER	0	190,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	192,5100	3
28	Colchonete médio, Possui sua estrutura em espuma e courvin náutico sintético; Densidade da espuma: 26, Azul claro; (2565)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ZEDAMED	0	139,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	154,8100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	181,9140	3
29	Compressor, pressão máxima de trabalho 5-8 bar(72,5-116lbs/pol), deslocamento teórico (fluxo de ar) 304 litros/min.(10,73 pés cúbicos/min), velocidade de 1.750 RPM, estágio (número de pistões) 4, capacidade do reservatório de ar 60 litros, nível ruído 54 db, dimensões 71x42,5x73, voltagem 220 v, isento de óleo. (1895)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	CRISTOFOLI	0	2.250,9000	1
30	Conjunto de banquetas para RPG - Banqueta com corvin resistente e pernas em metal. Registro na Anvisa, garantia: 3 anos , Tamanhos GRANDE: C = 57 cm L = 34 cm A = 31,4 cm P = 3,700 KG 2) MÉDIA C = 46,9 cm, L = 33,9 cm, A = 24,8 cm, P = 3,100 KG, 3) PEQUENA C = 37 cm L = 34 cm, A = 17,8 cm, P = 2,400 KG, Azul claro. (2560)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	168,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Cuba redonda inox 09x05cm 250ml (1764)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	197,2100	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	7,4200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FAMI	0	7,8100	2
32	Cuba retangular inox 30x16x8cm com tampa (1763)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	8,7500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	33,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAMITA	0	80,4100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	91,5000	3
33	Cunha para posicionamento grande, Possui sua estrutura em espuma e courvin; Peso máximo suportado: 135 kg, Azul claro; (2581)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	106,1600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	124,7400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	129,9000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MEDPEJ	0	246,1000	1
35	Disco inflável 35 cm Superfície coberta por cravos emborrachados e pontiagudos medindo 0,3mm. (2564)	UND	HOSPLIFE COM. DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (6594)	MEDPEJ-DF4001	0	280,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	MEDPEJ	0	280,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MEDPEJ	0	302,8000	4
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	63,0000	1
36	Divã adulto para exames clínicos com cabeceira reclinável e suporte para papel lençol. (Próprio para exames, armação tubular, esmaltado, leito acolchoado em espuma e napa, cabeceira reclinável. Acompanha suporte para lençol de papel descartável de 50cm. Dimensões: 180cm comp. x 65cm larg. x 80cm altura.) (1754)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	75,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	113,9600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	265,2300	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	276,7500	2
37	Divã pediátrico. (Armação em tubos redondos esmaltados, leito acolchoado em espuma e napa. Dimensões: 150cm comp. x 50cm larg. x 90cm altura) (1755)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	299,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	152,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	190,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	236,5600	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/12

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	eletrodos adesivos para TENS, FES, CORRENTE RUSSA; tamanho 5x5cm, pacote com 4 unidades. (2595)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VALUTRODE	0	19,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	VALUTRODE	0	21,0000	2
39	Equipamento eletromédico para terapia por laser. Modos de emissão contínua e pulsada, memórias de tratamento. Características Técnicas - Gabinete Metálico com pintura eletrostática, 3 tipos de Laser: 904 - 830 e 658 nm com potências diversas, Dosimetria automática com opção FREE, Time-OFF: Tempo de religamento automático, Check Laser para verificação de emissão Laser, Caneta emissora com botão de disparo, Detector toposcópio com sinal visual e sonoro, Frequência especial para Laseracupuntura (Nogier), comunicação com computadores, Display LCD Bluelight, Memórias de tratamento, Trava de segurança com chave, Alimentação 127/220V. Acessórios inclusos; Cabo de força; Materiais Auxiliares; - Manual de operação e instruções; - Certificado de garantia (18 meses); - Controle de qualidade; - Certificado de calibração; PESO APROXIMADO; (GABINETE): 2,9 kg; PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,5 kg (2602)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.066,0200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.252,7100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	1.293,1200	3
40	Escada para reabilitação com rampa escada de canto com rampa adulto e infantil, com regulagem de altura e corrimão. Com adaptação para direita, esquerda e longitudinal; Ajuste das barras (3 níveis) para utilização infantil; Certificação da Anvisa, Comprimento quando montado em reta: 3,17cm; Comprimento quando montado em L: 2,42 X 1,57cm; Altura corrimão infantil (max.): 0,67m; Altura corrimão infantil (min.): 0,57m; Altura corrimão adulto: 0,90m; Peso máximo suportado: 135 kg; Degraus com altura de 100mm; Madeira: Sarrafeado de eucalipto. (2556)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.067,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.254,4900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	1.294,3600	3
41	Escadinha com 02 (dois) degraus, armação em tubos redondos esmaltada, degraus revestidos com antiderrapante, pés com ponteira de borracha. (1753)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCER	0	50,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MACHE	0	51,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	52,5000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M	0	55,0000	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	55,9100	5
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	58,0000	6
42	Espaguete para hidroterapia (2573)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	9,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	9,6100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,3900	3
43	Espaldar/Barra de Ling, O equipamento deve ser fixo na parede, conforme o manual que acompanha o produto; Certificação da Anvisa, Distância entre parede e espaldar: 13,5 cm Distância entre os bastões: 19cm Peso suportado: 135 Kg (2559)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	302,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	303,8600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	355,6000	3
44	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor branca extra suave. (2562)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	21,9200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	23,7000	3
45	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor azul extra forte. (2614)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	30,6800	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	31,3400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	36,0400	3
46	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor vermelho médio. (2611)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	14,5100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,0300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	29,7800	3
47	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor cinza super forte (2613)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	27,9300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	42,6800	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	MERCUR	0	48,0000	3
48	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor verde forte. (2612)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	18,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	31,5400	3
49	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor amarelo suave. (2610)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,7700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	23,5800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	27,0000	3
50	Galão de gel com corante para aparelhos de ultassom fisiotherapeutico com 5kg (2597)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	DENTALTEC	0	12,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DENTAL TEC	0	16,1200	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MAXICOR	0	17,5500	3
51	Halter 0,500 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2549)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	6,7200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	7,9800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	8,5700	3
52	Halter 1 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2550)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	12,1900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Halter 2 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2551)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	14,4500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	17,4400	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	24,3800	1
54	Halter 3 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2552)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,8900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	32,5300	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	36,5700	1
55	Infravermelho com pedestal sem lâmpada para fisioterapia, fototerapia (1590) + lâmpada infra vermelho para fisioterapia, termoterapia, altura mínima 93 cm, altura máxima 148 cm. (2590)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	43,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VAGALUME	0	303,0000	1
56	INTERFERENCIAL/CORRENTE RUSSA - Descrição Aparelho microcontrolado de Corrente Interferencial e Corrente Russa indicados, respectivamente, para tratamento através de eletroanalgesia e eletroestimulação. Essas correntes operam em média frequência oferecendo maior profundidade muscular e conforto ao paciente. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática de tensão: 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática e cabo de força trifásico, Memórias de tratamento, Frequência de batimento fixa ou automática, Comunicação com computadores, Display LCD Bluelight, Sistema de programação otimizada, Modo de estimulação: tetrapolar, bipolar, vetorial automático e vetorial manual (Interferencial) e recíproca e sincronizada (Russa), Forma de onda senoidal ou quadrada, Controles: Rise, Decay, ON e OFF (Russa): variável de 02 a 40 segundos (passos de 2 segundos), 18 memórias com os principais tratamentos sendo: 9 para Interferencial e 9 para Russa. Acessórios Inclusos Cabo de força, Tubo de gel, Eletrodo cirúrgico - 4 und, Eletrodo normal 5 cm - 4 und, Eletrodo normal 3 cm - 4 und, Cabo de aplicação azul, Cabo de aplicação vermelho, Fusíveis 1A (Tipo 20AG com retardo) - 2 und, Materiais Auxiliares- Manual de operação e instruções- Certificado de garantia (18 meses) Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 3,3 kg PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,3 kg" (2591)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	304,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INFRALUX	0	496,3300	3
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	KLD	0	2.480,0000	1
57	Jogo de calços para RPG, 12 unidades (2585)	JG	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INTERFERENCIAL	0	2.490,0000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	37,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	37,9000	2
58	Kit 3 bolas composição - borracha natural, polibutadieno e butílica, cores verdes, azuis, e vermelhas, resistência suave, média e forte. (2543)	KIT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,9000	3
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	29,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Maca/divã com cabeceira regulável, feita em aço carbono; revestida em ourvin, azul claro, cabeceira possui ângulo aproximado de 40º, peso máximo suportado: 135 Kg, Altura: 81 cm. (2576)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	232,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	L.M.	0	283,2000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	300,0000	3
61	Maca/divã tablado, revestido em courvin; Altura: 51 cm, azul claro, o produto é desmontável. (2575)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	509,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARCOS MOVEIS	0	598,4000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	645,5500	3
62	Meia bola cravo, Composto por material emborrachado com cravos espalhados na superfície. (2566)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	81,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	96,1200	2
63	Mesa auxiliar com 3 gabinetes e suporte para cabos, Feita em aço carbono; Bandejas em polietileno Vacuun Forming; Possui 3 gabinetes que suportam até 7Kg cada um; Possui suporte para cabos na bandeja superior; Pintura epóxi branca; Sobre rodinhas. (2580)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	270,9700	1
64	Mesa de Mayo Inox Instrumental (Armação tubular em aço inox, altura regulável por roseta) (1752)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	205,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RENOVAR	0	208,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	307,1000	3
65	Mesa Ginecológica. (Cabeceira reclinável, duas portas, quatro gavetas, em madeira revestida com fórmica, leito estofado, perneiras forradas. Medidas 1,83m x 0,53m x 0,80m). (1757)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MACHE	0	1.505,3800	1
67	Moldura para espelho de postura, medidas do espelho: 1650 x 510 mm. (2558)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	244,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	285,6500	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	376,0000	3
68	Muleta canadense articulada - Características: Resistência:Até 130 kg/par;Tamanho:Tamanho único (par): usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Quatro regulagens de altura na parte superior e dez regulagens de altura na parte inferior;Ajuste ao tamanho do braço;Apoio de braço em polipropileno;Ponteiras em borracha com peça metálica interna que reduz o desgaste e aumenta a durabilidade;Fabricada em alumínio anodizado espelhado, que não risca e não perde o brilho;Composição:Parte metálica: alumínio;Braçadeira: polipropileno; Ponteira: borracha.Revestimento do punho policloreto de vinila. (2599)	PAR	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	57,7000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MERCUR	0	57,8800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ALO	0	63,0800	3
69	Negatoscopio construído em chapa de aço, visor em chapa de acrílico leitoso de 3mm de espessura, prendedor de radiografia, fonte de luz de uma lampada fluorescente de 15w, em 220 volts medidas (m) 0,36, (larg0 0,47, (alt) 0,10 (prof). (2534)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NSPR	0	129,0300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LEVITA	0	185,0000	2

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.017

DECRETO nº 5.017, de 04 de outubro de 2011.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 715,00m<sup>2</sup> (setecentos e quinze metros quadrados), de propriedade de CONECT Informática Ltda, matriculado sob o nº 27.397, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado às Ruas Plínio Morgenstern e Generoso Padilha de Moraes, nesta cidade de Caçador-SC, ficando após o desmembramento constituído de duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - área "A" com 357,50m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a rua Generoso Padilha de Moraes, medindo 13,75m; ao Sul, com o Lote 05, da quadra "N", do Loteamento Dona Leonora de propriedade de Egon Kwitschal, medindo 13,75m; ao Leste, com a Rua Plínio Morgenstern, medindo 26,00m; e a Oeste, com a área "B", medindo 26,00m.

II - área "B" com 357,50m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Generoso Padilha Moraes, medindo 13,75m; ao Sul, com o Lote 05, da quadra "N", do Loteamento Dona Leonora, de propriedade de Egon Kwitschal, medindo 13,75m; ao Leste, com a área "A", medindo 26,00m; e a Oeste, com o Lote 04, da quadra "N", do Loteamento Dona Leonora, de propriedade de Luiz Carlos de Queiróz e com o Lote 02, da quadra "N", do Loteamento Dona Leonora, de propriedade de Juarez de Castro Nunes, medindo 26,00m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de outubro de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 5.018

DECRETO nº 5.018, de 04 de outubro de 2011.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições

legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 986,00m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e seis metros quadrados), de propriedade de Ademilde da Silva, Sabrina Bertotto e Delmina Bodanesi da Silva, matriculado sob o nº 27.840, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado às Ruas Orleans e Urussanga, nesta cidade de Caçador-SC, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 1 com 563,43m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e três metros e quarenta e três decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Orleans, medindo 31,00m; ao Sul, com o Lote 2, de Sabrina Bertotto, medindo 29,80m; ao Leste, com a Rua Urussanga, medindo 18,80m; e a Oeste, com Elcy Theresinha Vivan, medindo 18,80m.

II - Lote 2 com 422,57m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e dois metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com o Lote 1, medindo 29,80m; ao Sul, com Deair Lemos da Silva e Alvin Engelberto Stuber, medindo 27,00m; ao Leste, com a Rua Urussanga, medindo 15,20m; e a Oeste, com Elcy Theresinha Vivan, medindo 15,20m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de outubro de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 21.065

PORTARIA nº 21.065, de 27 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 35, inciso I, da Lei Complementar Nº 07 de 27 de dezembro de 1999, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010 que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

#### RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE a carga horária do servidor AMUR OTÁVIO SOARES, Professor de Educação Física, de 20 para 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social no Programa de Atenção ao Idoso e no CRAS Norte, durante o período de 06/09/11 a 31/12/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro



de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO  
Secretária de Assistência Social.

**Aviso de Licitação Convite 04-2011 FUNDEMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR - FUNDEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONVITE nº 04/2011 - FUNDEMA  
TIPO: Menor Preço Global  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLA SITUADA NO HORTO MUNICIPAL PARA CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 24/10/2011.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/10/2011.  
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 06 de Outubro de 2011.  
DENISE CHIARELLO HARTMANN  
Presidente

**Editais Multas de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1289/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMI8611	55481915C	6599/2	12/08/2011	230 * V
AMZ9858	55481187C	6920/0	03/08/2011	233
CEB2453	55481278C	6726/1	05/08/2011	230 * XVIII
CNY8599	55481921C	5169/1	26/08/2011	165
CXD0134	55481193C	6920/0	09/08/2011	233
DHK1758	55480560C	6670/0	09/09/2011	230 * XIII
DHK1758	55480561C	6700/1	09/09/2011	230 * XVI
DHK1758	55480562C	6912/0	09/09/2011	232
IBR0936	55107789C	5010/0	06/08/2011	162 * I
IBT1246	55481683C	6599/2	13/08/2011	230 * V
IHJ1236	55110243C	6599/2	05/09/2011	230 * V
IHJ1236	55110244C	6637/1	05/09/2011	230 * IX
JGA8890	55475964C	6556/5	26/08/2011	230 * I
LWT7691	55481728C	6726/1	02/09/2011	230 * XVIII
LYE3166	55475960C	6599/2	13/08/2011	230 * V
LYE3166	55475961C	5010/0	13/08/2011	162 * I
LYE3166	55475962C	5118/0	13/08/2011	164 c/c 162 * I
LYV4610	55479198C	5010/0	16/08/2011	162 * I
LYV4610	55479200C	6599/2	16/08/2011	230 * V
MAP2217	55481283C	5169/1	27/08/2011	165
MBM0843	55476757C	6920/0	29/08/2011	233
MCX3409	55481918C	5010/0	24/08/2011	162 * I
MDX1817	55108244C	6599/2	12/09/2011	230 * V
MDX4937	55475971C	5169/1	04/09/2011	165
MEH1231	55481405C	6769/3	14/08/2011	230 * XXII
MFH7835	55475967C	6599/2	04/09/2011	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH7835	55475968C	5045/0	04/09/2011	162 * V
MFJ6173	55481910C	5169/1	06/08/2011	165
MGJ0707	55951975B	5169/1	14/08/2011	165
MGL3940	55481926C	5010/0	05/09/2011	162 * I
MHJ7976	55951988B	5010/0	11/09/2011	162 * I
MHJ7976	55951989B	6599/2	11/09/2011	230 * V
MHO7676	55951973B	5010/0	03/08/2011	162 * I
MHW7322	55479284C	5010/0	14/08/2011	162 * I
MRD5397	55108221C	5169/1	07/08/2011	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1290/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRB3668	54144843D	7366/2	01/09/2011	252 * VI
LWT7691	55481688C	5207/0	02/09/2011	169
LXR9028	55478970C	6050/1	28/08/2011	208
LYN0949	54145194D	5541/3	10/08/2011	181 * XVII
LZQ3409	54144946D	5835/0	21/08/2011	195
LZQ3409	54144947D	6068/1	21/08/2011	209
MBT2389	54145043D	5541/1	10/09/2011	181 * XVII
MDC2724	55107790C	5380/0	12/08/2011	181 * I
MDN8676	55482546C	5550/0	20/08/2011	181 * XVIII
MDX4937	55475972C	5185/2	04/09/2011	167
MEF1452	55106789C	5452/2	30/08/2011	181 * VIII
MEH1231	55481403C	6050/1	14/08/2011	208
MGN2979	55475963C	5215/2	08/08/2011	170
MHJ7976	55951990B	7030/1	11/09/2011	244 * I
MHO7676	55108217C	5738/0	03/08/2011	186 * II
MHO7676	55108230C	6866/2	03/08/2011	231 * VIII
MIL2217	55481916C	6122/0	17/08/2011	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1291/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIC5441	55481155C	6920/0	28/06/2011	R\$ 127,69	233
AKL6352	55107166C	6599/2	20/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
BOD1478	55476020C	6920/0	13/05/2011	R\$ 127,69	233
CMY8204	55108534C	6700/1	08/07/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
HQS8947	55481263C	6769/3	01/06/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
LWT8786	55476046C	6920/0	14/06/2011	R\$ 127,69	233
LWY8521	55481160C	6920/0	05/07/2011	R\$ 127,69	233
LXJ8609	55479476C	5010/0	25/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXJ8609	55479477C	6599/2	25/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXM2074	55476023C	6920/0	17/05/2011	R\$ 127,69	233
LXW5321	55481241C	6556/5	11/07/2011	R\$ 191,53	230 * I
LYB4285	55480372C	6726/1	28/05/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZR0125	55481178C	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
MAC9968	55108340C	6599/2	10/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAF2760	55482268C	5045/0	31/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MAF2760	55482269C	6610/2	31/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MAZ6131	55107167C	6556/4	20/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MBL8547	55479282C	5010/0	10/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBL8547	55479283C	5118/0	10/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCF7189	55481152C	6920/0	27/06/2011	R\$ 127,69	233
MCI4493	55481256C	6599/2	20/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCK9207	55476113C	6599/2	14/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCK9207	55476114C	5045/0	14/05/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCK9207	55476115C	5142/0	14/05/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDW0344	55482535C	6912/0	11/07/2011	R\$ 53,20	232
MDY2139	55480516C	6599/2	26/07/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDY2139	55480517C	6912/0	26/07/2011	R\$ 53,20	232
MFF3813	55476017C	6920/0	10/05/2011	R\$ 127,69	233
MFR7908	55479546C	6637/2	28/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFR7908	55479547C	6556/4	28/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MFV7814	55481797C	6637/2	07/07/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MGA5417	54146069D	5274/2	07/07/2011	R\$ 191,53	175
MGE8473	55482536C	6599/2	11/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGE8473	55482537C	5010/0	11/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGJ1387	55106783C	5010/0	21/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHH0902	54145001D	6599/2	24/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHH0902	54145002D	5010/0	24/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHH0902	54145003D	5118/0	24/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIG3582	54145865D	6610/2	13/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MIG3582	54145866D	5096/0	13/07/2011	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MIG3582	54145867D	5045/0	13/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MIO7282	55481798C	5010/0	08/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIO7282	55481800C	5282/0	08/07/2011	R\$ 957,69	176 * I
MIQ4179	55478912C	5010/0	08/07/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1292/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTP9345	54144727D	5460/0	29/07/2011	R\$ 85,12	181 * IX
CQG1768	55482522C	6050/1	30/06/2011	R\$ 191,53	208
DAI1094	54145030D	5487/0	15/07/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MAY3362	55481376C	5479/0	01/07/2011	R\$ 85,12	181 * X
MEL0034	55951268B	5380/0	18/06/2011	R\$ 85,12	181 * I
MFW1645	54145394D	5541/5	18/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA5417	54146070D	5215/1	07/07/2011	R\$ 191,53	170
MGA5417	54146071D	5835/0	07/07/2011	R\$ 127,69	195
MGA6170	55109861C	5452/1	11/07/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MHL0687	55107174C	5452/2	01/07/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MHO7676	54145020D	5878/0	26/06/2011	R\$ 85,12	199
MHO7676	54145021D	7030/2	26/06/2011	R\$ 191,53	244 * I
MHO7676	54145022D	5835/0	26/06/2011	R\$ 127,69	195
MHO7676	54145023D	5843/3	26/06/2011	R\$ 127,69	196
MHO7676	55478797C	7030/2	07/05/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIB1156	55478696C	5185/1	16/06/2011	R\$ 127,69	167
MIO7282	55481799C	5185/1	08/07/2011	R\$ 127,69	167
MIO7282	55482533C	6050/2	08/07/2011	R\$ 191,53	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 584 504/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ9009	8584040071	7455/0	07/08/2011	218 * I
LYT2550	8584040219	7455/0	09/08/2011	218 * I
MHN5917	8584039261	7455/0	27/07/2011	218 * I
MHN5917	8584039863	7455/0	02/08/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 584 505/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR4345	8584037593	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAR4345	8584038374	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAR4345	8584038424	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAZ2764	8584037815	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ABB6174	8584034242	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACK8480	8584037271	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACK8480	8584037367	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACP4978	8584037519	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADW1773	8584032770	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEV5257	8584032879	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEV5257	8584032918	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFC5821	8584039631	7471/0	31/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
AFC6801	8584039250	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFT0120	8584037890	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFZ4195	8584032435	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGR1474	8584037926	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHC4760	8584032826	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHO0670	8584033385	7455/0	23/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJA3890	8584034628	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJA5132	8584033209	7463/0	21/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
AJN6551	8584032803	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJT7365	8584032372	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKB0219	8584038329	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKL3862	8584027137	7455/0	05/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKL3862	8584027241	7463/0	06/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
AKV1514	8584036512	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALZ5931	8584035168	7455/0	12/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMX9031	8584032453	7463/0	08/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
AMX9031	8584032472	7463/0	08/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
ANE5101	8584038049	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANJ1415	8584037627	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ARB2798	8584037907	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ARB2798	8584037914	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ARC9779	8584037722	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ART6856	8584036919	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AVV1979	8584039328	7463/0	05/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
BCE0080	8584037320	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BCE0080	8584037328	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
BEX1982	8584033293	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BGG5944	8584034635	7463/0	04/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
BLC2922	8584032824	7471/0	14/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
BSC0867	8584033282	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BTJ8746	8584034015	7455/0	26/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BYG7407	8584037751	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CHE8720	8584031975	7463/0	29/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
CIC6984	8584035226	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
CIU3357	8584032702	7463/0	13/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
CRF0267	8584038561	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
CRU7523	8584027111	7463/0	05/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
CXF5513	8584038125	7463/0	14/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
CXV2992	8584036347	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
CXV2992	8584036434	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
CXY0607	8584026092	7455/0	16/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
CYN3939	8584030423	7455/0	12/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
CZD1075	8584032198	7455/0	04/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
CZD6450	8584032933	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
DAN0252	8584039376	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DDH1401	8584035746	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
DDJ8628	8584037592	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DEA0178	8584034640	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
DED5916	8584032769	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
DMW0002	8584037544	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DWI4554	8584032793	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GQS3352	8584038241	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
HBD5209	8584035511	7471/0	18/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
HVY5272	8584037443	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBG4842	8584033079	7463/0	19/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
ICT9152	8584037903	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
IDF7850	8584038490	7463/0	19/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
IFC7275	8584032206	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
IFW3720	8584033287	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFW3720	8584033326	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFW3720	8584034174	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IJU5512	8584038090	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILI3074	8584038360	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ILI3074	8584038403	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILW5946	8584026286	7463/0	20/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
ILY1002	8584039474	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILY1002	8584039477	7463/0	29/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
IPT1308	8584037681	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JGR0866	8584037512	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
JGX1829	8584037584	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNX6456	8584032739	7455/0	13/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JWX2309	8584036649	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
JYP6960	8584010891	7463/0	25/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
JYP6960	8584011010	7463/0	26/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
KLV4002	8584033342	7463/0	23/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
KME5926	8584037262	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
KZV9179	8584037353	7463/0	04/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LCS5909	8584026214	7455/0	19/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LOU7822	8584035780	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWR7614	8584027156	7463/0	05/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
LWW0259	8584037311	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXC0637	8584033074	7455/0	18/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXF4498	8584032817	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXG1053	8584032563	7455/0	11/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXG1652	8584039654	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXL5361	8584032199	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXM2074	8584034310	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXQ2276	8584038283	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXR3170	8584038408	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS5849	8584037546	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXU9359	8584037776	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXV2889	8584037496	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXZ4076	8584037577	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB3530	8584032393	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYF8208	8584037883	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYJ5110	8584037773	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYJ7361	8584038055	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYK1477	8584037561	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYL7941	8584034315	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYO1104	8584040034	7463/0	06/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYX1487	8584035503	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY4949	8584033987	7455/0	25/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY4949	8584034557	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY4949	8584034686	7463/0	05/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYY4990	8584032555	7463/0	11/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYY4990	8584032974	7455/0	16/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZA1369	8584037510	7463/0	30/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZC0100	8584034154	7463/0	28/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZC8172	8584033066	7455/0	18/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZC9440	8584037489	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZD7029	8584032924	7463/0	15/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZD7435	8584032771	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZG3338	8584035061	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZG3338	8584035139	7455/0	12/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZI7646	8584038140	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZI7646	8584038141	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN0413	8584033218	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN0413	8584033365	7455/0	23/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZP3126	8584037180	7463/0	01/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZP3126	8584037183	7471/0	01/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
LZP8613	8584040039	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZQ0152	8584038230	7471/0	15/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
LZR2635	8584032340	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS1293	8584037194	7463/0	01/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZS9570	8584038402	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZU1999	8584033115	7455/0	19/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV6127	8584037234	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV6127	8584037236	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV6127	8584037348	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZY9062	8584032239	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAA3873	8584038084	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB2966	8584037286	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAD4511	8584032809	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAD5143	8584034183	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAE4107	8584009866	7463/0	10/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
MAJ3190	8584037548	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAJ8668	8584037422	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM3125	8584034503	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM7091	8584039575	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM7382	8584009885	7455/0	10/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MAP9088	8584037599	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAQ7966	8584033005	7463/0	16/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAR4705	8584037838	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT5570	8584032104	7463/0	02/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAW4709	8584034270	7455/0	30/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW4709	8584034317	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX5857	8584033377	7455/0	23/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX8283	8584032102	7455/0	02/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX8283	8584032108	7463/0	02/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAX8283	8584032147	7471/0	03/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MAX8283	8584032189	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAX8283	8584032258	7463/0	05/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAX8283	8584032584	7455/0	12/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX8283	8584032594	7455/0	12/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX8283	8584033017	7471/0	17/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MAX8283	8584033018	7463/0	17/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAX8283	8584033034	7471/0	17/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MAX8283	8584034112	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAY3120	8584034620	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBB2941	8584025532	7455/0	09/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD0921	8584032033	7455/0	30/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBF2782	8584037493	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBG0836	8584032531	7463/0	10/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBH1798	8584037539	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBJ3237	8584034193	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK6992	8584036559	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBO7815	8584037782	7455/0	08/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBO7815	8584038208	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR7684	8584032018	7463/0	30/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBT4450	8584033076	7455/0	18/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBU0309	8584039218	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBU0743	8584032750	7463/0	14/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBU6426	8584038250	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV4064	8584027236	7455/0	06/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW8661	8584037928	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBZ5703	8584031969	7463/0	29/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCB4484	8584038413	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCC9413	8584037494	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF9699	8584037604	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL6125	8584032309	7463/0	06/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCM2019	8584039801	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCM2019	8584039804	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCN5654	8584032987	7455/0	16/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCO3029	8584037459	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCP0072	8584010868	7463/0	25/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
MCP0072	8584010946	7463/0	26/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
MCR6523	8584037516	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCW7683	8584039574	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCX1235	8584033989	7455/0	25/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCY0679	8584037281	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCY0679	8584037284	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCY2320	8584034649	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ4603	8584038346	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ4603	8584038430	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDA9723	8584037786	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDA9723	8584038020	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC4822	8584039879	7463/0	02/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDH0088	8584034164	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH5550	8584032580	7455/0	12/05/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ1261	8584034581	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ1261	8584034584	7463/0	04/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDJ8901	8584032574	7455/0	12/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDL3145	8584032044	7455/0	30/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ4201	8584037228	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS4169	8584034165	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDU1603	8584037791	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDU3765	8584037754	7463/0	07/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDU9310	8584031987	7455/0	29/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDY4181	8584037382	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7476	8584038314	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MED4120	8584037614	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE5722	8584037501	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH1469	8584027252	7463/0	06/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEH7703	8584038132	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEL2359	8584031994	7455/0	29/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEL6046	8584027169	7463/0	05/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEP7469	8584037774	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ7208	8584033202	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES9078	8584033446	7463/0	24/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MES9078	8584034075	7455/0	26/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX8833	8584039347	7463/0	07/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFA6289	8584037910	7471/0	10/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFA6683	8584032034	7463/0	30/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFB4721	8584038257	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB7398	8584038351	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFC9062	8584033166	7455/0	20/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFD9751	8584037300	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFE2144	8584037096	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFG0225	8584036063	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG0225	8584036118	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFH6019	8584034653	7471/0	04/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFH7478	8584006588	7463/0	04/08/2010	R\$ 127,69	218 * II
MFK1702	8584034245	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFM0918	8584033423	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN6487	8584035099	7463/0	11/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFN6487	8584035174	7463/0	12/06/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ0419	8584032095	7463/0	02/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFQ0419	8584032096	7455/0	02/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0419	8584035228	7463/0	13/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFR0855	8584036605	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFR0855	8584036606	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFR3102	8584032696	7455/0	13/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFR6988	8584034862	7463/0	07/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFR6988	8584034875	7471/0	07/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFW8904	8584037741	7463/0	06/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFY2643	8584039355	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY3935	8584034843	7455/0	07/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGA5810	8584033032	7455/0	17/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB7154	8584037524	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD4144	8584039579	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD8146	8584039302	7463/0	28/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGE4955	8584039341	7463/0	07/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGJ3567	8584037909	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ3567	8584037919	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGK9149	8584032639	7463/0	12/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGL0144	8584037527	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGP2925	8584038225	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGP4912	8584032082	7455/0	01/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ3566	8584036600	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGR8304	8584032177	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGS1967	8584027191	7471/0	05/03/2011	R\$ 574,61	218 * III
MGS3788	8584037578	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGS6599	8584038155	7463/0	14/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGT4850	8584037771	7463/0	07/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGW1119	8584032287	7471/0	06/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MGW1119	8584032958	7455/0	16/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGW8914	8584032331	7471/0	06/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MGY1319	8584039374	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGY2474	8584010089	7455/0	14/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHA9491	8584037532	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB5982	8584036361	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB5982	8584036548	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD1829	8584033350	7463/0	23/05/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD1829	8584033378	7463/0	23/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHH4670	8584035790	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI2407	8584038504	7463/0	19/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHI3859	8584038439	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ1257	8584027212	7463/0	05/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHJ1645	8584026101	7455/0	17/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHK6768	8584037878	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL6605	8584029383	7455/0	27/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHM1050	8584038956	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHM2648	8584037802	7471/0	08/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHO1056	8584037885	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHO6859	8584037114	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHO9444	8584032905	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR2278	8584032536	7455/0	10/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU5732	8584034600	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU5732	8584034601	7463/0	04/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHU8469	8584034320	7463/0	31/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHX3781	8584037423	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY0312	8584037331	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MID5730	8584037912	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MID7351	8584037268	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MID7475	8584034663	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIE4763	8584036574	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF7124	8584034873	7455/0	07/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG9323	8584037448	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIJ8999	8584032237	7463/0	05/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIK3014	8584037447	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM5924	8584037982	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIO7551	8584034711	7463/0	05/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIR1533	8584036927	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIT5479	8584038452	7463/0	18/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIT8880	8584037417	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIV1850	8584033158	7463/0	20/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIZ2712	8584035584	7463/0	19/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJE5810	8584039444	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJF2042	8584038347	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJH2489	8584031189	7455/0	20/04/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJK4119	8584032163	7471/0	03/05/2011	R\$ 574,61	218 * III
MJK4119	8584034158	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJK4119	8584034166	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJK4119	8584034181	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJL3549	8584038295	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJQ2649	8584032521	7463/0	09/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MKA5800	8584032126	7455/0	02/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKS1960	8584033252	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMV8487	8584037865	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMV8487	8584038026	7463/0	11/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MWA8738	8584035473	7455/0	17/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MWB8205	8584037212	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
NFU2250	8584032869	7463/0	15/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
NGP7790	8584038361	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
NKE3849	8584037541	7463/0	01/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 5 DE OUTUBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

**Editais de Convocação Nº 001/11 FMC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 05 de outubro de 2011.

Convoca aprovados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto à Fundação Municipal de Cultura - FMC no Município de Caçador - Edital nº 005/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**C O N V O C A:**

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 005/2011, de 08/08/2011, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.009, de 27/09/2011 que homologou o resultado final do Processo, conforme seqüência de classificação:

PROFESSOR DE DANÇA  
Minéia Mafioletti

INSTRUTOR DE VIOLÃO  
Mauro Sérgio França

INSTRUTOR DE DANÇA  
Cleber Udo Leier

INSTRUTOR DE CANTO  
Francis Lee Figueiredo Silva

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**Campo Alegre****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 65/2011**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2011

Objeto: O objeto do presente Convite consiste no fornecimento de material e mão de obra para a sinalização viária de diversas ruas deste Município: Rua Benjamin Constant; Travessa do Caulim; Rua Cel. Bueno Franco; Rua Waldomiro M. Schroeder; Rua José Gomes Munhoz; e Faixas de Pedestres nas Ruas Centrais, além das sinalizações horizontais e verticais das vias projetadas devem ser executadas ainda sinalizações nas ruas abaixo relacionadas, sendo que, a localização exata destas sinalizações deverá ser indicada

pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre:

- Avenida Getúlio Vargas - 04 Faixas de pedestres (pintura horizontal e Placas de Advertência) e Indicação de Vagas de Farmácia (pintura horizontal e placa indicativa);
  - Rua Coronel Bento de Amorim - 04 Faixas de pedestres (pintura horizontal e Placas de Advertência);
  - Rua Padre Luis Gilg - 01 Faixa de pedestre (pintura horizontal e Placas de Advertência);
  - Avenida Nereu Ramos - Indicação de Vagas de Farmácia (pintura horizontal e placa indicativa);
  - Rua Ernesto Afonso Scheidt - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
  - Rua Benjamin Constant - 02 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
  - Rua Coronel Veríssimo de Souza Freitas - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
  - Rua Raimundo Munhoz - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
  - Rua Generoso Fragoso - 03 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
- Consoante Processo Licitatório nº 65/2011, modalidade Pregão.

Do Valor: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado de R\$ 19,00 a tonelada, perfazendo um total de R\$ 36.559,14

Da Dotação Orçamentária: Os recursos orçamentários, para fazer face às despesas do objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Código Reduzido:191,192,323; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção das Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Atividade: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários.

Vigência: Início em 30/09/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Prefeita Municipal em Exercício

**Canoinhas****PREFEITURA****Editais de Concorrência Pública n.º 09/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 151/2011  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 09/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11 de novembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para Contratação de Operadora de Plano de Saúde com abrangência Estadual para prestação de Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

## Resultado do julgamento dos documentos de habilitação CC 07/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 148/2011

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 07/2011

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, relativamente ao Processo acima. Empresas habilitadas: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, ELÉTRICA TF LTDA, SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL SICAL LTDA, COMERCIAL CRONUS LTDA, D. MARTINS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, PROLUX ILUMINAÇÃO LTYDA, CIMENTEC ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA, ATTIVITÁ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, GERALUX ELETRO CLEAN AIR LTDA, LUMINUS COMERCIAL ELETRICA LTDA, e inabilitada a empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, em razão de que o representante legal, Sr. Altiivo Eduardo de Freitas que assinou o balanço de 31.12.2010, ingressou na sociedade em 04.08.2011, portanto não está cumprindo o item 7.8.1.1 do Edital, e inabilitada a empresa GERALUX ELETRO CLEAN AIR LTDA, por não cumprir o item 7.3 do Edital, quanto a autenticação dos documentos. Encontra-se aberto, desde o dia 07/10/2011 (todos tomaram ciência da decisão da Comissão, mediante assinatura da ata da reunião ocorrida no dia 06/10/2011 fax enviado às inabilitadas no mesmo dia), o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação apresentada. Caso não seja protocolado nenhum recurso, as propostas das licitantes habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação no dia 17/10/2011, às 14h30min. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Comissão de Licitação

Prefeitura do Município de Canoinhas

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Pregão Eletrônico Nº 0001/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2011

OBJETO: aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 26/10/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 10 de outubro de 2011.

PAULO RANALDO WAMES

Pregoeiro

## SIMAE

### Extrato de Contrato Nº CAO/30/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/30/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: EDILSON ANTONIO TOBALDINI

CNPJ DO CONTRATADO: 06.981.101/0001-77

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E ESTRUTURAL, BEM COMO A CONTRUÇÃO DE UM ABRIGO PARA QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO JUNTO A CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, COM 02 PAVIMENTOS, TOTALIZANDO 21 M².

VALOR: R\$ 27.150,00 (VINTE E SETE MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2011

VIGÊNCIA: 05/10/2011 A 02/01/2012

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Lei Complementar 081/2011, de 5 de outubro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR 081/2011, de 5 de outubro de 2011.

"AMPLIA O PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ampliado o Perímetro Urbano da cidade de Catanduvas-SC, previsto na Lei Complementar Municipal nº 62, de 14 de abril de 2010, para 6.958.008,50m² (seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, oito metros e cinquenta centímetros quadrados), iniciando-se no marco denominado '1', e fechando com o marco denominado '519', até a distância para o alcance do marco '1', conforme a descrição do Memorial Descritivo, Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas, emitido em 14 de setembro de 2011, que integra a presente Lei na forma de Anexo Único.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 5 de outubro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada nesta data.



## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Portaria N° 396/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 396/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda, gozar as férias regulamentares, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 10.10.2011 à 29.10.2011.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

**Portaria N° 395/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 395/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar o servidor SINARA REGINA PRIM MELO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, gozar as férias regulamentares, conforme art.78 da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 10.10.2011 à 09.11.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

## Concórdia

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 76/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2011- PMC

Objeto: aquisição de peças novas e serviço de mão de obra para retífica de motor do trator de esteiras PMC - 121, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço global

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 21/10/2011.

Abertura: dia 24/10/2011, às 09h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C.DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação N° 18/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso XXII, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica, com a finalidade de suprir a demanda das Unidades, em favor da empresa: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, no valor total de R\$ 271.998,00 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e oito reais).

Concórdia, SC, 6 de outubro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação N° 19/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para fornecimento de horas máquinas de trator de esteira, em favor da empresa: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, no valor total de R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

Concórdia, SC, 6 de outubro de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2011 - FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 2/2011-FMC

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, torna público que ratificou o ato do Senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de show artístico, em favor da empresa C.A.S.C. JESUS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME, no valor de R\$ 67.600,00 (sessenta e sete mil e seiscentos reais).

Concórdia, SC, 07 de outubro de 2011.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da FMC

## **Coronel Martins**

### **PREFEITURA**

### **Lei Complementar Nº031 de 05 de Setembro de 2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº031 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.  
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE CORONEL MARTINS - PROACERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos de Coronel Martins - PROACERTO destinado a promover a regularização de créditos tributários e não-tributários pelos devedores do Município de Coronel Martins, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. O PROACERTO abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º A adesão ao PROACERTO dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 1º O prazo de adesão ao PROACERTO será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da presente Lei Complementar.

§ 2º Caberá ao Poder Executivo promover a divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º O PROACERTO somente alcançará créditos que se

encontrarem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 1º A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 2º Havendo ação judicial proposta pelo contribuinte ou responsável, os honorários de sucumbência, decorrentes da extinção do processo para fins de inclusão dos respectivos créditos no PROACERTO, serão de dois por cento do valor do crédito consolidado, desde que o juízo não estabeleça outro montante, os quais deverão ser recolhidos como condição para o deferimento da adesão.

Art. 4º Ao aderir ao PROACERTO, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o sujeito passivo pessoa física, e de R\$ 100,00 (cem reais) para o sujeito passivo pessoa jurídica.

§ 3º O valor de cada parcela será atualizado na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á em 05 (cinco) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 5º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º A adesão ao PROACERTO, em relação aos créditos tributários e não-tributários, poderá ser individualizada.

§ 1º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 2º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PROACERTO:

- I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;
- II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos



casos de cobranças bancárias da dívida ativa;  
III - recolhimento dos honorários advocatícios em valor equivalente a dois por cento do crédito em execução.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomará seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias principais e sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias acessórias, exigidos por notificações fiscais científicas aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2010, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao PROACERTO e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - 90% (noventa por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao PROACERTO e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 80% (oitenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao PROACERTO e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 70% (setenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao PROACERTO e optar pelo pagamento em até 9 (nove) parcelas;

V - 60% (sessenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao PROACERTO e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

Art. 8º A opção pelo PROACERTO obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PROACERTO segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. As parcelas do PROACERTO não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no PROACERTO;

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da terceira parcela inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independência de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária.

Art. 12. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do PROACERTO, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 15. Os créditos não-tributários, inclusive os decorrentes de serviços de máquinas prestados pelo Município e de programas de incentivo aos agricultores do Município cujos lançamentos foram efetuados até 31 de dezembro de 2010, poderão ser liquidados na forma definida na presente Lei Complementar.

§ 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação municipal, incidentes sobre os créditos indicados no caput deste artigo, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao programa e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - 90% (noventa por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao programa e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 80% (oitenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao programa e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 70% (setenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao programa e optar pelo pagamento em até 9 (nove) parcelas;

V - 60% (sessenta por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, para o sujeito passivo que aderir ao programa e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

§ 2º No caso de créditos não tributários relativos a programas

habitacionais, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação municipal e nos referidos contratos, no percentual de 100% (cem por cento) dos juros, multas moratórias e correção monetária, podendo o beneficiário/mutuário pagar o valor do débito em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, levando - se em consideração os valores previstos no § 2º do art. 4º da presente lei.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, ainda, a proceder aditamento dos contratos firmados com os beneficiários/mutuários que aderirem ao parcelamento das dívidas previstas no parágrafo anterior, visando adequar o contrato ao prazo do parcelamento.

Art. 16. As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal regulamentará, por Decreto, esta Lei Complementar, no que couber.

Art. 18. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, em 05 de setembro de 2011.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto Nº. 149, de 06 de Outubro de 2011.**

DECRETO Nº. 149, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.  
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994; Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETAR:

Art. 1º Fica alterada a carga horária de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, das servidoras públicas abaixo relacionadas, a partir de 10 de outubro de 2011 à 31 de dezembro de 2011;

Nome Cargo  
Adriana Salete Madella Burato Professor Educação Especial  
Vandra Cecatto de Oliveira Professor Educação Especial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único - As servidoras serão remuneradas pelo período de 20 horas semanais conforme descrito no Artigo 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de outubro de 2011.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto Nº. 150, de 06 de Outubro de 2011.**

DECRETO Nº. 150, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.  
FIXA PRAZO PARA ADESAO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE CORONEL MARTINS - PROACERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º, Art. 2º, da Lei Complementar Municipal nº. 031, de 05/10/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado que o prazo para a adesão ao programa de recuperação de créditos do Município de Coronel Martins, que inicia-se no dia 10 de outubro e vai até o dia 08 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2011.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº. 122, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 122, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE:  
CONCEDER:

Art. 1º FÉRIAS a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/10/2011 à 02/11/2011.

Nome	Cargo	Referência
Valmir da Silva Barbosa	Operador de Máquina II	15/06/2010 à 14/06/2011

Art. 2º Abono pecuniário de 10 (dez) dias de FÉRIAS ao Servidor relacionado no item 01 do período e referência especificados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 03 de outubro de 2011.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 123 de 05 de Outubro de 2011**

PORTARIA Nº. 123 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 10/10/2011 à 08/11/2011.

Nome	Cargo	Referência
Neivacir Brum	Operador de Máquina II	01/04/2010 à 31/03/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 124 de 06 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 124 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72 da Lei Complementar nº. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 10/10/2011 à 08/11/2011.

Nome	Cargo	Referências
Roseli Garbim	Servente Geral	03/2007 à 03/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 125 de 06 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 125 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Art. 8º, §2º da Lei Complementar Municipal nº.026 de 21/12/2009;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE:  
**DESIGNAR:**

Art. 1º As Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para atuar em seus respectivos cargo com gratificação a partir de 10 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011;

Nome	Cargo
Fátima Aparecida Tomazeli Basso	Coordenador Geral de Ensino Fundamental
Maria Lucia Marchetti Picetti	Coordenador Geral de Educação Infantil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete.

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 043/2011 de Contrato de 03 de Outubro de 2011**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 043/2011 DE CONTRATO DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

MÊS/ANO: MARÇO /2011 NÚMERO CONTRATO: 062/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2011

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Quarta do Contrato n. 048, de 11 de Fevereiro de 2011.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Quarta do Contrato 062/2011 passarão a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

1. O preço a ser pago pela aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 74.041,25 (setenta e quatro mil quarenta e um reais e vinte e cinco centavos). O preço referido é final, não admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos de fabricação, diretos e indiretos, como também os lucros da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam inalterados as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.826.830/0001-99

CONTRATADO: VISOLI PRE MOLDADOS LTDA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 044/2011 de Contrato de 03 de Outubro de 2011.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 044/2011 DE CONTRATO DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

MÊS/ANO: FEVEREIRO /2011 NÚMERO CONTRATO: 048/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2011

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Quarta do Contrato n. 048, de 11 de Fevereiro de 2011.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Segunda do Contrato 048/2011 passarão a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

1. O preço total a ser pago pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ 55.740,00 (cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam inalterados as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 81.478.513/0001-04

CONTRATADO: SULREAL COMERCIO DE PNEUS LTDA

**Corupá**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 1508/11**

PORTARIA Nº 1508/11

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 133/2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 133/2011, a Senhora Maria Aparecida Rosa, matrícula funcional nº 2439-03, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, cujo objeto do contrato é AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Art. 2º - Atribui a servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 21 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1512/11**

PORTARIA Nº 1512/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA ANA ROSA KOROLL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANA ROSA KOROLL, a partir de 01 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da necessidade da substituição da professora Margaret Frankowiak Burger, que está em licença-saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1514/11**

PORTARIA Nº 1514/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA DANIELA RIVELLES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,



**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. DANIELA RIVELLES, a partir de 01 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da necessidade da substituição do professor João Felipe Machado, que solicitou demissão, e da professora Adriana Schultz Baeumle que está em tratamento de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1515/11**

PORTARIA Nº 1515/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA LUIZA JANTSCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LUIZA JANTSCH, a partir de 01 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da necessidade da substituição da funcionária Paula Elza Woelz, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1516/11**

PORTARIA Nº 1516/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA JILIAN DOS PASSOS FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JILIAN DOS PASSOS FERREIRA, a partir de 02 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da necessidade da substituição das férias de professores que trabalharam no plantão dos centros de educação infantil em janeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1517/11**

PORTARIA Nº 1517/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA LIGIANE CARLA CORREA BORGES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LIGIANE CARLA CORREA BORGES, a partir de 05 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da necessidade de substituição da professora Adriana Stachera que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1518/11**

PORTARIA Nº 1518/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE WALDIR KRISANSKI, DO CARGO DE MOTORISTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de WALDIR KRISANSKI, do cargo de Motorista, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1191/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1519/11**

PORTARIA Nº 1519/11

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDORA ALINE HANNEMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 1193/99 de 05 de março de 1999 e Decreto 009/07 de 13 de fevereiro de 2007,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Conceder acesso vertical a servidora ALINE HANNEMANN e nomeá-la ao cargo de Professora III.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1520/11**

PORTARIA Nº 1520/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA CAMILA ROBERTA DE SOUZA THILLES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa da ampliação no número de atendimento na educação infantil e da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, CAMILA ROBERTA DE SOUZA THILLES, estipulado na portaria 1211 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1521/11**

PORTARIA Nº 1521/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ANA PAULA ALVES DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, ANA PAULA ALVES DE SOUZA, estipulado na portaria 1213 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1522/11**

PORTARIA Nº 1522/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ANELISE LIMA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor ANELISE LIMA DA SILVA, estipulado na portaria 1214 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1523/11**

PORTARIA Nº 1523/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA AURILENE ADRIANA DE ALENCAR DIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ampliação no número de atendimento na educação infantil e da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor AURILENE ADRIANA DE ALENCAR DIAS, estipulado na portaria 1216 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1524/11**

PORTARIA Nº 1524/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA MORGANA PATRÍCIA GEBHARDT PONATH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ampliação no número de atendimento na educação infantil e da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, MORGANA PATRÍCIA GEBHARDT PONATH, estipulado na portaria 1219 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1525/11**

PORTARIA Nº 1525/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA JUANA DA CRUZ SIGNORELI MARQUARDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ampliação no número de atendimento na educação infantil e da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Professora ACT JUANA DA CRUZ SIGNORELI MARQUARDT, estipulado na portaria 1222 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1526/11**

PORTARIA Nº 1526/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ELIANE DENISE MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ampliação no número de atendimento na educação infantil e da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, ELIANE DENISE MÜLLER, estipulado na portaria 1223 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1527/11**

PORTARIA Nº 1527/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA, estipulado na portaria 1248 de 07 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1528/11**

PORTARIA Nº 1528/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA NÁDIA MARIA POERNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor NÁDIA MARIA POERNER, estipulado na portaria 1250 de 08 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1529/11**

PORTARIA Nº 1529/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ANA PAULA FLORIANI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, ANA PAULA FLORIANI, estipulado na portaria 1252 de 08 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1530/11**

PORTARIA Nº 1530/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA MAÍZA BEATRIZ KLANN ZICK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor MAÍZA BEATRIZ KLANN ZICK, estipulado na portaria 1260 de 14 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 1531/11**

PORTARIA Nº 1531/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA PATRÍCIA GRACZECK MARQUARDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, PATRÍCIA GRACZECK MARQUARDT, estipulado na portaria 1264 de 16 de fevereiro de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1532/11**

PORTARIA Nº 1532/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA SANDRA DO PRADO HESSEL STOEBEL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do CEI Pequeno Polegar e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, SANDRA DO PRADO HESSEL STOEBEL, estipulado na portaria 1277 de 09 de março de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1533/11**

PORTARIA Nº 1533/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA MAIRA BEATRIZ PICOLLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, MAIRA BEATRIZ PICOLLI, estipulado na portaria 1322 de 18 de abril de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1534/11**

PORTARIA Nº 1534/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA ANGÉLICA MARIZETE GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da substituição da funcionária Luana Dantas Izidoro, que solicitou demissão e foi efetivada no concurso público como auxiliar administrativa,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor ANGÉLICA MARIZETE GESSNER, estipulado na portaria 1353 de 16 de maio de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1535/11**

PORTARIA Nº 1535/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA GABRIELA VICENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da substituição da funcionária Luciene Bonkowski, que foi transferida para a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor GABRIELA VICENTE, estipulado na portaria 1354 de 19 de maio de 2011, para a data de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1536/11**

PORTARIA Nº 1536/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA GABRIELA TAVARES SILVA SCHIOCHET.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor GABRIELA TAVARES SILVA SCHIOCHET, estipulado na portaria 1346 de 09 de maio de 2011, para a data de 09 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1537/11**

PORTARIA Nº 1537/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA LUCIANE VIVIANE BONKOWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor LUCIANE VIVIANE BONKOWSKI, estipulado na portaria 1215 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 09 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1538/11**

PORTARIA Nº 1538/11

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SRA IVONETE TERESINHA ANDRUKIU DE COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Considerando, que se faz necessária a prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa do aumento de matrículas na educação infantil e também da inexistência de candidato classificado em concurso público, no momento da prorrogação,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Setor, IVONETE TERESINHA ANDRUKIU DE COSTA, estipulado na portaria 1220 de 04 de fevereiro de 2011, para a data de 09 de dezembro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1539/11**

PORTARIA Nº 1539/11

EXONERA A PEDIDO, KARIN ERIKA ERDMANN DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, KARIN ERIKA ERDMANN, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida pelo Concurso Público 001/93, nomeada através do Decreto nº 010/95 de 13 de março de 1995.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1540/11**

PORTARIA Nº 1540/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ELIZETE KIATKOWSKI CARVALHO DE LIMA, DO CARGO DE PROFESSORA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ELIZETE KIATKOWSKI CARVALHO DE LIMA, do cargo de professora ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1227/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 038/11 - Registro de Preço**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 038/11 - REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Eventuais aquisições de uniforme escolar, para distribuição gratuita aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do Município de Corupá-SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 07/10/11, às 09h00min do dia 21/10/11.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 21/10/11.

ENTREGA DAS AMOSTRAS: 24/10/11 - 14 horas.

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br).

Corupá, 07 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Edital de Resultado de Exame Médico Nº 010/2011 - Concurso Público Nº 001/2010**

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 010/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Divulga o resultado da 2º fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 001/2011 de 01 de março de 2011.

Cargo	Nome	Situação
Auxiliar de Serviços Gerais	Marilene Bertholdi	Inapta

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Forquilha

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 90 de 23 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº. 90 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2011 Manutenção do Centro de Educação Infantil

48 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2033 Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento

Urbano  
104 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2054 Programa de Saúde da Família  
30 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2059 Programa Núcleo Prevenção a Violência - CRISS  
41 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2062 Manutenção do Programa SAMU  
51 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2011 Manutenção do Centro de Educação Infantil  
50 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
2033 Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
102 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2054 Programa de Saúde da Família  
29 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2059 Programa Núcleo Prevenção a Violência - CRISS  
43 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2062 Manutenção do Programa SAMU  
53 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de setembro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 23 de setembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

### **Termo de Homologação e Adjudicação**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº. 91/PMF/2011

O Prefeito Municipal de Forquilha, em uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve homologar e adjudicar o presente processo nos seguintes termos:

Processo Licitatório: Tomada de Preço Nº. 91/PMF/2011.

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e construção do Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, com área total de 1.211,92 m², na Rua Dos Príncipes, Bairro Santa Ana, Forquilha/SC, conforme ações relativas ao PROINFÂNCIA,

Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011, firmado junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Vencedora: Tecnicon Construção Civil Ltda. Me.

Valor: R\$ 1.299,991,95 (um milhão duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos).

Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (34),  
1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (35).

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 0293/2011**

DECRETO Nº 0293, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

#### **DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.490,02 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa reais e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (10) R\$ 60.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (12) R\$ 5.490,02

Total R\$ 65.490,02

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.1.71.00 - Transferência à Consórcios Públicos 0.1.0900 (07) R\$ 3.391,57

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (08) R\$ 50.000,00

3.3.71.00 - Transferência à Consórcios Públicos 0.1.0900 (09) R\$ 5.957,73

4.4.71.00 - Transferência à Consórcios Públicos 0.1.0900 (11) R\$ 6.140,72

Total R\$ 65.490,02

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 07 de Outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0294/2011**

DECRETO Nº 0294, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (153) R\$ 3.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417210102 - Cota Parte do FPM R\$ 3.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Fraiburgo, 07 de Outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1874/2011**

PORTARIA N.º 1.874 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear NAIARA MARIA FACCIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.523.829-03, no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 10 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1875/2011**

PORTARIA N.º 1.875 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA GUTOSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 861.232.469-68, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 24 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1876/2011**

PORTARIA N.º 1.876 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 03 de junho de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;  
Considerando que estará substituindo por 20 horas semana, a servidora MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU, que se encontra afastada em Auxílio Doença

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JÉSSICA FERNANDA VICENTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.678.879-64, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de outubro de 2011 até 01 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1877/2011**

PORTARIA N.º 1.877 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 24 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;  
Considerando que estará substituindo a servidora KARLA VALÉRIA MORSOLETO, que está cumprindo turno ininterrupto de 06 horas diárias;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DELYRIA BENTO DE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.524.309-65, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de outubro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TA 0404/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0404, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 374/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/08/2011 a 09/09/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 20 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MARITANI MARIZA MARGREITER KÄFER

Contratado

**TA 0405/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0405, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 288/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 20/09/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 20 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ARICLER DOMINGUES PEPES

Contratado

**TA 0406/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0406, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 358/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 30/09/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ZILMA MACHADO DOS SANTOS CARVALHO

Contratado

**TA 0407/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0407, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 262/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 03/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

JANETE ESQUINCA

Contratado

**TA 0408/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0408, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 382/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo

determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

IOLANDA HELENA MACHADO  
Contratado

#### **TA 0409/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0409, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 405/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/09/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA  
Contratado

#### **TA 0410/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0410, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 396/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ  
Contratado

#### **TA 0411/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0411, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 348/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 24/10/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

GESSI FERREIRA  
Contratado

#### **TA 0412/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0412, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 228/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

DEISI MARA PIRES DE LIMA  
Contratado

#### **TA 0413/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0413, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 395/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO  
Contratado

#### **TA 0414/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0414, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 394/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

BELONI DE MORAIS TAVARIOL  
Contratado

#### **TA 0415/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0415, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 381/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ALVIR ALBUQUERQUE  
Contratado

#### **TA 0416/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0416, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 379/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

AGOSTINHO BARBOSA DE SOUZA  
Contratado

#### **TA 0417/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0417, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 377/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

FERNANDO DE SOUZA BARBOSA  
Contratado

#### **TA 0418/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0418, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 380/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

FRANCISCO SEGALA  
Contratado

#### **TA 0419/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0419, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 219/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 03/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

JUCENI MELLO CAREGNATO  
Contratado

#### **TA 0420/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0420, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2011



As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 03/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ELEANE LUCIA VARELA BECHER  
Contratado

#### **TA 0421/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0421, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 318/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/04/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

NEUZA RODRIGUES RICARDO  
Contratado

#### **TA 0422/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0422, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 093/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRESSA MATIAS  
Contratado

#### **TA 0423/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0423, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 203/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

TERESINHA FORTES MELLO  
Contratado

#### **TA 0424/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0424, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 210/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 03/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 24/10/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ROSENILDA APARECIDA FERREIRA  
Contratado

#### **TA 0425/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0425, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 399/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/09/2011 a 01/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA  
Contratado

#### **TA 0426/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0426, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 347/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 03/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 03 de outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

IVANIR BENKE FANTINEL  
Contratado

### Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0027/2011

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0027 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, no Centro de Educação Infantil Macieira. O preenchimento de vaga será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 10 de outubro a 17 de outubro de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3014.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
6/10/2011	Ministério da Saúde	PAB	60.467,75
6/10/2011	Ministério da Saúde	MAC	74.051,40

Secretaria de Finanças

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Aviso do Convite Nº 149/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso do Convite nº 149/2011

O OBJETO é a aquisição e instalação de postos de transformação. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 14h do dia 18/10/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 18/10/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 07 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### Errata do Aviso do Pregão Presencial Nº 144/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
ERRATA do Aviso do Pregão Presencial nº 144/2011

A Prefeitura Municipal de Gaspar informa que a data correta do certame acima mencionado é a apresentada neste aviso. O OBJETO é o Registro de Preços de materiais de limpeza e higiene. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 21/10/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal, sito à Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 21/10/2011, às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal, ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 05 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 955/2011

PORTARIA Nº 955/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 589/2011, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de Outubro de 2011, em que é concedida Licença Maternidade à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde - Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no art. 107 da Lei Complementar



Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Outubro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.967.2011

Lei nº 3.967, de 03 de outubro de 2011.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012, da administração pública municipal, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais e os riscos fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2012 estão discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal.

§ 1º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal terão precedência na alocação dos recursos no projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012, atendidas as despesas com obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

Art. 3º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2012 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2012", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Integra esta Lei, também, o Anexo de Metas Fiscais elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 407, de 20.06.2011.

§ 2º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados

nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º Terão prioridades sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos no desenvolvimento de programas na Área de Saúde.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária, por programas, atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e dos seus Fundos Municipais;

§ 1º No Orçamento da Prefeitura, como Unidade Gestora Central, serão incluídas as receitas de transferências destinadas aos Fundos Municipais e todas as despesas relativas aos programas decorrentes da aplicação constitucional de receitas de transferências e dos convênios firmados pelo Município.

§ 2º Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 6º O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por classificação econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 7º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específica, as dotações destinadas:

I - às ações relativas à saúde e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;

IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 8º O projeto da Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei.

Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;

II - evolução da despesa do Município segundo as categorias econômicas;

III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4320/64, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 com alterações);

IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 com alterações);

V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);

VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação (Anexo III da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);

VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo IV da Lei 4320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo VII da Lei 4320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - despesas orçamentárias por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - despesas orçamentárias por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85).

Art. 9º A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - análise da conjuntura econômica do Município, com indicação do cenário macroeconômico para 2012 e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2008 a 2010, estimado para 2011 e previsão para 2012 a 2014;

III - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária, destacando os efeitos da variação do índice de preços, das alterações da legislação e das demais premissas consideradas nas estimativas;

IV - avaliação das necessidades de financiamento do Município, explicitando receitas necessárias e destinação, bem como indicando os efeitos no endividamento e evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados.

§ 1º O Poder Executivo disponibilizará, até quinze dias após o encaminhamento do projeto da Lei Orçamentária, podendo ser por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos;

II - a memória de cálculo da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2012;

III - a situação observada no exercício de 2010 em relação aos limites e condições de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição;

IV - os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa "juros e encargos da dívida" e "amortização da dívida", da dívida fundada, realizados no ano de 2010, sua execução provável em 2011 e o programado para 2012;

V - memória de cálculo da reserva de contingência;

VI - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição.

§ 2º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 3º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

§ 4º No demonstrativo de que trata o inciso V, do § 1º deste artigo, serão discriminadas, separadamente, as estimativas relativas às contribuições do Município para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição.

Art. 10. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará ao Órgão Central de Planejamento do Município, até 15 de setembro de 2011, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 12. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2012 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2012, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14 da referida Lei Complementar.

Art. 14. Na estimativa da despesa deverá ser levada em conta a obtenção dos resultados primário e nominal previstos no Anexo de Metas Fiscais, que integra a presente Lei.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 16. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, definida no Demonstrativo VIII do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o inciso II, do art. 5º da mesma Lei Complementar.

Art. 17. Somente poderão ser incluídas no projeto da Lei Orçamentária dotações relativas às operações de crédito desde que já contratadas e aprovadas por Lei Municipal.

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:



I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45 da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2012, tiver ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 19. Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 20. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 21. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica, valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único. A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congêneres, conforme sua legislação.

Art. 22. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de saúde, educação ou de assistência social (que estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS);

II - sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou de assistência social;

IV - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais e contribuições correntes, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2012 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social ou contribuição corrente a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão e auxílios, prevenindo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 23. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e

objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 24. O Poder Executivo poderá emitir, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que, no exercício financeiro de 2012 poderão vir a ser beneficiadas por Subvenção Social, Contribuição Corrente e/ou Auxílios.

Art. 25. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo a 1% (um por cento) da receita corrente líquida, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificado no Anexo de Riscos Fiscais.

Parágrafo único. Na definição do percentual da Reserva de Contingência está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

Art. 26. A Lei Orçamentária para 2012 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder remanejamentos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Art. 27. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições circunstanciadas de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

§ 3º Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 4º Quando a abertura de créditos adicionais implicar em alteração das metas físicas, o anexo correspondente deverá ser objeto de atualização.

#### CAPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 28. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 29. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 30. O Poder Executivo poderá adotar as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilidade na cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art. 31. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, se atendidas às exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 32. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita na forma deste artigo, no

projeto da Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as propostas de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art. 33. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a propor alterações na legislação tributária do Município.

## CAPÍTULO V

### DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. No exercício financeiro de 2012, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 35. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2012 somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;

IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável, e do Art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação das Secretarias de Administração e da Fazenda, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 37. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 38. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência de cada Secretaria.

Art. 39. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal serem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento, no prazo máximo de dois quadrimestres:

I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial. Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.

Art. 41. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder e dos programas que integram a execução orçamentária deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quinze dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem como as justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

§ 2º A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 42. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2012, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução;

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I.

§ 1º Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I - redução de investimentos programados com recursos próprios;

II - eliminação de despesas com horas-extras;

III - redução de gastos com combustíveis;

IV - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 43. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, na Seção IV da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 44. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 45. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 48. Para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2012, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro num exercício não ultrapassar, para bens e serviços, os limites fixados pelos incisos I e II do art. 24 da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 49. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 50. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida;

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 119.2011**

DECRETO PMI Nº 119 de 04 de outubro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

31

- FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Unidade: 31.01 - Convênio Polícia Militar

Programa: 17 - Qualidade ao Trânsito

Projeto (Ação): 2.044 - Manutenção do Fundo de Trânsito

Funcional programática: 06.182.0017

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 19.000,00

Total 19.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar

de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

31

- FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Unidade: 31.01 - Convênio Polícia Militar

Programa: 17 - Qualidade ao Trânsito

Projeto (Ação): 2.044 - Manutenção do Fundo de Trânsito

Funcional programática: 06.182.0017

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 19.000,00

Total 19.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI SEDURB Nº 04.2011**

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 04, de 6 de outubro de 2011.

Subdelega competência para os atos que menciona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto PMI nº 173, de 30 de novembro de 2010, que dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e seguintes da lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, permitindo a delegação de competência do titular de órgão administrativo aos seus subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação técnica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

RESOLVE:

Art. 1º Todas as Licenças e/ou Alvarás vinculados legalmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental serão assinados pelo titular da pasta, após serem visados pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental, especialmente os seguintes atos:

I - Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

II - Licença para a instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

III - Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

IV - Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);

V - Alvará de Licença para parcelamento do solo (Lei Federal nº 6.766, de 19-12-1979 c/c Lei Municipal nº 376, de 16-12-1974);



VI - Licença Prévia - LP (art. 36, I, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);  
 VII - Licença de Instalação - LI (art. 36, II, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente); e  
 VIII - Licença de Operação - LO (art. 36, III, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

Art. 2º Observadas às disposições legais e regulamentares, fica subdelegada competência aos agentes públicos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental para a prática dos atos previstos na legislação vigente e, especialmente, aqueles elencados neste ato.

§ 1º Ao Diretor de Gestão Urbana e Ambiental ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Visto na Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);  
 II - Visto na Licença para a instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);  
 III - Visto no Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);  
 IV - Visto no Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);  
 V - Visto no Alvará de Licença para parcelamento do solo (Lei Federal nº 6.766, de 19-12-1979 c/c Lei Municipal nº 376, de 16-12-1974);  
 VI - Visto na Licença Prévia - LP (art. 36, I, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);  
 VII - Visto Licença de Instalação - LI (art. 36, II, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente); e  
 VIII - Visto na Licença de Operação - LO (art. 36, III, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);  
 IX - Analisar as Operações Concertadas e Projetos Especiais (art. 53, I, "b", LC n.º 2.623, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);  
 X - Prestar todas as informações pertinentes ao Modelo Espacial e Plano Regulador (art. 53, I, LC n.º 2.623/2005, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba); e  
 XI - Demais atos determinados pelo Secretário.

§ 2º Ao Chefe do Departamento de Urbanismo ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Aprovação de projetos (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);  
 II - Analisar, revisar, aprovar ou rejeitar projetos de edificações, parcelamento do solo e condomínio de edificações (art. 53, I, LC n.º 2.623/2005, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);  
 III - Emitir pareceres;  
 IV - Emitir o Termo de Verificação da Execução Parcial ou Total das Obras (TVETO) de infraestrutura de empreendimentos urbanísticos (art. 18, V, Lei 6.766/79); e  
 V - Demais atos determinados pelo Secretário ou pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental.

§ 3º Ao Chefe do Departamento de Meio Ambiente ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Licença Prévia - LP (art. 36, I, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);  
 II - Licença de Instalação - LI (art. 36, II, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente); e  
 III - Licença de Operação - LO (art. 36, III, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);  
 IV - validação dos levantamentos, vistorias e avaliações;  
 V - validação das medições e coletas de amostras;  
 VI - visto em relatório técnico de inspeção;  
 VII - Requisição de força policial, quando obstados os trabalhos de fiscalização; e  
 VIII - Demais atos determinados pelo Secretário ou pelo Diretor

de Gestão Urbana e Ambiental.

§ 4º Ao Chefe do Departamento de Saneamento ficam atribuídos os seguintes atos:

I - Autorização de obras ou serviços de saneamento (art. 29, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 II - exercer o poder de polícia em relação à prestação dos serviços públicos municipais, inclusive de saneamento, segundo a legislação, normas e regulamentos pertinentes (art. 33, I, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 III - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, avaliando o cumprimento das metas e padrões estabelecidos, impondo medidas corretivas e sanções quando for o caso (art. 33, II, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 IV - fixar normas e instruções para a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos usuários, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação (art. 33, III, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 V - analisar e emitir parecer sobre propostas da Entidade Regulada quanto aos ajustes e modificações nos termos de suas obrigações e quanto à prestação dos serviços, aprovando ou rejeitando o que estiver no limite de sua competência (art. 33, IV, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 VI - acompanhar o desempenho econômico-financeiro da execução dos serviços, procedendo análise e aprovação das revisões e dos reajustes tarifários para a manutenção do equilíbrio da prestação dos serviços (art. 33, V, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 VII - atender as reclamações dos usuários, citando e solicitando informações e providências da Entidade Regulada, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas (art. 33, VI, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 VIII - mediar os conflitos de interesse entre o delegado e o poder outorgante e entre os usuários e a Entidade Regulada, adotando, no seu âmbito de competência, as decisões que julgar adequadas para a resolução desses conflitos (art. 33, VII, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 IX - acompanhar e auditar a manutenção das instalações e recursos operacionais dos sistemas de saneamento, assim como a incorporação de novos bens, para garantia das condições de reversão dos ativos ao poder público na forma do instrumento de delegação (art. 33, VIII, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento);  
 X - acompanhar e opinar sobre as decisões da Entidade Regulada, relacionadas com alterações na forma do instrumento de delegação, com a sua rescisão antecipada, com a rescisão por término do prazo de delegação ou com as prorrogações do instrumento de delegação (art. 33, IX, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento); e  
 XI - prestar contas anualmente das suas atividades, incluindo demonstrações quanto à eficácia e efetividade de suas ações, seus custos e produtividade, ao COMUSA, ao Tribunal de Contas do Estado e à sociedade civil em audiência pública específica (art. 33, X, LC nº 2.383, de 16-07-2003 - Política Municipal de Saneamento); e  
 XII - Demais atos determinados pelo Secretário ou pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental.

§ 5º Ao Chefe do Departamento de Fiscalização Urbana e Ambiental ficam atribuídos os seguintes atos:

I - registrar, atender e apurar denúncias dirigidas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;  
 II - estabelecer contato permanente com o Ministério Público e órgãos de meio ambiente estaduais, e federais, através de seus órgãos de licenciamento e fiscalização, a fim de prevenir e fiscalizar parcelamento do solo, construções e agressões ambientais no território do município;  
 III - coordenar e dirigir os trabalhos de campo pertinentes às



agressões ambientais e à fiscalização de posturas, edificações e obras particulares, além das normas de meio ambiente, com o objetivo de fazer respeitar a legislação municipal e impedir as construções clandestinas;

IV - dar suporte na capacitação dos fiscais no que se refere a observância da legislação ambiental municipal, estadual e federal;

V - acompanhar o andamento das denúncias encaminhadas ao Ministério Público, bem como demais órgãos estaduais e federais;

VI - estudar os projetos aprovados e instruir os fiscais sobre a observância da legislação urbanística e as orientações técnicas para o acompanhamento e a avaliação de obras e edificações e do meio ambiente;

VII - coordenar a realização de diligências, sindicâncias e demais medidas necessárias para o cumprimento dos serviços a seu cargo;

VIII - programar e coordenar as vistorias de instalações mecânicas e sanitárias de equipamentos residenciais ou públicos que estiverem sob suspeita de prejudicar a segurança ou a salubridade pública;

IX - providenciar a interdição ou demolição de obras e imóveis considerados ameaçadores da segurança e da salubridade públicas;

X - providenciar a identificação de construções clandestinas e tomar as providências pertinentes;

XI - propor a aplicação de multas aos infratores das disposições legais referentes às construções particulares;

XII - programar o treinamento dos fiscais no sentido de exercerem junto à população uma ação eminentemente educativa; e

XIII - promover o recolhimento de animais e materiais encontrados nas vias públicas, assim como devolvê-los quando o infrator se desobrigar das penalidades impostas; e

XIV - Demais atos determinados pelo Secretário ou pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental.

Art. 3º Fica subdelegada atribuição para análise de processos de licenciamento urbano-ambiental de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental aos seguintes servidores:

I - Tiago Brill Lopes, Célio Nunes Nascimento Júnior, Alexandro Tolentino Pamato e Paulo Sérgio Siqueira, para os processos relativos ao licenciamento de edificações e demais processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo;

II - Leonardo da Silva Teixeira, para os processos relativos a parcelamento do solo urbano e demais relacionados a geomensura ou processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo;

III - Lisiane Bittencourt Vieira, emissão de:

a) Certificado de Viabilidade Técnica;

b) Alvarás de Licença e Uso;

c) Sistema de Registro Integrado - REGIN/JUCESC;

d) Certidões (art. 33 da LOM);

e) Guias para recolhimento de taxas; e

f) demais processos encaminhados pelo Chefe do Departamento de Urbanismo;

IV - Wagner de Amorim:

a) certificação em levantamentos, vistorias e avaliações de cunho ambiental;

b) certificação de medições e coletas de amostras;

c) edição de relatório técnico de inspeção;

d) atividades e atos de fiscalização ambiental, na forma da legislação vigente;

e) manifestação e parecer em processos que demandem análise de cunho ambiental;

f) demais atos determinados pelo Chefe do Departamento de Meio Ambiente;

§ 1º Cabe ao Chefe do Departamento de Urbanismo, além das atribuições especificadas pela legislação vigente, a avocação dos processos de que tratam os Incisos I, II e III, bem como, o

procedimento revisional dos processos analisados por aqueles profissionais.

§ 2º Cabe ao Chefe do Departamento de Meio Ambiente, além das atribuições especificadas pela legislação vigente, a avocação dos processos de que trata o Inciso IV, bem como, o procedimento revisional dos processos analisados por aquele profissional.

§ 3º Cabe à Assessora Iara Pittigliani Carvalho Mendes, entre outras determinações:

a) a redação final e remessa para publicação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, de atos emanados da SEDURB, observando as normas e diretrizes estabelecidas pelo Decreto PMI nº 40, de 27 de março de 2009; e

b) a emissão de ordens de abastecimento dos veículos oficiais.

§ 4º Cabe à Assessora Katarine Garcia Carpes e ao Assessor Carlos Augusto da Silva, entre outras determinações:

a) O controle da protocolização de documentos;

b) Acompanhamento de processos;

c) Atendimento e informações ao público, presencial ou por telefone;

§ 5º Todos os processos e procedimentos relacionados neste ato poderão ser redirecionados ou avocados e analisados ou revisados pelo Diretor de Gestão Urbana e Ambiental.

Art. 4º Os atos serão datados e assinados, com identificação do número e data deste ato por carimbo ou outro meio.

Art. 5º Fica revogada a Portaria PMI/SEDURB nº 04, de 6 de setembro de 2011.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de outubro de 2011.

ANTÔNIO CLÉSIO COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

IARA PITTIGLIANI CARVALHO MENDES

Assessora

### **Extrato de Publicação de Tomada de Preços Nº 09/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2011 PROCESSO Nº 175/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2011 PROCESSO Nº 12/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 27 de outubro de 2011, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para implantação de drenagem pluvial e da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto - pcc da avenida central da praia do rosa - trecho av. Porto novo / rua 41303, situada no bairro de Ibiraquera - Imbituba - SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 10 de outubro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

**CÂMARA MUNICIPAL****Ato da Presidência Nº 36/11**

Ato da Presidência nº 36/11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 33ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 10 de outubro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
03	PL nº 4.067/2011	03/02/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera os artigos 4º e 6º da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
101	PLC nº 239/2011	05/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui o regime urbanístico municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
106	PLC nº 240/2011	19/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a extinguir, por remissão, créditos tributários relativos à IPTU, ISS-fixo, Taxas incidentes em razão do funcionamento de estabelecimentos e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
107	PLC nº 241/2011	19/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
110	PLC nº 242/2011	28/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera o Anexo II (Mapa 11) da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.163/2011	27/09/2011	Poder Legislativo	Rogberto de Farias Pires	Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Estivadores de Imbituba e Laguna.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
114	PL nº 4.164/2011	06/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
115	PL nº 4.165/2011	06/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
116	PL nº 4.166/2011	06/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ 16/2011	19/09/2011	Poder Legislativo	Dorlin Nunes Júnior	Requer a autorização para a instalação de uma Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN, em Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 06 de outubro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Presidente

ELÍSIO SGROTT  
Vice-Presidente



LUÍS ANTÔNIO DUTRA  
Primeiro-Secretário

THIAGO MACHADO  
Segundo-Secretário

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Teste Seletivo para Contratação Temporária

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 003/2011

Prefeitura Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Wanderlei Lezan, torna público que se encontram abertas de 10/11/2011 a 13/11/2011 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício de 2011 e 2012, com fundamento na Lei Complementar Municipal 013/2003, com alteração na Lei Complementar Municipal nº 022/2005, Art.2º, Inciso 4º; para atuação de Auxiliar de Serviços Gerais, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para cargos de Auxiliar de Serviços Gerais disponíveis na Prefeitura Municipal, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano de 2011 e 2012.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no site [www.amplanorte.org.br](http://www.amplanorte.org.br).

#### 2. DAS VAGAS

2.1. O preenchimento das vagas dar-se-á, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição deverá ser feita através da internet, no site [www.amplanorte.org.br](http://www.amplanorte.org.br). Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato deverá:

a. Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;

b. Acessar [www.amplanorte.org.br](http://www.amplanorte.org.br) para INSCRIÇÃO ON LINE e preencher o requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;

c. Imprimir o requerimento de inscrição;

d. Entregar os documentos exigidos para a efetivação da inscrição até o dia 14/11/2011 até as 11:30hs na Secretaria Municipal de Educação para análise da Comissão do Teste Seletivo.

e. Efetuar o depósito no valor da inscrição, no Banco do Brasil - Agência 0206-2, Conta Corrente nº 22.366-2. (AMPLANORTE)

3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição a opção, pela área e pela disciplina.

3.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Teste Seletivo.

3.4. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina ou área.

3.5. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante

legal. Reserva-se a Comissão do Teste Seletivo o direito de excluir do mesmo aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.6. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.7. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.8. O valor da inscrição será de R\$20,00 (vinte reais) para todos os cargos.

3.9. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas imediatamente dois dias úteis após o término das inscrições, no mural de publicações da prefeitura municipal e nos sites definidos no item 1.2 deste edital, onde caberá recurso no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) dirigido à Comissão do Teste Seletivo.

#### 4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas conforme o artigo 37, da Constituição Federal, fica assegurado o direito de inscrição no teste seletivo desde que a deficiência de que são portadores sejam compatíveis com o exercício do cargo.

4.2. Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento).

4.2. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

4.3. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões clinicamente estabelecidos.

4.4. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada e de acordo com as vagas por lei reservadas.

4.5. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.

4.6. A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feito em duas listas, contendo na primeira a pontuação total de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiências e, a segunda relação somente com a classificação dos portadores de deficiência (para os cargos que atinjam o percentual reservado).

4.7. Quando da convocação para a contratação, o candidato portador de deficiência passará por avaliação médica a fim de atestar a deficiência alegada e analisar a compatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

4.8. Caso fique comprovado que o candidato não é portador de deficiência, o mesmo perderá o direito a vaga, da mesma forma que se verificar a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

#### 5. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

5.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

5.1.1. Prova de identidade; (Fotocópia RG ou Carteira Profissional);

5.1.2. Certidão de nascimento dos filhos fotocópia (para fins de desempate);

5.1.3. Fotocópia Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

5.1.4. CPF (fotocópia);

5.1.5. Fotocópia de conclusão do Ensino Fundamental (séries iniciais).

#### 6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Prefeitura Municipal de Irineópolis.

6.2. As provas serão elaboradas e aplicadas pela comissão de apoio - AMPLANORTE, designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### 7. DAS PROVAS:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

7.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos aos cargos pretendidos; 10 (dez) questões de conhecimentos gerais.

7.2. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

7.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

#### 8. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

8.1. A prova escrita terá duração máxima de 1h 30min (uma hora e trinta minutos) e será realizada no dia 16/11/2011, com início às 09 (nove) horas, nas dependências do Centro de Uso Múltiplo, cito a Rua Guanabara.

8.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

8.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II- consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

8.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

8.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 45 minutos a partir do início.

8.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

#### 9. CLASSIFICAÇÃO GERAL

9.1. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos estarão disponíveis no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: [www.amplanorte.org.br](http://www.amplanorte.org.br), após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

9.2. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos nos dias 19 e 20 de outubro de 2011, encaminhados através de requerimentos à Secretaria Municipal de Educação, para análise da Comissão do Teste Seletivo.

9.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 21/11/2011 às 15:00 horas;

9.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

9.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

9.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

#### 10. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

a) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

b) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

c) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado admissional fornecido pelo médico.

d) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

e) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira de Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

10.2. Os classificados serão notificados a comparecer no departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

10.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

#### 11. DO REGIME JURÍDICO

11.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Municipal, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

#### 12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Prefeitura Municipal;

12.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram a (o) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Prefeitura Municipal, observada a ordem de classificação dos candidatos;

12.3 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

12.4 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.

12.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 07 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal



**TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 003/2011**

Prefeitura Municipal de Educação

**ANEXO I****CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA O CARGO A NÍVEL DE  
ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS****Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 017/2011**

Portaria Nº 17/2011

**EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Iri-  
neópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que  
lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III  
letra "a" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa  
e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Mu-  
nicipal,

**RESOLVE:**

Exonerar, a partir desta data, JUCILÉIA GEVIESKI BINDER, RG nº  
4.470.794, inscrita no CPF sob o nº 046.515.819-60, do cargo de  
Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, do Quadro  
de Pessoal da Câmara Municipal, a qual foi contratada através da  
Portaria nº 015 de 04 de Agosto de 2009.

Gabinete da Presidência, em 29 de Setembro de 2011.

**ANTONIO CARLOS SENFF**

Presidente da Mesa

  
**Itapoá**

---

**PREFEITURA**

---

**Editais de Pregão Presencial Nº 35/2011 Processo Nº  
88/2011 Aquisição de móveis**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2011

PROCESSO Nº 88/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TOR-  
NA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO  
PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida

pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se  
subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de  
junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais,  
consoante condições e especificações estabelecidas no presente  
Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30m  
estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário,  
e que às 09h:00m, do dia 21 de outubro de 2011, na sala do  
Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra.  
Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes  
devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, in-  
dispensável para a participação no certame para a Aquisição de  
móveis para a reestruturação do Centro Administrativo Municipal  
em sua nova sede, conforme especificações constantes no Edital.  
O Edital contendo especificações em partes, poderá ser retirado  
no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.goc.br](http://www.diariomunicipal.sc.goc.br),  
para retirada da complementação do edital que se dará na sede da  
Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações  
e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 20,00 (vinte reais). O  
horário disponível para retirada é das 7h:30m às 12h:00 m e das  
13h:30m às 16h:30m.

Itapoá, 07 de outubro de 2011.

**ERVINO SPERANDIO**

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

**FERNANDA CRISTINA ROSA**

Pregoeira Oficial

**Termo Aditivo N.º 33/2011**

TERMO ADITIVO N.º 33/2011

**QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº 16/2011. (2º termo aditivo)**

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de  
um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º  
81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430,  
neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato re-  
presentado neste ato representado pela Secretária da Saúde,  
CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI. RG. nº  
706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Prefeito Muni-  
cipal, ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG  
nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e  
domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade,,  
doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATA-  
RIO), e de outro lado REGINALDO NERE DE SANTANA, brasileiro,  
casado, produtor rural, portador do CI. RG n.º 3.648.217-6/PR, e  
inscrito no CNPF/MF sob nº 483.429.399-87, residente e domici-  
liado a Rua Espírito Santo nº 567, Baileário: Itapema do Norte,  
nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO  
(LOCADOR), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa  
prorrogar o prazo de vigência do objeto à locação de Imóvel não  
residencial em alvenaria, sendo locado apenas o 1º (primeiro) pa-  
vimento com área de 85 m2 de um sobrado de 170 m2, distribuí-  
dos em 05 (cinco) salas, 01 (um) cozinha, 01 (um) banheiro, com  
garagem; murada com portão em madeira; localizado sob a Rua  
Espírito Santo, nº 647, constituído pelo Lote n.º 05 da quadra nº  
20 do loteamento denominado Baileário Nossa Senhora Aparecida  
na localidade Itapema do Norte registrado no Registro de Imóveis  
da Comarca de Itapoá, Dr. Gilberto de Carvalho Júnior - Interven-  
tor, sob a matrícula de n.º 5.360 - livro n.º 02 - ficha n.º 01, e em  
conformidade com a autorização contida no processo licitatório na  
modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº  
03/2011, Art. 24 inciso X, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada  
pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas  
cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo visa prorrogar o prazo de vigência do contrato administrativo n.º 16/2011 em 2 (dois) meses contados a partir de 30/09/2011 e término previsto em 30 de novembro de 2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 16/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 16/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 setembro de 2011.

LOCATÁRIO  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
ERVINO SPERANDIO

LOCADOR  
REGINALDO NERE DE SANTANA

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
SECRETARIA DE SAÚDE

Testemunhas:

NOME:  
CNPJ/MF:  
NOME :  
CNPJ/MF:

**Termo de Rescisão ao Contrato Administrativo N.º 34/2011**

T TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 34/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento o Município de ITAPOÁ/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 1.590, nº 430, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado CREDENCIANTE/CONTRATANTE e, de outro lado a CARDOSO DE LIMA E SANTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF: 06.745.807/0001-30, estabelecido à Rua 2080, nº 205, na localidade Itapoá, balneário Praia do Imperado, neste Município, representada neste ato pela proprietária Sra. Marli dos Santos de Lima, portador da CI.RG nº 4.060.144-9 SSP/PR e do CNPJ/MF: 545.200.299-53, aqui denominada CREDENCIADA/CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com o protocolo nº 3355/2011 e despachos constantes do processo, resolvem rescindir o referido Contrato administrativo nº 72/2011 de Prestação de Serviços, com fundamento na Cláusula décima terceira alínea "a" e no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 72/2011 de Prestação de Serviço fornecimento de alimentos aos

servidores municipais, celebrado em 26/09/2011.

Descrição do objeto	Valor máximo do Ticket (Vale alimentação) R\$
1 Considera-se "alimentos", toda e qualquer substância, orgânica ou mineral, que introduzida no organismo em proporções convenientes e capazes de assegurar ao ser humano o desenvolvimento e a conservação normais no meio em que vive. Em síntese o alimento deve ser comível, ser digerível, e ser nutriente.	7,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO**

Por força da presente rescisão, as partes dão por encerrado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da comarca de Itapoá-SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Itapoá, 05 de outubro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

CREDENCIADA/CONTRATADA  
CARDOSO DE LIMA E SANTOS LTDA ME  
MARLI DOS SANTOS DE LIMA

Testemunhas:

Nome:  
CNPJ/MF:  
Nome:  
CNPJ/MF:

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

**Lei Nº 4.164 de 05 de Outubro de 2011.**

LEI Nº 4.164 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Joaçaba, relativo ao exercício financeiro de 2012, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 §2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública do Município de Joaçaba;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do município, e
- VII - disposições gerais.

## CAPÍTULO I

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2012, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite a programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2010-2013.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar 101/2000, são as identificadas nos Demonstrativos integrantes desta Lei, e que conterà ainda:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;

VII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XI - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

XII - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

XIII - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XV - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das

Metas Fiscais de Montante da Dívida;  
XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgãos orçamentários e unidade orçamentária;

II - órgão, Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas às respectivas unidades orçamentárias. É o maior nível da classificação institucional;

III - unidade orçamentária, segmento da administração direta ou indireta a que o orçamento do Município consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e respectivas ações, sobre os quais exerce o poder de disposição. É o menor nível da classificação institucional;

IV - função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público;

V - subfunção é indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

VI - programa é o instrumento de organização governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. O plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses instrumentos uma integração desde a origem. O programa age como módulo integrador, e as ações, como instrumentos de realização dos programas.

VII - ação são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros.

VIII - atividade é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário a manutenção da ação de governo;

IX - projeto é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

X - operações especiais, são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

XI - categoria econômica é a classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar

elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público;

XII - grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza operacional do gasto;

XIII - modalidade de aplicação é a classificação da natureza da despesa que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados;

XIV - receita são recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de correntes e de capital; Ainda sob o enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços;

XV - execução física é a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XVI - execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral e nos créditos adicionais, mediante empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVII - execução financeira trata do pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XVIII - execução da despesa são os estágios da despesa orçamentária pública na forma prevista na Lei nº 4.320/1964 que são: empenho, liquidação e pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa as quais se vinculam.

Art. 4º A Lei Orçamentária para o exercício de 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão MOG, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Portaria Interministerial nº 163, de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 2009 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320, de 1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320, de 1964, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

III - Demonstrativo da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IV - Classificação da Despesa Quanto a sua Natureza - Resumo Geral (Anexo 4 da Lei 4.320, de 1964, Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

V - Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VI - Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VII - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta, a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XII - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada no exercício imediatamente anterior ao da elaboração da proposta, a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta e a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XIII - Demonstrativo das Receitas e das Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);

§ 1º O Orçamento dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 5º A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada, acrescida dos fundos especiais, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e outros criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 6º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2012 compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, abaixo descritos:



- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Joaçaba;
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba.
- Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba;
- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba;
- Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba;
- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

Art. 7º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, são os seguintes:

- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta;
- b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e
- f) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá no texto ou sob a forma de anexo:

I - análise da conjuntura econômica do Município;

II - demonstração explicitando receitas e despesas, bem como os resultados primário e nominal implícitos no projeto de Lei Orçamentária para 2012 os estimados para 2011 e os realizados em 2010;

III - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, previsão para 2011 e 2012, com justificativa da estimativa para 2012, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV - quadro demonstrativo da evolução da despesa, dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, fixadas para 2011 e 2012, com justificativa para os valores fixados para 2012;

V - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com

identificação do credor, saldo em 31/12/10, desembolso do principal e acessório no exercício de 2011;

VI - quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação sintética das contas e saldos relativos ao último bimestre encerrado imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária a Câmara de Vereadores;

VII - quadro demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao último bimestre encerrado imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária a Câmara de Vereadores;

VIII - quadro demonstrativo da receita corrente líquida dos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012;

IX - Quadro demonstrativo da aplicação com despesas de pessoal e encargos sociais por Poder para o exercício de 2012, demonstrando o percentual de comprometimento previsto;

X - quadro demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação para o exercício a que se refere a proposta orçamentária;

XI - quadro demonstrativo dos recursos destinados a saúde e a programação de aplicação referente ao exercício da proposta Orçamentária.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2012 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios encerrados.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo a Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

Art. 15. Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo único. A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira.

Art. 17. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e comunicará ao Poder Legislativo, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes será estabelecido de forma proporcional a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias, fixadas na Lei Orçamentária de 2012, observadas as fontes de recursos, exceto:

I - custeadas com recursos de doações e convênios;

II - Projetos já iniciados;

III - Atividades caracterizadas como essenciais ao desempenho dos serviços públicos no âmbito da saúde, educação e assistência social;

IV - Despesas fixas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º Com base na informação a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo editará ato, até o 10º (décimo) dia subsequente a comunicação, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira de ambos os Poderes.

§ 3º O Poder Executivo deverá elaborar demonstrativo de acompanhamento das estimativas de receitas, no intuito de verificar o restabelecimento das metas de arrecadação.

§ 4º Comprovado o restabelecimento das metas de arrecadação o Poder Executivo poderá a qualquer tempo, editar ato de suspensão da limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 19. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta Lei.

Art. 20. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação, a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa.

Art. 21. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências, anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, com a limitação de empenhos e caso seja constatado, com o excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei ao Legislativo, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou não comprometidos.

Art. 23. O Orçamento para o exercício de 2012 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais.

Art. 24. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 25. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária a obtenção das metas fiscais. (art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

II - Desdobrar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

III - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas;

IV - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, para verificação dos limites estabelecidos no art. 55 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

V - Os programas priorizados por esta lei, que estarão contidos no Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária de 2012, serão desdobrados em metas quadrimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública perante a Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, avaliar gastos e cumprimento das metas estabelecidas;

VI - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 26. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito, transferências voluntárias, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados, se ocorrer seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito adicional suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo ou o crédito especial com autorização legislativa.

Art. 27. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2012, constantes do Anexo próprio desta Lei, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo visando ao desenvolvimento de programas do governo.

Art. 30. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 31. Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas, autorizada por lei específica, desde que prevista na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais.

Art. 32. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo e será concedida mediante autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas de acordo com o convênio firmado, na

forma própria estabelecida pelo Controle Interno (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 2º Suas atividades deverão ser de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 3º Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios e subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2012, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua Diretoria.

Art. 33. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da legislação federal, a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

II - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;

III - transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no item anterior (art. 167, VI da Constituição Federal);

IV - abrir créditos adicionais suplementares, até o limite do valor apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

V - modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender as necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não serão considerados para apuração do limite de 50%, disposto neste artigo.

Art. 34. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão a conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na lei orçamentária anual.

Art. 35. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento da educação básica e, no mínimo 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos estabelecidos no art. 7º, inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB obedecerá ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 14, de 1996 e nº 53, de 2006, e as Leis nº 9.424, de 1996 e 11.494, de 2007, e suas alterações.

Art. 36. Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 1998.

CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A lei orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento de despesas de capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 38. A contratação de operação de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e dependerá de autorização legislativa específica (art. 32. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 39. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2012 não excederá os limites estabelecidos no anexo de metas fiscais que integra esta Lei, sendo que em caso de ser ultrapassado, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira definidas nesta Lei. (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo, mediante lei autorizativa, poderão conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, e por ato administrativo efetuar admissões de pessoal aprovado em concurso público ou contratações de pessoal em caráter temporário na forma da lei, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000. (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento de 2012 ou em créditos adicionais.

§ 2º As alterações do quadro de cargos permanentes do Poder Executivo, nas quantidades legalmente fixadas somente serão possíveis nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2011 ou no decorrer de 2012, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

Art. 41. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites estabelecidos no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (art. 22, parágrafo único, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000):

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - eliminação das despesas com horas extras;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 44. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores públicos de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", no elemento de despesa 34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

Art. 45. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 46. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47. O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo apresentando seu impacto orçamentário e financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes conforme disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medida de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa de valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício (art. 14, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. A execução da Lei Orçamentária de 2012 e dos créditos



adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 51. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 52. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 53. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com atualização monetária pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55. O Executivo Municipal enviará proposta orçamentária à Câmara de Vereadores, até o dia 31/10/2011, sendo, apreciada e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme dispõe o art. 51, inciso III da Lei Orgânica.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e reenvio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º A Câmara de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 56. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 05 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### MENSAGEM

A Lei das Diretrizes Orçamentárias, assim como o Plano Plurianual, foi determinada pela atual Constituição Federal de 1988, para que o governo, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, elabore as metas, segundo as prioridades, juntamente com as despesas de capital, para o exercício do ano seguinte. Pode-se dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento de planejamento inovador, que proporciona maior transparência ao processo de elaboração do orçamento, possibilitando a participação do Parlamento na condução das finanças públicas.

A Lei de Diretrizes Orçamentária tinha como funções básicas, orientar a elaboração da proposta orçamentária e definir as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraídas do Plano Plurianual.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebeu muitas outras atribuições importantes, fortalecendo sobremaneira a função planejamento, ao exigir apresentação de anexo de metas fiscais, reserva para riscos fiscais, regras para controle de custos e avaliação de resultados além de atribuir a ela competência para disciplinar os mecanismos de limites e condições impostos à gestão responsável da coisa pública.

O artigo 165, II, § 2º da Constituição Federal, estabelece que a LDO é uma lei de iniciativa do Poder Executivo e compreenderá as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraída do Plano Plurianual.

Neste sentido, em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2012 do município de Joaçaba, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2010-2013. Desta forma, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas na LDO, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Conforme disposto no artigo 169, § 1º, II da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve, além de orientar a elaboração da proposta orçamentária, dispor sobre alterações na legislação tributária, bem como sobre autorização para criar cargos, empregos e funções, concessão de vantagens e aumento, alteração da estrutura de carreira e admissão de pessoal a qualquer título, quando for o caso.

Sugerimos consultar o Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) 4ª Edição - Válido para o exercício de 2012, disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/manuais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manuais.asp) aprovado pela Portaria MF/STN nº 407 de 20 de junho de 2011, como instrumento de apoio e consulta aos Vereadores participantes das comissões de análise do referido projeto.

Sendo assim, estamos encaminhando a essa Colenda Casa Legislativa, o Projeto de Lei que: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", contendo os Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais e prioridades para o exercício seguinte para apreciação e aprovação dos Nobres Edis.

Atenciosamente,

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Homologação TP 10/2011/PMJ - PL 100/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 100/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 100/2011/PMJ,  
- Modalidade: TP 10/2011/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação do pavimento dos passeios públicos com lajotas de concreto (etapa 01), em trechos das Avenidas XV de Novembro e Santa Terezinha e da Rua Getúlio Vargas, no Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora:

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 332.554,33 (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), sendo:

R\$ 220.350,19 (duzentos e vinte mil, trezentos e cinquenta reais e dezenove centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 112.204,14. (cento e doze mil, duzentos e quatro reais e catorze centavos), correspondente aos serviços e meio mecânico.

BDI de 21%

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 04 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Homologação TP 11/2011/PMJ - PL 101/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 101/2011/PMJ,  
- Modalidade: TP 11/2011/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba.

- Empresa Vencedora:

LUZERNA INSTALAÇÕES LTDA

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 180.594,00 (cento e oitenta mil, quinhentos e noventa e quatro reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Contrato 245/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 245/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de

expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.025,08

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

**Extrato Contrato 246/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ANTONIO BOLDRINI ME

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 12.890,50

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

**Extrato Contrato 247/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.316,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

**Extrato Contrato 248/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: GRAFICA AMERICA LTDA ME

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.743,75

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

**Extrato Contrato 249/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.592,96

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.



**Extrato Contrato 250/2011 FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2011/FMS  
PL 36/2011 FMS - PP 30/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ELMO PAPELARIA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de material de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 6.715,15

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

**Extrato Contrato 857/2011/PMJ - PL 101/2011/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 857/2011/PMJ

PL 101/2011/PMJ - TP Nº 11/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 180.594,00 (cento e oitenta mil, quinhentos e noventa e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2011.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo.

**Extrato Homologação PL 36 PP 30 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 36/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 30/2011/FMS

Objeto: a aquisição de material de expediente, de proteção e segurança, de limpeza e processamento de dados, de suprimentos de informática e de mobiliário em geral, para manutenção dos programas e serviços da Secretaria de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

- Empresas Vencedoras:

ANTONIO BOLDRINI ME

VALOR R\$ 12.890,50

COMAPE MAQ. P/ ESCRIT. LTDA

VALOR R\$ 1.361,00

ELMO PAPELARIA LTDA

VALOR R\$ 6.715,15

GRAFICA AMERICA LTDA

VALOR R\$ 1.743,75

OBJETIVO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 1.025,08

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR R\$ 1.592,96

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato de Termo de Convênio Nº 51/2011**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 51/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE, A REALIZAR-SE NOS DIAS 18 E 20 DE FEVEREIRO DE 2012

COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.163/2011 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

VALOR: REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS), DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DEFINIDOS NA LEI MUNICIPAL N.º 4.163/2011:

A) R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) ATÉ 05 DE OUTUBRO DE 2011, SENDO QUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO DE ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO;

B) R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) ATÉ 05 DE JANEIRO DE 2012, SENDO QUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO;

C) R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) ATÉ 05 DE FEVEREIRO DE 2012, SENDO QUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO, CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO

VIGÊNCIA 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DO PRIMEIRO REPASSE, ATÉ A DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ÚLTIMA PARCELA.

Joaçaba-SC, 10 de Outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ALUAR ZAGONEL

Presidente

**Lages**

**PREFEITURA**

**Lauda Revogação Suspensão CC 05-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

OFÍCIO Nº 460/2011 Lages, 06/10/2011

AOS

INTERESSADOS

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2011 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FOTOELETRÔNICO DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE LAGES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS.

O Município de Lages, representado neste ato, pelo seu Prefeito, Sr. Renato Nunes de Oliveira, fundamentado nos termos do Ofício TCE/SEG nº 18.667/11 e no Acórdão nº 1741/2011, correlato ao Processo REP-11/00403768, exarados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, torna notório aos interessados, a **REVOGAÇÃO DA SUSTAÇÃO CAUTELAR** do Processo Licitatório em epigrafe, consoante Ata nº 64/2011 da Sessão Plenária de 26/09/2011.

Ante o exposto, fica estabelecida a data de 11/11/2011 às 14:00

horas, para a sessão de recebimento e abertura dos envelopes.

Atenciosamente,  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito do Município

### TP 17-2011 PML AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento do Edital:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
TP	17/2011 PML	Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Prédio Administrativo do Parque Ecológico, à Rua Carlos Mesquita, Bairro São Paulo, nesta cidade, com fornecimento de material.	03/11/11	14:00

A retirada do Edital obter-se-á somente na Sala de Licitações, sito à Rua Benjamin Constant nº 13, ao custo de R\$ 10,00.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de outubro de 2011.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

**Lauro Muller**

### PREFEITURA

#### Decreto nº 038/2011

DECRETO Nº 038/2011.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.660/2010,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### Suplementação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes  
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico  
2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 50.000,00

2.011 - Transporte Escolar  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 100.000,00

TOTAL - R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do provável excesso de arrecadação observando a tendência do exercício no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) distribuídos da seguinte forma:

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FNDE

Transferência do salário Educação - R\$ 50.000,00  
Transferência do PNATE - R\$ 100.000,00  
TOTAL - R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 28 de Setembro de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin, e Planej.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Legislativo Nº 2/2011

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2011  
"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO LINDOIENSE".

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 67, parágrafo único da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele,

#### D E C R E T A

Art. 1º. Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, autorizada a conceder o Título de Cidadão Lindoiense, em reconhecimento aos valiosos serviços prestados ao município, às pessoas abaixo mencionadas:

I - Esperidião Amin Helou Filho: Governador responsável pela primeira pavimentação asfáltica (SC 488); instalação da agência local Banco Besc, escritório local da Celesc e Telesc e do ensino de segundo grau (hoje ensino médio) no então distrito Lindóia.

II - Luiz Henrique da Silveira: Governador responsável pelo início da pavimentação asfáltica a SC 488, ligando Lindóia do Sul a Irani.

III - Odacir Zonta: Secretário Estadual de Agricultura responsável pela introdução no município do Programa Florestal Catarinense - projeto de longo prazo para viabilizar a cadeia produtiva da madeira, com foco na propriedade familiar; Programa Banco da Terra. Deputado Estadual. Deputado Federal que destinou emendas parlamentares para o município de forma contínua nos mandatos, (pavimentação asfáltica, arquibancada, patrulha agrícola mecanizada).

IV - Ideli Salvatti: Professora Presidente do SINTE (conquista diretas e indiretas para o magistério estadual sediado no município), senadora da república que mais destinou emendas parlamentares para o município (pavimentações, ambulância, praça, agroindústrias familiares, ampliação da unidade de saúde).

V - Luci Choinacki: Atuação junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Movimento de Mulheres Agricultoras. Deputada Federal que destinou emendas parlamentares para o município (aquisição de ambulância e retroescavadeira).

VI - Claudio Vignatti: Deputado federal que destinou as emendas mais abrangentes para a agricultura: Ministério da Agricultura (máquinas e equipamentos), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Integração Nacional (equipamentos para



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

agroindústrias) e Ministério da Pesca (retroescavadeira), além das pavimentações urbanas, incluindo o acesso à área industrial.

VII - Valdir Colatto: Deputado que destinou emenda para patrulha agrícola mecanizada.

VIII - Celso Maldaner: Deputado que destinou emenda para patrulha agrícola mecanizada.

IX - Moacir Sopelsa: Deputado Estadual que representa o município na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

X - Neodi Saretta: Deputado Estadual que representa o município na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 2º - A entrega das referidas honorárias, será feita em Sessão Solene para este fim, na data do dia 10 de dezembro de 2011, às 15h00min. com local a ser definido pelos organizadores.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta das dotações vigente do Município, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões.

Lindóia do Sul - SC, 06 de outubro de 2011.

PEDRO BRINGHENTI

Presidente

### **Editais Nº 001/2011-RH**

EDITAL Nº 001/2011-RH

ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA HABILITAÇÃO

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no Artigo 97 da Lei Complementar nº 050/2003, Art. 26, §§ 1º à 4º, da Lei Complementar nº 051/2003; e Art. 21, §§ 1º a 4º, da Lei Complementar nº 052/2003 de 10 de janeiro de 2003, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Progresso Funcional por Nova Habilitação dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para o Progresso Funcional por Nova Habilitação aos Servidores Públicos Municipais, estáveis na forma da Constituição Federal e Concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º - Fica aberto às inscrições para o Progresso Funcional por Nova Habilitação aos membros do Magistério público Municipal, estáveis na forma da Constituição Federal e Concursados com estágio probatório concluído ou em estágio probatório.

Art. 3º - Os Servidores Públicos Municipais efetivos e os membros do magistério público municipal, deverão apresentar comprovação de Nova Habilitação na área específica de atuação, superior ao nível de escolaridade mínima exigida para o cargo, para requerer a progressão:

§ 1º - O Prazo para apresentação do comprovante visando nova habilitação será até o dia 30 de novembro de 2011 a contar da publicação do presente Edital.

§ 2º - As solicitações de habilitação deverão ser protocoladas junto ao protocolo Geral da Prefeitura Municipal, juntando os seguintes documentos:

I - Requerimento de pedido de progressão por Nova Habilitação;

II - Comprovante de Nova Habilitação na área específica de atuação, superior ao nível de escolaridade mínima exigida para o cargo, devidamente autenticado.

Art. 4º - Fica designada a servidora pública municipal responsável pelos Recursos Humanos, para receber, apreciar os requisitos necessários para a concessão da progressão de que trata este edital.

Art. 5º - Publicado o resultado com a relação dos servidores que atenderam as exigências legais para obtenção da progressão por nova habilitação, fica assegurado o prazo de dois (02) dias para apresentação de recurso.

Art. 6º - O presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul (SC) 06 de outubro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e comunica-se

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Responsável pelo RH

# Luzerna

## PREFEITURA

### Balancete Financeiro FMAS

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2011

Emissão: 30/09/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.104,90	DESPESA ORCAMENTARIA	36.609,19
RECEITA CORRENTE	1.104,90	ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.609,19
RECEITA PATRIMONIAL	104,90		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>55.623,05</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>776,23</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	366,94	PREVIDENCIA SOCIAL	366,94
INSS	366,94	INSS	366,94
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	156,06	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	309,24
ISS	51,54	ISS	100,20
IRRF/GDF	104,52	IRRF/GDF	209,04
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	104,52	IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	209,04
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45
Contribuição ASM	5,45	Contribuição ASM	5,45
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	94,60	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	94,60
Clemens Salvi Klein	36,30	Clemens Salvi Klein	36,30
Antonio Darci Bandeira	58,30	Antonio Darci Bandeira	58,30
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	55.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>36.609,19</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>52.545,89</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	36.609,19	CREDITO LIQUIDADO	52.545,89
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	52.545,89
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>10.194,72</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>13.600,55</b>
APLICACOES FINANCEIRAS	10.194,72	APLICACOES FINANCEIRAS	13.600,55
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>103.531,86</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>103.531,86</b>

Gestor do FMAS  
ORLANDO FAVERO

Contador SC20394/0-8  
MARIA INÊS DALLLOMO

**Balancete Financeiro FMDCAL**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2011

Emissão: 30/09/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	84,35	DESPESA ORCAMENTARIA	6.231,88
RECEITA CORRENTE	84,35	ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.231,88
RECEITA PATRIMONIAL	84,35		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>10.578,48</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>629,78</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	294,28	PREVIDENCIA SOCIAL	294,28
INSS	294,28	INSS	294,28
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	60,90	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	112,20
ISS	60,90	ISS	112,20
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	223,30	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	223,30
Joel Rosa	88,00	Joel Rosa	88,00
Rodrigo Cerino da Silva	69,30	Rodrigo Cerino da Silva	69,30
Gizelle Adriana Melere	66,00	Gizelle Adriana Melere	66,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	10.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>6.231,88</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>10.869,42</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	6.231,88	CREDITO LIQUIDADO	10.869,42
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	10.869,42
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>9.726,60</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>8.890,23</b>
APLICACOES FINANCEIRAS	9.726,60	APLICACOES FINANCEIRAS	8.890,23
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>26.621,31</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>26.621,31</b>

Gestor do FMDCA  
CANDIDO HELIO DADALT

Contadora CRC/SC20394-0/8  
MARIA INÊS DALLOLMO

# Massaranduba

## CÂMARA MUNICIPAL

### Balancete Financeiro Setembro 2011

### CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

#### Balanço Financeiro

#### Anexo AN - 5

#### PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	73.758,19
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	72.818,19
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	62.864,01
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	9.954,18
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	940,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	940,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Investimentos Financeiros	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	96.600,00		
Transferências Financeiras Recebidas	96.600,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	83.387,98	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	83.477,67
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	9.629,79	Depósitos	9.121,08
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	9.629,79	Depósitos em Diversas Origens	9.121,08
Restos a Pagar	73.758,19	Restos a Pagar	74.356,59
Obrigações a Pagar	73.758,19	Obrigações a Pagar	74.356,59
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	110.633,11	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	133.385,23
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	110.633,11	Bancos Conta Movimento	133.385,23
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	290.621,09	TOTAL	290.621,09

Fonte:

Jose Osni Ronchi  
Presidente da Câmara

Dionisio Kemczynski  
Contador  
CPF: 683.469.309-25  
CRC: 026042/O-2/SC

Almir Trevisani  
Diretor ADM



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 124/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na .Rua Pedro Ramires de Mello, nº 474, na cidade de Pato Branco-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05.993.698/0001-04, neste ato representada pela Sra. LUCIANE POZZA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

1000MED		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
47	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ P/ SOL INJ 1200.000 UI	2000	0,630	1260,000
185	HEMIFUMARATO DE ALISQUIRENO 150 MG	3000	3,070	9210,000
242	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOL	1000	0,271	271,000
274	OXITOCINA 5 UI	300	0,950	285,000
336	TERBUTALINA 0,5 MG/ML	500	1,390	695,000
Total Fornecedor				11721,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

1000MEDIC DIST. IMP. EXP. MEDICAMENTOS LTDA  
LUCIANE POZZA  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 125/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Entrada Boa Esperança, nº 2320 - Fundo Canooas, na cidade de Rio do Sul-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

ALTERMED		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
24	AMIODARONA 50MG/ML	200	1,682	336,400
53	Bromazepan 3 mg	3000	0,044	132,000
74	CEFALOTINA 1G IM/ EV	1000	1,205	1205,000
102	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 40 MG	30000	0,713	21390,000
140	DOBUTAMINA 12,5 MG/ML	50	2,187	109,350
145	DOXAZOSINA 4 MG	10000	0,256	2560,000
159	FENITOINA 5% INJETÁVEL	200	0,589	117,800
174	GENTAMICINA 10 MG/ML	300	0,304	91,200
175	Gentamicina 20 mg/2ml (inj)	600	0,427	256,200
176	GENTAMICINA 80 MG	1000	0,385	385,000
178	Glicose 25% 10 ml	500	0,122	61,000
179	Glicose 50% 10 ml	500	0,128	64,000
180	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%	50	2,000	100,000
182	HALOPERIDOL GOTAS	20	5,000	100,000
183	Haloperidol 5 mg / ml	200	0,475	95,000
187	HEPARINA SÓDICA E.V.	100	7,353	735,300



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

189	Hidralazina 25 mg	10000	0,159	1590,000
200	INSULINA NPH	200	15,385	3077,000
206	KANAKION / KAVIT 10MG/ML	200	0,520	104,000
208	KCI / CLORETO DE POTÁSSIO 10 ML	300	2,000	600,000
220	LEVOTIROXINA SÓDI- CA 88 MCG	2000	0,154	308,000
223	LIDOCAÍNA 2% GEL	300	1,410	423,000
228	LORATADINA SULFA- TO DE PSEUDOEFED- RINA 10 240 MG	5000	3,198	15990,000
233	MANITOL 20% SO- LUÇÃO	100	3,482	348,200
238	METHERGIN	100	1,500	150,000
249	MORFINA 1,0 MG/ML AMPOLAS	1500	1,598	2397,000
262	NITROFURANTOÍNA POMADA 500 G	100	6,358	635,800
264	NOREPINEFRINA 8MG/ML (NORADRE- NALINA)	50	2,500	125,000
273	Oxcarbazepina 300 mg	1000	0,355	355,000
300	SAIS PARA REIDRA- TAÇÃO ORAL C/ SABOR	5000	0,600	3000,000
302	SALBUTAMOL 2 MG	3000	0,020	60,000
304	SERTRALINA CLOR. 50MG	5000	0,232	1160,000
307	Sinvastatina 40 mg	20000	0,075	1500,000
310	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML S/F	10000	1,394	13940,000
316	SORO GLICOSADO 5% 125 ML S/F	3000	1,590	4770,000
328	SULFATO DE MAGNE- SÍDIO 10%	100	1,000	100,000
339	tramadol 50 mg	4000	0,093	372,000
340	TRAMADOL 50 MG/ML	400	0,503	201,200
Total Fornecedor				78944,45

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001  
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA

MAICON CORDOVA PEREIRA  
Fornecedor

**Extrato de Ata de Registro de Preços N° 126/2011**  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 126/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSP. LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA OTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132- CENTRO, na cidade de FRANCISCO BELTRÃO-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.607.956/0001-81, neste ato representada pela Sra. SIRLEI FATIMA FOLLADOR, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

ANGEOMED		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
89	CLONAZEPAM 0,5 MG	5000	0,035	175,000
90	CLONAZEPAM 2MG	20000	0,045	900,000
Total Fornecedor				1075,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0024  
09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0024  
10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0024  
**FARMÁCIA BÁSICA**

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00001  
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSP. LTDA  
SIRLEI FATIMA FOLLADOR  
Fornecedor

## Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 127/2011

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: BH FARMA COMÉRCIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA SIMÃO TAMM, 257- CACHOEIRINHA, na cidade de BELO HORIZONTE-MG, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 42.799.163/0001-26, neste ato representada pela Sr. JARDEL MIGUEL FERREIRA DA SILVA PEREIRA SOBRINHO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

BH FARMA		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
10	Ácido Valpróico 250 mg	2500	0,198	495,000
265	NORETISTERONA 0,35 MG	10000	0,151	1510,000
Total Fornecedor				2005,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

BH FARMA COMÉRCIO LTDA  
JARDEL MIGUEL FERREIRA DA SILVA PEREIRA SOBRINHO  
Fornecedor

## Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 128/2011

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de

um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na BR 480, nº 795, na cidade de Barão do Cotegipe-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.652.030/001-70, neste ato representada pelo Sr. EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

2

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

CENTERMEDI		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
290	PREDNISOLONA. 5 MG	30000	0,019	570,000
291	Prednisona 20 mg	50000	0,043	2150,000
Total Fornecedor				2720,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
EDIVAR SZYMANSKI  
Fornecedor

## Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 129/2011

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de



suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA JOAQUIM NABUCO, 1695, CAPOEIRAS na cidade de FLORIANÓPOLIS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 79.250.676/0001-93, neste ato representada pelo Sr. ARION PEIXOTO GERSHENSON, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

CIRURGICA JAW		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
83	CIPROFLOXACINO 2MG/ML	1000	2,145	2145,000
112	COLAGENASE 0,6 UI CLORAFENICOL 0,01G POMADA 50 G	300	8,670	2601,000
244	METRONIDAZOL 0,5% E.V.	200	1,780	356,000
334	TEOFILINA 100 MG	3000	0,329	987,000
Total Fornecedor				6089,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001  
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA  
ARION PEIXOTO GERSHENSON  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 130/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito

no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA CORONEL OSCAR JOST, 1955, CENTRO na cidade de SANTA CRUZ DO SUL-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 94.516.671/0001-53, neste ato representada pela Sra. CIDONIA SHUSTER, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR,

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

CIRURGICA SANTA CRUZ		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
309	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 125 ML S/F	15000	1,170	17550,000
311	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML S/F	5000	1,250	6250,000
312	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML S/F	5000	1,650	8250,000
313	SORO GLICO FISIOLÓGICO 250 ML S/F	4000	1,380	5520,000
315	SORO GLICO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML S/F	5000	1,999	9995,000
317	SORO GLICOSADO 5% 250 ML S/F	3000	1,359	4077,000
320	SORO RINGER C/ LACTATO 500 ML	1500	1,499	2248,500
Total Fornecedor				53890,50

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001  
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA  
CIDONIA SHUSTER  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 131/2011

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIO-CLARENSE LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada na R. DA SAUDADE, 45, Campo da Mogiana na cidade de POÇOS DE CALDAS-MG, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada pela Sra. ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
9	Ácido Fólico 5 mg	30000	0,013	390,000
16	Alendronato de Sódio 70 mg	3000	0,278	834,000
17	ALFAMETILDOPA 500 MG	100000	0,107	10700,000
23	AMINOFILINA 100 MG	30000	0,015	450,000
31	AMOXACILINA 500 MG	30000	0,052	1560,000
34	AMPICILINA 1G IM/EV	2000	0,774	1548,000
35	AMPICILINA 1G IM	2000	0,895	1790,000
38	ATENOLOL 50 MG	100000	0,015	1500,000
46	benzilpenicilina benzatina 600.000 u.i.	500	0,599	299,500
48	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA POTÁSSICA INJ.	500	0,620	310,000
51	BESILATO DE ANLODIPINO 5MG COMP	20000	0,015	300,000
54	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25 MG	500	0,529	264,500
59	BROMOPRIDA 5 MG/ML INJ	2000	0,499	998,000
61	CAPTOPRIL 25 MG	300000	0,010	3000,000
64	CARBAMAZEPINA 200 MG	30000	0,059	1770,000
65	Carbamazepina 400 mg	15000	0,106	1590,000
69	CARBONATO DE LITIO 300MG COMP	5000	0,085	425,000
75	CEFTRIAXONA 1G IM/EV	1200	0,976	1171,200
79	CIMETIDINA 150 MG/ ML INJ	800	0,199	159,200
91	CLONAZEPAM SOLUÇÃO ORAL 2,5 MG/ML	500	1,510	755,000
92	CLOPIDOGREL 75 MG	3000	0,488	1464,000
99	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	3000	0,121	363,000
100	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50 MG	3000	0,119	357,000

106	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300 MG	3000	0,281	843,000
107	CLORIDRATO DE ONDRA SEDRONA	1000	0,540	540,000
114	COMPLEXO B AMPOLAS	600	0,464	278,400
125	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	40000	0,015	600,000
126	DICLOFENACO DE SODIO 25MG/ML	3500	0,195	682,500
138	DIPROPIONATO DE BETA-METAZONA FOSFATO DE BETAMETASONA MG/2MG/ML INJ	2000	1,280	2560,000
144	DOXAZOSINA 2 MG	5000	0,100	500,000
146	DRAMIM	500	1,020	510,000
149	Enalapril 10 mg	50000	0,013	650,000
150	Enalapril 20 mg	100000	0,016	1600,000
151	Enalapril 5 mg	50000	0,012	600,000
152	Enantato de Denoretisterona 50 mg Valerato de Estradiol	600	6,499	3899,400
161	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	500	1,220	610,000
163	FENOBARBITAL 100 MG	20000	0,031	620,000
168	fluoxetina, cloridrato de 20 mg	80000	0,061	4880,000
172	FUROSEMIDA 40 MG	50000	0,012	600,000
190	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	200000	0,010	2000,000
191	HIDROCLOROTIAZIDA 50 COMP	150000	0,013	1950,000
193	HIDROCORTISONA 100MG	500	0,809	404,500
194	HIDROCORTISONA 500MG	1000	1,965	1965,000
199	IBUPROFENO 600MG	100000	0,043	4300,000
213	Levonogestrel Etinilestradiol 0,15 / 0,03 mg	100000	0,023	2300,000
222	LIDOCAÍNA 2% SVC	500	1,220	610,000
225	LISADOR COMPRIMIDO	10000	0,146	1460,000
232	Losartana Potássica 50 mg	10000	0,032	320,000
236	Metformina 500 mg	60000	0,049	2940,000
239	Metildopa 250 mg	150000	0,066	9900,000
240	METILDOPA 500 MG	50000	0,125	6250,000
241	METOCLOPRAMIDA 10 MG/2 ML	3000	0,177	531,000
253	N-BUTILESCOPOLAMINA 20 MG/ML	500	0,372	186,000
255	N-BUTILESCOPOLAMINA, brometo 10mg DIPIRONA SÓDICA	30000	0,096	2880,000
256	Neomicina Bacitracina Pomada	1000	0,570	570,000
258	NIMESULIDA 100MG	20000	0,023	460,000
259	NIMESULIDA 50 MG/ML	1000	0,535	535,000
270	OMEPRAZOL 40MG/ML INJETÁVEL	500	2,668	1334,000
282	PERGAMANATO DE POTÁSSIO 100 MG	5000	0,035	175,000
292	Prometazina 50 mg/2 ml	500	0,548	274,000
293	PROMETAZINA 25 MG	10000	0,018	180,000
295	RANITIDINA 25MG/ML	1000	0,200	200,000
296	RANITIDINA 150 MG	20000	0,034	680,000
324	SULFADIAZINA 500 MG	3000	0,094	282,000
326	SULFAMETOXAZOL TRIMETOPRIMA 40 8 MG/ML	1000	0,687	687,000
331	SULFATO FERROSO 40 MG	30000	0,024	720,000



Total Forne- cedor				96065,20
-----------------------	--	--	--	----------

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
ALESSANDRA FERNANDA RIGO  
Fornecedora

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 132/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada na ROD ITAPIRA-LINDÓIA, KM 14 CX POSTAL 124, ITAPIRA na cidade de ITAPIRA-SP, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 44.734.671/0004-02, neste ato representada pelo Sr. GASPAR MARIANO SKRABE, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

CRISTALIA		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
13	AKINETON 5MG/ML INJETAVEL	100	1,410	141,000
27	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG	70000	0,070	4900,000
52	BIPERIDENO 2 MG	3000	0,050	150,000

78	CETROPOFENO 50MG/ML	1500	0,810	1215,000
108	CLORPROMAZINA 100 MG	3000	0,082	246,000
109	CLORPROMAZINA 25 MG	3000	0,085	255,000
110	CLORPROMAZINA INJETÁVEL	100	0,930	93,000
111	Clozapina 100 mg	600	3,050	1830,000
143	DORMONID 1 MG/ML	50	1,390	69,500
162	FENOBARBITAL INJETÁVEL	200	1,080	216,000
166	FLEET. ENEMA.	100	3,400	340,000
188	HIDRALAZINA 20MG/ML	200	2,940	588,000
201	INSULINA REGULAR.	200	19,100	3820,000
211	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	3000	0,300	900,000
212	Levopromazina 25 mg	2000	0,090	180,000
251	NARCAN	10	7,550	75,500
263	NITROPRUSSIATO 25 MG / ML	20	7,500	150,000
298	RISPERIDONA 2 MG	5000	0,060	300,000
341	TRAMADOL 100 MG	3000	1,230	3690,000
Total Forne- cedor				19159,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA  
GASPAR MARIANO SKRABE  
Fornecedora

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 133/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vasco da Gama, nº 33, na cidade de Barão do Cotegipe-RS,

inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada pelo Sr. GLEISON SACHET, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR,

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

DIMASTER		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
3	ACETATO MEDROXIPRO- GESTERONA 150MG INJ	600	13,220	7932,000
133	DIPIRONA 500 MG/ 2ML	3500	0,230	805,000
301	SALBUTAMOL 100 MCG AEROSOL INALATORIO	1500	3,080	4620,000
306	Sinvastatina 20 mg	50000	0,040	2000,000
Total Forne- cedor				15357,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024  
09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024  
10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024  
FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001  
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

DIMATER COM. DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA  
GLEISON SACHET  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 134/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de

suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: GENETICORP DO BRASIL COM. PROD. HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. ANGELO CALEFFI, 72, Centro na cidade de BARÃO DE COTEGIPE-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.873.020/0001-93, neste ato representada pelo Sr. PAULO FACCIOLI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

GENETICORP		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
18	ALOPURINOL 100 MG	3000	0,026	78,000
68	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG VITAMINA D 200 U.I.	5000	0,073	365,000
Total Forne- cedor				443,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024  
09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024  
10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

GENETICORP DO BRASIL COM. PROD. HOSPITALARES LTDA  
PAULO FACCIOLI  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 135/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: GRAMS E GRAMS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ITACOLOMI, 361, Centro na cidade de PATO BRANCO-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o

nº 10.448.145/0001-03, neste ato representada pela Sra. INGRID GRAMS, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR,

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

GRAMS		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
5	ACETILCISTEINA 20 MG/ML XPE INF 100 ML	600	2,769	1661,400
36	ANESTESICO COLIRIO	20	5,589	111,780
39	ATORVASTATINA 10 MG	2000	0,550	1100,000
40	ATORVASTATINA 20 MG	2000	0,630	1260,000
42	ATORVASTATINA 80 MG	2000	1,510	3020,000
56	BRIMONIDINA 0,2% COLÍRIO	20	8,899	177,980
86	CLARITOMICINA 250 MG	3000	1,350	4050,000
88	Clomipramina 25 mg	2000	0,310	620,000
94	CLORETO DE POTÁSSIO 600MG	2000	0,416	832,000
95	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG	1000	0,564	564,000
96	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 30 MG	3000	0,059	177,000
104	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10 MG	20000	0,136	2720,000
169	FORMOTEROL BUDESONIDA 12/400 MCG INALATÓRIO	5000	1,099	5495,000
204	ISOSSORBIDA MONONITRATO 40 MG	3000	0,104	312,000
268	NOTUSS ADULTO	600	13,800	8280,000
269	NOTUSS INFANTIL	600	11,160	6696,000
288	PREDINISONA 5 MG	2000	0,470	940,000
289	PREDNISOLONA, FOSFATO SODICO DE, Sol. Oral 1,34 mg/ml S	300	2,580	774,000
305	Sildenafil 50 mg	2000	1,438	2876,000
332	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA - INFANTIL	100	0,509	50,900
333	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA - ADULTO	100	0,599	59,900
335	Teofilina 300 mg	3000	0,876	2628,000
338	Topiramato 50 mg	300	0,280	84,000
343	Valsartana 160 mg	3000	0,539	1617,000
344	Valsartana 320 mg	3000	0,539	1617,000
345	Valsartana 80 mg	4000	0,499	1996,000
348	XINOFOATO DE SALMETEROL PROPIONATO DE FLUTICASONA 50MCG/250MCG	2000	0,887	1774,000
Total Fornecedor				51493,96

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de

publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

GRAMS E GRAMS LTDA  
INGRID GRAMS  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 136/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA 3, 975, Setor Moraes na cidade de GOIANIA-GO, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 26.921.908/0001-21, neste ato representada pela Sra. FABIANNA MENDES DE OLIVEIRA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

HOSPFAR		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
11	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG	15000	0,419	6285,000
105	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	10000	0,133	1330,000
147	DRAMIN DL IV	500	1,787	893,500

170	FOSFATO DE CODEINA PARACETAMOL 30/500	2000	0,329	658,000
266	NORIPURUM INJ EV	400	5,741	2296,400
267	NORIPURUM INJ IM	300	8,152	2445,600
275	PALMITATO DE RETINOL 150.000 UI/ ML VIT. D 200 UI GOTAS	600	2,173	1303,800
Total Fornecedor				15212,30

#### - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSPITALAR LTDA  
FABIANNA MENDES DE OLIVEIRA  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 137/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LICIMED DIST. MEDICAMENTOS CORRELATOS E PROD MED. LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. SÃO PAULO, 881, SÃO GERALDO na cidade de PORTO ALEGRE-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.071.245/0001-60, neste ato representada pelo Sr. LUCAS BRUM PINTO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a

importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

LICIMED		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
155	ESPIRONOLACTONA 25 MG	10000	0,086	860,000
156	ESPIRONOLACTONA 50 MG	10000	0,149	1490,000
281	PAROXETINA, CLORIDRATO DE 20 MG	10000	0,170	1700,000
Total Fornecedor				4050,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

LICIMED DIST. MEDICAMENTOS CORRELATOS E PROD MED. LTDA  
LUCAS BRUM PINTO  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 138/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MARCOFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA EDUARDO BARRETO VIANNA, 568 na cidade de GETULIO VARGAS-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 06.935.554/0001-67, neste ato representada pelo Sr. MARCOS WAVZENKIEVICZ, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos



itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

MARCOFARMA		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
19	ALOPURINOL 300 MG	3000	0,026	78,000
30	AMOXILINA 250 ML/5 ml SUSP. VD 60 ML	3000	0,930	2790,000
67	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG	5000	0,021	105,000
117	DEXAMETA- SONA CREME 10 G	1500	0,370	555,000
123	Diazepam 10 mg	50000	0,016	800,000
128	Diclofenaco Emulgel	200	1,000	200,000
129	DIGOXINA 0,25 MG	5000	0,019	95,000
131	DIMETICONE 40 MG	5000	0,028	140,000
184	HALOPERIDOL 5 MG	5000	0,040	200,000
234	MEBENDAZOL 100MG	2000	0,024	48,000
235	MEBENDAZOL 20 MG/ML	500	0,380	190,000
237	Metformina 850 mg	100000	0,042	4200,000
261	NISTATINA 25.000 U.I./G CREME VAGI- NAL	500	1,100	550,000
271	PMEPRAZOL 20 MG. COMP.	200000	0,035	7000,000
284	Piroxican 20 mg	3000	0,056	168,000
325	SULFADIAZI- NA DE PRATA CREME 1% 50 G	200	1,620	324,000
Total Forne- cedor				17443,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

MARCOFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICA LTDA  
MARCOS WAVZENKIEVICZ

Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 139/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA SAMUEL KRUCHIM, nº 200 PATRONATO na cidade de SANTA MARIA-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representada pelo Sr. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

MAURO		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
63	CARBAMAZEPINA 4% SUSPENSÃO ORAL	600	4,150	2490,000
70	CARVEDILOL 6,25 MG	5000	0,080	400,000
71	CARVEDILOL 12,5 MG	5000	0,090	450,000
85	CITALOPLAM 20 MG	6000	0,095	570,000
98	CLORIDRATO DE DILTIA- ZEM 120 MG	3000	0,772	2316,000
119	DEXAMETAZONA DIPIRO- NA VITABINA B12 AMP	2500	8,300	20750,000
136	DIPROPIONATO DE BE- CLOMETASONA 250 MCG	300	20,300	6090,000
141	DOLOSAL 50 MG/ML	300	0,950	285,000
160	FENITOÍNA SODICA 100MG	10000	0,055	550,000
165	FINASTERIDA 5 MG	2000	0,190	380,000
171	FRUCTOGENASE	200	1,150	230,000
202	Isossorbida Dinitrato 10 mg	2000	0,047	94,000
203	ISOSSORBIDA MONONI- TRATO 20 MG	2000	0,059	118,000
209	LEVODROPROPIZINA 6 MG/ML C/ 60 ML	600	17,000	10200,000
214	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	2000	0,095	190,000
215	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	1000	0,210	210,000
216	LEVOTIROXINA SÓDICA 200 MCG	1000	0,320	320,000
217	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	2000	0,095	190,000
218	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	2000	0,112	224,000



221	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	2000	0,189	378,000
272	OXACILINA 500 MG I.M./E.V.	300	0,910	273,000
277	PANTOPRAZOL 40 MG	5000	0,220	1100,000
287	PROVASTATINA 20 MG	2000	0,270	540,000
297	RESPIRIDONA 1 MG	5000	0,039	195,000
329	SULFATO DE HIDROXI- CLOQUINA 400 MG	2000	1,700	3400,000
346	Venlafexina 150 mg	300	0,438	131,400
347	Venlafexina 75 mg	300	0,310	93,000
Total For- necedor				52167,40

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME MAURO MARCIANO  
GARCIA DE FREITAS  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 140/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132 ANDAR 1 SALA 102 na cidade de FRANCISCO BELTRÃO-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.676.256/0001-98, neste ato representada pela Sra. KÉRELIN FOLLADOR, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos

itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

MEDICAMEN- TOS AZ		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
7	Ácido Acetil Salicílico 100 mg	300000	0,007	2100,000
28	AMOXILINA CLAVULA- NATO DE POTÁSSIO 250 MG/5 ML	1000	4,620	4620,000
33	AMPICILINA 500 MG	2000	0,070	140,000
41	atorvastatina 40 mg	2000	1,429	2858,000
49	BENZOATO DE BENZI- LA 25% SOL 0,25	1000	0,854	854,000
80	CINARIZINA 25 MG	5000	0,023	115,000
82	CIPROFIBRATO 100 MG	10000	0,485	4850,000
115	DEXAMETASONA 2MG/ ML	1000	0,250	250,000
130	DIMETICONE 75 MG/ ML	2000	0,470	940,000
167	FLUCONAZOL 150MG	2000	0,159	318,000
192	HIDROCOLAMINA DIPIRONA sódica 5 mg 1,5 mg sol inj	2000	0,950	1900,000
210	LEVOFLOXACINO 500 MG	1000	0,807	807,000
279	Paracetamol 500 mg	80000	0,021	1680,000
280	Paracetamol 750 mg	100000	0,030	3000,000
285	Polivitamínico Líquido	300	1,680	504,000
337	TIMOLOL 0,25% COLÍRIO	20	1,869	37,380
Total Forne- cedor				24973,38

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

MEDICAMENTOS DE AZ LTDA MAURO KÉRELIN FOLLADOR  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 141/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato

pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: NUNESFARMA DIST. PROD. FARMACEUTICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na ST SHC/SW CLSW 301 BLOCO B LOJA, CRUZEIRO na cidade de BRASILIA-DF, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.014.167/0002-91, neste ato representada pelo Sr. CARLOS EDUARDO SILVA CABREIRA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR,

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

NUNESFARMA		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
62	CAPTOPRIL 50 MG	150000	0,020	3000,000
101	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120 MG	30000	0,190	5700,000
177	GLIBENCLAMIDA 5 MG	150000	0,008	1200,000
186	HEMIFUMARATO DE ALISQUIRENO 300 MG	3000	2,838	8513,700
276	PANTOPRAZOL 20 MG	10000	0,158	1580,000
Total Fornecedor				19993,70

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

NUNESFARMA DIST. PROD. FARMACEUTICOS LTDA

CARLOS EDUARDO SILVA CABREIRA Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 142/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um

lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: PRESTOMEDI DIST. MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA GERONIMO TEIXEIRA, 393 SALA 2, Centro na cidade de ERECHIM-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 10.749.915/0001-58, neste ato representada pelo Sr. PAULO JOSÉ SPAZZINI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

PRESTOMEDI		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
76	CELESTONE - SOLUPAN	100	8,199	819,900
139	DIVALPROATO DE SÓDIA 500 MG	5000	1,399	6995,000
Total Fornecedor				7814,90

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

PRESTOMEDI DIST. MEDICAMENTOS LTDA PAULO JOSÉ SPAZZINI Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 143/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: PRODIET FARMACEUTICA LTDA

pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA GENERAL POTIGUARA, 1428, NOVO MUNDO na cidade de CURITIBA-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 81.887.838/0001-40, neste ato representada pela Sra. PRISCILA DE OLIVEIRA MACEDO, doravante denominada FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

PRODIET		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
12	ADRENALINA / EPINEFRINA 1G / 1000ML	300	0,380	114,000
14	Albendazol 40 mg / 10 ml	1000	0,505	505,000
15	ALBENDAZOL COM. 400MG	2000	0,116	232,000
22	AMINIFILINA 24 MG/ML	500	0,323	161,500
29	AMOXILINA ACIDO CLAVULÂNICO 500MG 125MG COMP	10000	0,496	4960,000
32	AMPICILINA 250 MG/ 5 ML SUSP	1000	1,240	1240,000
44	AZITROMICINA 500 MG	15000	0,317	4755,000
50	BESILATO DE ANLODIPINO 10MG COMP	15000	0,030	450,000
55	Bromidrato de Fenoterol 5 mg/ml	500	1,045	522,500
57	BROMOPRIDA 10 MG	10000	0,044	440,000
66	CARBOCISTEINA 20MG/ ML C/ 100ML	1000	1,120	1120,000
73	CEFALEXINA 500 MG	30000	0,100	3000,000
84	CIPROFLOXACINO 500MG	5000	0,067	335,000
103	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG	30000	0,030	900,000
116	DEXAMETASONA 4MG/ ML	1000	0,329	329,000
121	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG/5 ML	2000	0,750	1500,000
122	DIAZEPAM 5MG/ML AMP 2 ML	1000	0,283	283,000
135	Dipirona Sódica 500 mg/ml gotas	3000	0,350	1050,000
137	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG	300	17,000	5100,000
148	Dropropizina 30 mg / ml xarope	300	2,550	765,000
173	FUROSEMIDA 10 MG / ML	600	0,188	112,800
197	Ibuprofeno 300 mg	30000	0,033	990,000
198	IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS	2500	0,699	1747,500
205	ITRACONAZOL 100 MG	1000	0,280	280,000
227	LORATADINA 5 MG/ML	1000	0,927	927,000
231	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	15000	0,207	3105,000

245	METRONIDAZOL 250 MG	2000	0,030	60,000
247	METRONIDAZOL GELÉIA VAGINA	500	0,998	499,000
248	MICONAZOL CREME 0,02	500	0,890	445,000
283	PERMETRINA 1% LOÇÃO	5000	0,669	3345,000
294	PROPANOLOL 40 MG	50000	0,010	500,000
327	SULFAMECTAZOL TRIMETROPINA 400 MG 80 MG	10000	0,037	370,000
Total Fornecedor				40143,30

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

PRODIET FARMACEUTICA LTDA  
PRISCILA DE OLIVEIRA MACEDO  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 144/2011

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: S & R DISTRIBUIDORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA REGENTE DIOGO A. FEIJÓ, 451 D, SÃO CRISTOVÃO na cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada pelo Sr. SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos

itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

S & R		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
1	Acebrofilina 25 mg/ml xarope	200	1,830	366,000
2	ACETATO E BETAMETASO-NA FOSFATODISSODICO DE	2000	1,540	3080,000
	BETAMETASONA			
6	ACETILCISTEINA 40 MG/ML XPE AD 120 ML	600	2,540	1524,000
8	ACIDO ACETILSALICILICO 500 MG	5000	0,023	115,000
20	AMBROXOL, CLORIDRATO 15 MG/5 ML	1500	0,830	1245,000
21	AMBROXOL, CLORIDRATO 30 MG/5 ML	1500	0,830	1245,000
25	AMIODARONA 100 MG	3000	0,109	327,000
26	Amiodarona 200 mg	3000	0,089	267,000
37	ATENOLOL 25 MG	100000	0,014	1400,000
43	Atropina 0,25 mg/1ml	200	0,235	47,000
45	AZITROMICINA 600 MG	500	2,670	1335,000
58	BROMOPRIDA 4 MG/ML GOTAS	200	0,630	126,000
72	CEFALEXINA 250 MG /5ML SUSPENSÃO	2000	1,580	3160,000
77	Cetoconazol 200 mg	1000	0,072	72,000
81	CINARIZINA 75 MG CP	5000	0,034	170,000
97	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 90 MG	3000	0,389	1167,000
118	Dexametazona Elixir	3000	0,808	2424,000
120	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG	5000	0,015	75,000
124	DICLOFENACO RESINATO GOTAS 20ML	2000	1,730	3460,000
132	Diosmina Hesperidina	5000	0,223	1115,000
134	DIPIRONA 500 MG/ML	50000	0,032	1600,000
142	DOPANMINA 5 MG/ML	50	0,470	23,500
157	ESTROGENIOS CONJUGADOS COM 0,625MG	1000	0,685	685,000
158	EXPEC XAROPE	300	5,980	1794,000
164	Fibrolisina Desoxirribonucle-ase Cloranfenicol Pomada 30g	200	18,790	3758,000
195	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO E MAGNÉSIO SUSPENSÃO ORAL C/ SABOR	2000	1,100	2200,000
196	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO E MAGNÉSIO SUSPENSÃO ORAL	1500	1,100	1650,000
207	KAWA-KAWA 100 MG	5000	0,415	2075,000
219	Levotiroxina Sódica 75 mcg	2000	0,126	252,000
224	LISADOR 2ML I.M.	2000	1,985	3970,000
226	LORATADINA 10MG	5000	0,037	185,000
230	LORATADINA SULFATO DE PSEUDOEDEFDRINA 1 12 MG/ML XPE 60 ML	600	2,538	1522,800
243	METOCLOPRAMIDA 10 MG	15000	0,027	405,000
246	METRONIDAZOL 250 MG/5 ML	1000	1,175	1175,000
250	NaCL / CLORETO DE SÓDIO 10ML	300	0,140	42,000

252	N-BUTILESCOPOLAMINA DIPIRONA 20 500 MG/ML	3000	0,510	1530,000
257	Nifedipina 20 mg	50000	0,027	1350,000
260	NISTATINA SOL. ORAL 100.000 UI	600	1,158	694,800
278	Paracetamol 200 mg / ml Gotas	5000	0,448	2240,000
286	POLIVITAMINICO COMP.	3000	0,092	276,000
303	SALBUTAMOL 2 MG / 5 ML XAROPE	3000	0,640	1920,000
308	Sinvastatina 80 mg	10000	0,280	2800,000
314	SORO GLICO FISIOLÓGICO 500 ML S/F	5000	2,000	10000,000
318	SORO GLICOSADO 5% 500 ML S/F	5000	2,148	10740,000
319	SORO GLICOSADO 5% 1000 ML S/F	5000	2,435	12175,000
321	SORO RINGER C/ LACTATO 1000 ML	1500	2,590	3885,000
330	SULFATO FERROSO 68 MG/ML GOTAS	600	0,775	465,000
342	Valeriane 50 mg	10000	0,274	2740,000
Total For- necedor				94873,10

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

S & R DISTRIBUIDORA LTDA  
SERGIO JACIR PORTELA  
Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 145/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: VICTÓRIA COM. PROD. HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. SÃO PAULO, 862, SÃO GERALDO na cidade de PORTO ALEGRE-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.088.317/0001-21, neste ato representada pelo Sr. FABRICIO RIGOTTI, doravante denominado



FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

VICTÓRIA		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
153	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 20 MG	1000	2,645	2645,000
154	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40 MG	800	5,500	4400,000
322	Succinato de Metoprolol 100 mg	2000	1,394	2788,000
323	Succinato de Metoprolol 50 mg	5000	0,850	4250,000
Total Fornecedor				14083,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

VICTÓRIA COM. PROD. HOSPITALAR LTDA  
FABRICIO RIGOTTI  
Fornecedor

#### **Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 146/2011** EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na ROD. PERIMETRAL NORTE, 591 - CP. 251, PE. ULRICO na cidade de FRANCISCO BELTRÃO-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.372.020/0001-44, neste ato representada pela Sra. NANCY

TEREZINHA WERLANG, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

WERBRAN		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
60	CALMIPLAN/PASSANEURO/CALMAN/PASSIFLORINE/SIMILAR	20000	0,200	4000,000
113	COMPLEXO "B" COMP	5000	0,036	180,000
127	Diclofenaco de Sódio 50 mg	50000	0,012	600,000
181	GUAIFENESINA 13,3 MG/ML C/ 120 ML	600	2,294	1376,400
229	LORATADINA SULFATO DE PSEUDOEFEEDRINA 5 120 MG	2000	1,295	2590,000
254	N-BUTILESCOPOLAMINA, BROMETO 10 MG	10000	0,134	1340,000
Total Fornecedor				10086,40

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.  
Fundo Municipal de Saúde  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Gestor do Fundo

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
NANCY TEREZINHA WERLANG  
Fornecedor

#### **Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 147/2011** EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2011

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2011, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, denominado ORÇÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o



Preço da empresa: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. JOÃO SACAVEM, 318 SALAS 201 E 206 ED. CENTRO na cidade de NAVEGANTES-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.573.787/0001-60, neste ato representada pela Sra. ANA PAULA VITASKI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

3.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelos itens conforme planilha abaixo, pelos itens que foi vencedora no processo licitatório, conforme quantidades efetivamente solicitadas e entregues, como segue:

WINCORP		QTDE	PREÇO UNI	TOTAL
87	Clobazam 20 mg	3000	0,409	1227,000
299	Sais p/ Reidratação oral	5000	0,242	1210,000
Total For- necedor				2437,00

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC:

08 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

09 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

10 01.01 2.009 3.3.90.00.00.00.00.00.0024

FARMÁCIA BÁSICA

29 01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0001

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 109/2011, Pregão Eletrônico nº 06/2011 - Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 06 de outubro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA

ANA PAULA VITASKI

Fornecedor

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Edital de Notificação de Cobrança de Dívida Ativa Referente À IPTU/CME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Avenida João Emilio, 100.

Centro - 88.375-000 - Navegantes -sc

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA REFERENTE À IPTU/CME

A Secretaria de Finanças do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal que os débitos

referente a IPTU e Contribuição de Melhoria foram inscritos em Dívida Ativa.

O não pagamento da Dívida com o Município até o Dia 10 de Novembro de 2011 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelar-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento

do Setor de IPTU, ou pelo telefone 047 3342 9553.

#### EXECUÇÃO FISCAL 2011

CADASTRO	NOME	ANOS
21017	MARIA LUCIA RODRIGUES	CM VENC.10/07/2009
21118	NEUSA CARMEM PAULINI BRAGA	CM VENC.15/08/2007 / IPTU 2009,2010
18064	ADROALDO CESAR DA SILVA	CM VENC.20/10/2007 / IPTU 2010

MARCIO CAPELLA

Secretário de Finanças

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 544/2011

Lei Complementar nº 544 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Senhor Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para reforço de dotação, dentro do Orçamento do Município - Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 14 - Saúde Para Todos

Projeto/Ativ.: 1.062 - Reformar e equipar a Unidade Sanitária Madre Paulina

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 170.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do elemento de despesa de que trata o Art. 1º desta Lei, decorre do excesso de arrecadação através de Recursos: 0.1.0064 - Atenção Básica, dentro do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de outubro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

### **Lei Complementar Nº 545/2011**

Lei Complementar Nº 545 / 2.011  
Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. para 2011.

O Prefeito Municipal Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido dentro da Ação: 1.062 - Reformar e Equipar a Unidade de Saúde Madre Paulina, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da L.D.O. para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 440 de 03/11/2010, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido dentro da Ação: 1.062 - Reformar e Equipar a Unidade de Saúde Madre Paulina, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova ação incluída no PPA 2010/2013 e na L.D.O. para 2011, será contemplada com recursos provenientes do excesso de arrecadação, através da Atenção Básica, dentro do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de outubro de 2.011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

### **Lei Complementar Nº 546/2011**

Lei Complementar nº 546 / 2011  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são

conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar nº 459, de 06/12/2010 (Lei Orçamentária),  
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 188.768,40 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:  
Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 1.043 - Aquisição de veículos - Ambulâncias e Automóveis  
Elemento: (12)4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 37.768,40  
Elemento: (37)4.4.90.00.00.00.00.0.1.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 151.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial e total dentro do orçamento fiscal vigente, do Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação abaixo:  
Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 1.052 - Aquisição de veículos - Saúde  
Elemento: (28)4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 37.768,40

Proj/Ativ.: 2.017 - Func. e Manut. do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento: (3)3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 151.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de outubro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

### **Lei Nº 2.446/2011**

LEI Nº 2.446 / 2011  
Dispõe sobre implantação do Programa Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes em situação de risco social, e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o serviço de acolhimento provisório, denominado "Programa Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento de assistência social do Município de Nova Trento.

Art. 2º - O Programa visa o atendimento imediato e integral a crianças e adolescentes vitimizados, quando esgotadas as possibilidades de convivência ou retorno ao meio familiar mediante o

encaminhamento para o Programa Família Acolhedora.

Art. 3º - O Programa será vinculado à Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, e tem por objetivos:

I - garantir às crianças e adolescentes, entre zero e dezoito anos, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por família acolhedora, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oferecer apoio às famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Art. 4º - O Programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Nova Trento que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono e órfãos) e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Parágrafo único. O atendimento a adolescentes dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias acolhedoras cadastradas.

Art. 5º - A criança ou adolescente cadastrado no Programa receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes no município;

II - acompanhamento psicossocial pelo Programa Família Acolhedora;

III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível;

Art. 6º - As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário, sendo que os requisitos para participar do Programa Família Acolhedora são:

I - pessoas maiores de 21 (vinte e um anos), sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

II - concordância de todos os membros da família e demais pessoas residentes no domicílio;

III - residir no município de Nova Trento há dois anos, no mínimo;

IV - disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção e cuidado às crianças e adolescentes;

V - não responder a processo criminal;

VI - não estar envolvido em problemas relacionados à drogas ilícitas e alcoolismo;

VII - ter ao menos um dos responsáveis com vínculo trabalhista, ou pensionista;

VIII - declaração de não ter interesse em adoção;

IX - possuir cadastro no Programa Família Acolhedora.

Art.7º - A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade;

II - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III - Certidão de Nascimento ou Casamento;

IV - Comprovante de Residência;

V - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

VI - Declaração de aceitação assinada por todos os membros familiares, maiores de 18 anos;

VII - Comprovante de vínculo trabalhista com apresentação de carteira de trabalho ou contrato trabalhista;

VIII - Se aposentado ou pensionista apresentar cartão do INSS.

§ 1º - O pedido de inscrição poderá ser feito junto à Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, a qual deverá repassar a solicitação para a Equipe Técnica.

§ 2º - Não podem fazer parte do Programa Família Acolhedora as famílias que possuem vínculo de parentesco com as crianças e adolescentes em situação de risco, Conselho Tutelar e técnicos do Programa Família Acolhedora.

Art.8º - Após realizado o cadastro junto ao Programa, a seleção entre as famílias inscritas será feita através de:

I - curso de formação, onde receberão todas as informações sobre o que é serviço de acolhimento, situação de risco e medidas de proteção a crianças e adolescentes;

II - entrevista com a equipe interdisciplinar do Programa Família Acolhedora;

III - estudo psicossocial, de responsabilidade da Equipe Técnica.

§ 1º - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Programa, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora.

§ 3º - Em caso de desligamento do Programa, as famílias acolhedoras deverão fazer solicitação por escrito.

Art.9º - As famílias cadastradas junto ao Programa Família Acolhedora receberão acompanhamento e preparação contínua através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - participação em cursos e eventos de formação;

III - encontros permanentes de estudo e troca de experiência entre as famílias;

IV - reuniões de formação para as novas famílias de apoio antes da ocorrência de um acolhimento.

Art. 10 - A colocação em família acolhedora se dará através das modalidades de tutela e guarda e são de competência exclusiva do Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca em que estiver vinculado o município de Nova Trento / SC.

§ 1º. A Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora efetuará o contato com as famílias acolhedoras cadastradas, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente, bem como as preferências expressas no processo de inscrição.

§ 2º. A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, durando de horas a meses, podendo ser interrompido a qualquer tempo por ordem judicial.

§ 3º. A família acolhedora atenderá somente uma criança ou adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

§ 4º. O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda ou Tutela concedido à família acolhedora", determinado em processo judicial.

Art. 11 - O Poder Judiciário receberá os encaminhamentos de crianças e adolescentes para acolhimento provisório e fará contato com os profissionais do Programa com vistas ao encaminhamento da situação.

Art. 12 - A Família Acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, pelo que segue:

I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do artigo 33, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido à Equipe Técnica responsável;

IV - contribuir na preparação da criança para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação da Equipe Técnica.

Art. 13 - Nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança e/ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária.

Art. 14 - A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Art. 15- A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança acolhida e à família de origem, contando com o apoio dos demais integrantes da rede disponível no município.

§ 1º - O acompanhamento às famílias acolhedoras acontecerá na forma que segue:

I - visitas domiciliares;

II - atendimento psicológico;

III - presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

§ 2º - O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pela Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 3º -A Equipe acompanhará as visitas entre criança/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 4º - A participação da família acolhedora nas visitas da criança à família de origem será decidido em conjunto com a família.

§ 5º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser solicitado a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 6º - Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juizado da Infância e Juventude sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 16 O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança, atento às suas necessidades;

III - orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

IV - Envio de ofício ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca da Comarca em que estiver vinculado o município de Nova Trento, comunicando o desligamento da família de origem do Programa.

§ 1º - Nos casos em que a criança acolhida for encaminhada para adoção deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou Estado.

§ 2º - O acompanhamento do processo de adaptação da criança na família substituta será realizado pelos profissionais do Poder Judiciário, podendo haver parceria com a Equipe Técnica.

Art. 17 - O Programa Família Acolhedora será subsidiado com recursos financeiros do Município de Nova Trento, através do orçamento da Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Fundo para Infância e Adolescência - FIA e de Convênios com o Estado e a União.

Art. 18 - As famílias cadastradas no Programa Família Acolhedora, independente de sua condição econômica, tem a garantia do recebimento do subsídio financeiro, por criança em acolhimento, nos seguintes termos:

I - Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá subsídio em gêneros, de acordo com as necessidades da criança acolhida;

II - No acolhimento superior a um (01) mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de um salário mínimo mensal, para as despesas com alimentação, higiene pessoal, lazer e material de consumo. .

Art. 19 - A coordenação do Programa Família Acolhedora estará a cargo de um profissional da Equipe Técnica que contará com irrestrito apoio dos demais profissionais e da Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

Art. 20 - No que diz respeito aos recursos humanos para execução do Programa Família Acolhedora, serão disponibilizados pelo Município de Nova Trento, os seguintes profissionais:

I - um assistente social;

II - um psicólogo;

III - um coordenador;

IV - um assistente administrativo;

V - um motorista;

Parágrafo único. Outros profissionais poderão vir a fazer parte integrante da Equipe Técnica, de acordo com a necessidade do Programa.

Art. 21 - A equipe técnica tem por finalidade:

I - avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças durante o acolhimento;

III - acompanhar as crianças e famílias nos casos de reintegração familiar ou adoção;

IV - dar suporte à família acolhedora após a saída da criança ou adolescente;

V - acompanhar a criança ou adolescente e sua família nos casos de reintegração familiar.

Art. 22 - O Programa Família Acolhedora contará com os seguintes recursos:

I - subsídio financeiro para as famílias acolhedoras e assistência material para as famílias de origem que dele necessitarem;

II - capacitação para a Equipe Técnica, preparação e formação das



Famílias Acolhedoras;  
III - espaço físico adequado e equipamentos necessários para a Equipe Técnicas prestar atendimento às famílias do Programa;  
IV - veículo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

Art. 23 - O processo de avaliação do Programa será realizado com a Equipe Técnica através de reuniões mensais, onde será avaliado o alcance dos objetivos propostos, o envolvimento e a participação da comunidade, a metodologia utilizada e a continuidade do Programa Família Acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Tutelar acompanhar e verificar a regularidade do Programa, encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades em seu funcionamento.

Art. 24 - São parceiros do Programa:

- I - Juizado e Promotoria da Infância e Juventude da Comarca em que estiver vinculado o Município de Nova Trento;
- II - Conselho Tutelar;
- III - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Secretaria Municipal de Saúde;
- V - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 25 - A regulamentação da presente Lei será feita no prazo de 30 (trinta) dias pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, condicionada a aprovação do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca em que estiver vinculado o Município de Nova Trento e homologada pelo Poder Executivo, através de Decreto.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Nova Trento, 07 de outubro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

### **Decreto Nº 101/2011**

DECRETO Nº 101 / 2011  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal Senhor Orivan Jarbas Orsi, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pelo art. 94, inciso VIII da lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 544, de 07 de outubro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para reforço de dotação, dentro do Orçamento do Município - Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 14 - Saúde Para Todos

Projeto/Ativ.: 1.062 - Reformar e equipar a Unidade Sanitária Madre Paulina  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 170.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do elemento de despesa de que trata o Art. 1º deste decreto, decorre do excesso de arrecadação através de Recursos: 0.1.0064 - Atenção Básica, dentro do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de outubro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

### **Decreto Nº 102/2011**

Decreto nº 102 / 2011  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.94, inciso VIII, da lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 546, de 07 de outubro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 188.768,40 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:  
Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 1.043 - Aquisição de veículos - Ambulâncias e Automóveis  
Elemento: (12)4.4.90.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 37.768,40  
Elemento: (37)4.4.90.00.00.00.0.1.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 151.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial e total dentro do orçamento fiscal vigente, do Fundo Municipal de Saúde, conforme identificação abaixo:  
Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 1.052 - Aquisição de veículos - Saúde  
Elemento: (28)4.4.90.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 37.768,40

Proj/Ativ.: 2.017 - Func. e Manut. do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento: (3)3.3.90.00.00.00.0.1.0064.0 - Aplicações Diretas R\$ 151.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de outubro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termo do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato TA 001 ao CT 044/2011

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 044/2011 TA 001  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME  
Valor : 12.160,00 (doze mil cento e sessenta reais)  
Vigência : Início: 06/10/2011 Término: 30/11/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2011  
Recursos: Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (108),  
2.029.3.3.90.00.00.00.00 (118)  
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no AUMENTO de 76 (setenta e seis) Horas de Serviço de Trator de Esteiras, e na PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA para até 30/11/2011.  
NOVO HORIZONTE, 6 de Outubro de 2011

## Paial

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial N° 11/2011 FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO ERRATA

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 11/2011

#### DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 13/2011 - Pregão Presencial 11/2011 julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de concurso público para preenchimento de vagas do plano de cargos do Município de Paial, remanescentes do concurso público 01/2011 (03 cargos);

#### DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal

até as 08h45min do dia 21 de outubro de 2011, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09 horas do mesmo dia.

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 05 de outubro de 2011.  
ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### Edital de Homologação Final

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011**

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O Município de Passo de Torres/SC, em conjunto com a Comissão de Concurso Público e de conformidade com o Item 10.2 do Edital de Concurso nº 01/2011, após a análise e julgamento de todos os recursos, torna público o resultado final, conforme abaixo relacionado:

#### CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

#### **CARGO: ARQUITETO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
670	SAMANTA BONICENHA DE SOUZA	6,8	1º	*
605	JACKELINE DA SILVA TOMAZ	6,4	2º	23/09/1982
254	OLAVO DE OLIVEIRA CARUCCIO	6,4	3º	13/02/1985
563	ROSIANE DA SILVA DAGOSTIM	6,4	4º	30/07/1985
351	ANDERSON LUIZ FELIPPE	6,0	5º	*
353	STEEVEN SAN ARAUJO DE AVILA	5,6	6º	*
427	ANGELITA SILVEIRA DE FARIAS	5,2	7º	*
541	MILENE SILVA DA SILVA	5,0	8º	05/12/1984
648	ADRIAN POSSAMAI DELLA	5,0	9º	12/12/1988
149	MORGANA POZZEBON BOSI	4,4	Não Classificado	*
177	JOSEANE SCHEFFER MARTINS	4,4	Não Classificado	*

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc
193	GEOVANA DE MORAES LIMA	8,8	1º	27/09/1968
394	ANDREA FRANCISCO SILVEIRA	8,8	2º	25/09/1975
168	SANDRA DE SOUZA MORETTO	8,8	3º	14/07/1983
95	CASSIA LIZANDRA LORENTEZ	8	4º	22/09/1976
392	PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA	8	5º	29/01/1982
716	LILIANE PEREIRA DA SILVEIRA	8	6º	08/03/1982
203	MARIA APARECIDA DOS SANTOS DUVINA	7,6	7º	22/04/1977
288	DAIANE DE CARVALHO TEIXEIRA PEREIRA	7,6	8º	28/10/1982
472	VANESSA BENEDET DE ALMEIDA	7,6	9º	04/05/1988
613	ANGELA CRISTINA ROXO MONTEIRO	7,2	10º	17/08/1976
467	FERNANDA SOUZA	7,2	11º	26/01/1989
190	ROSIANA TAIS ANDREOLLA	6,8	12º	*
544	MARCIA ALEXANDRE DE LIMA	6,4	13º	30/07/1967
429	MILCA HEIDRICH COIMBRA	6,4	14º	28/09/1983
536	GABRIELA PEREIRA COLOMBO	6,4	15º	25/11/1987
167	LAURA SANTOS DA SILVA	6	16º	*
317	MARLI TERESINHA RODRIGUES SCHINDLER	5,2	17º	19/07/1970
377	CLÉIA BORGES DAL PONT	5,2	18º	07/12/1982
159	JULIANA MALGARISI AGUIAR	4	Não Classificado	*

**CARGO: ENFERMEIRO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
247	LUCIMARA NUNES FERREIRA	8	1º	24/04/1974
251	ELIZANGELA COELHO RODRIGUES	8	2º	30/03/1982
585	CAMILA DA SILVA DE MATOS	8	3º	29/08/1983
108	RENATA HENRIQUE EBSEM	8	4º	05/02/1987
83	SIMONI LEAL JUSTO	8	5º	20/05/1987
243	JOSIANE DA SILVA ISOPPO	6,8	6º	26/01/1976
691	RODRIGO CAMBARA DO AMARAL VIEIRA	6,8	7º	26/02/1984
309	DEISE DE LIMA	6,8	8º	05/10/1986
338	VIVIAN SCUR	6,4	9º	05/05/1982
587	PRISCILA SCHAURICH TRINDADE	6,4	10º	24/08/1986
186	CARULINE BAUER DE OLIVEIRA	6,4	11º	18/10/1987
425	LILIANE DAMASIO DE SOUZA ARMANDO	6,4	12º	17/11/1987
275	GLAUCIA DOS SANTOS POLICARPO	6,8	13º	07/03/1988
120	RUANA BAUER DE MATOS	6,4	14º	06/01/1989
634	LUANA ELIAS DOS SANTOS	6,4	15º	08/10/1989
628	ROCHELLES SPADER PRUDÊNCIO	6,4	16º	07/11/1989
402	MARIA LUCIA JEUNEHOMME BORGES	6	17º	25/08/1958
651	ELIDA SILVEIRA DA ROSA	6	18º	11/08/1969
542	MARINUBIA SILVA DA SILVA	6	19º	14/07/1979
672	JANAINA DA ROSA SANTOS	6	20º	08/08/1980
530	MONICA PEREIRA GREGORINE	6	21º	18/12/1980
725	JOSIANE MORAIS DE MATOS	6	22º	15/03/1985
676	TAMIRIS DA SILVA HAAS	6	23º	14/03/1988
582	ANDREIA HAINZENREDER SPINDOLA DE CAMPOS	5,6	24º	30/08/1967
26	JOSELIA SANTOS SCHEFFER	5,6	25º	23/09/1976
188	ALEXA FABIANA GOMES DA ROCHA	6	26º	12/12/1977
197	JULIANA BORGES CARLOS	6	27º	01/05/1978
240	FABIANA DA SILVA FERNANDES	5,6	28º	05/04/1976
244	GISLAINE DA SILVA ISOPPO BORGES	5,6	29º	02/08/1979
304	AMANDA LUIZ MACIEL	5,6	30º	14/07/1985
299	DAIANE DA ROSA GOMES	5,6	31º	14/02/1986
326	MARIANA TAJES ZETTERMANN	5,6	32º	13/07/1986
534	ANA CAROLINA RODRIGUES MARTINS	5,6	33º	27/08/1986
398	SCHAIENI CRISTOVAM ALVES	5,6	34º	23/05/1989
557	SCHEILA TURAZZI PEREIRA	5,2	35º	16/09/1977
132	FRANCIELI RIBEIRO DE FREITAS DE MELLO	5,2	36º	24/04/1984
409	CRISTILANE TUON	5	37º	17/09/1977
608	ANDREA SIMON MARTINS ALANO	5	38º	12/03/1978
236	ALINE DA ROCHA SILVEIRA	5	39º	19/12/1980
340	DAIANA DA SILVA	5	40º	15/11/1981

## CARGO: ENFERMEIRO

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
343	INDIANES SILVA SILVEIRA	5	41º	25/03/1983
470	VANESSA DOS SANTOS DE LIMA	5	42º	27/02/1985
437	MAGDIEL GALVAO DOMINGUES	5	43º	07/05/1985
246	FERNANDA DA ROCHA LUZ	5	44º	18/11/1985
163	FRANCIELE EUZEBIO MARTINS	5	45º	02/12/1985
176	ELEN MARTINS DA SILVA	5	46º	09/05/1986
371	ROSANA PORTO MATIAS	5	47º	13/09/1986
547	GRAZIELA LOPES KNABBen DAMAZIO	5	48º	24/02/1988
426	ANELISE ESPINDOLA SCHEFFER	5	49º	14/06/1988
388	CAROLINE BAUER DOS SANTOS	5	50º	07/11/1988
75	BIBIANA WANDERLEI FLORES	4,4	Não Classificado	*
109	MÔNICA WATERKEMPER CASAGRANDE	4,4	Não Classificado	*
294	JIELI CINARA MACHADO	4,4	Não Classificado	*
31	RENAN EMERIM MONTEIRO	4,4	Não Classificado	*
395	ENI LOPES PEREIRA	4,4	Não Classificado	*
438	KAROLINE CATANIO SIPRIANO	4,4	Não Classificado	*
455	CLARICE RAUPP EVALDT	4,4	Não Classificado	*
471	CLAUDIA MOREL TRINDADE	4,4	Não Classificado	*
576	CLAUDIA COELHO DE BITENCOURT	4,4	Não Classificado	*
647	MARIELE FELIPE DASSOLER	4,4	Não Classificado	*
696	MARCOS ANTONIO DA SILVA BRASIL	4,4	Não Classificado	*
166	LARISSA TEIXEIRA MARTINS	4	Não Classificado	*
196	SARITA FARIAS	4	Não Classificado	*
245	VANESSA CARDOSO RAUPP	4	Não Classificado	*
327	BRUNA TEIXEIRA DA SILVA	4	Não Classificado	*
498	MARCIA TERESINHA KUHN	4	Não Classificado	*
584	DANIELA TEIXEIRA	4	Não Classificado	*
389	MIGUES CARNEIRO SOARES	4	Não Classificado	*



<b>CARGO: ENFERMEIRO</b>				
<b>Nº de inscrição</b>	<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>Nota Prova Escrita</b>	<b>Classificação</b>	<b>Data Nasc.</b>
734	ANDREA JERONIMO	4	Não Classificado	*
15	JESSICA CARDOSO SCANDOLARA	3,6	Não Classificado	*
548	SIANNA CORDOVA NUNES	3,6	Não Classificado	*
383	PATRICIA RIBEIRO DOS SANTOS	3,6	Não Classificado	*
94	SIMONE GOMES DOZE	3,2	Não Classificado	*
333	FRANCIELI ROXO PEREIRA MACHADO	3,2	Não Classificado	*
502	CINAIRA DALPIAZ PERES SCHEFFER	3,2	Não Classificado	*
337	ZENIO MONTEIRO PEREIRA JUNIOR	3,2	Não Classificado	*
84	EDILEUSA MENDES RODRIGUES	2,8	Não Classificado	*
90	JULIANA DA SILVEIRA ROLDAO	2,4	Não Classificado	*
382	EDUARDO SANTOS DA ROSA	2	Não Classificado	*
100	CLÁUDIA DELLA VECCHIA RÉ	1,6	Não Classificado	*
495	NAIARA QUADROS BORBA DE SOUSA	---	Não compareceu	*

**CARGO: FARMACÊUTICO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Dara Nasc.
255	ANGELA MATTOS RAUPP	8,40	1º	*
483	FABIANA GÁLIO DE MATOS	7,60	2º	*
222	ANGELO DIEGO SUPP	7,60	3º	05/05/1986
603	FRANCIELI STUART CONTI	7,20	4º	12/09/1985
594	ELIZANDRA COELHO RODRIGUES	7,20	5º	25/12/1987
292	SANDRA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA	6,80	6º	05/04/1967
575	CLAUDINEI COELHO DE BITENCOURT	6,80	7º	29/09/1982
325	ALISSON MARTINS DE SOUZA	6,80	8º	13/03/1984
215	ADINAN MORAES HENDLER	6,80	9º	24/05/1990
496	SABRINA DE VARGAS ROXO	6,40	10º	*
674	DOUGLAS NUERNBERG DE MATOS	6,00	11º	*
660	CAMILE TOMAZ PIZZUTI	6,00	12º	25/10/1976
531	CAMILA WERNKE	6,00	13º	13/07/1989
18	LETICIA KRAEMER FARIAS DOS SANTOS	5,60	14º	17/07/1984
270	RAMON BONOMINI RIBEIRO	5,60	15º	11/11/1987
621	BETHANIA MAGGI BORGES	5,20	16º	09/05/1989
535	CAROLINI DA ROSA DOS REIS	5,20	17º	27/04/1987
533	BRUNA JULIETE PASINI MUNHOZ	5,20	18º	14/11/1989

**CARGO: FISIOTERAPEUTA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
414	SOCRATES TELEMACO DE SOUSA	8,00	1º	22/12/1977
256	AMANDA BORBA MARTINS	7,60	2º	20/10/1978
189	PRICILA PESSÔA DAMIANI	7,60	3º	01/07/1982
58	NATALIA SEBASTIAO SILVEIRA	7,60	4º	01/07/1987
550	JULIANA DOS ANJOS BORGES	7,20	5º	29/05/1981
399	ARIANE PAOLA RODRIGUES DOS SANTOS	7,20	6º	27/05/1985
702	EDEMIR DOS SANTOS CARDOSO	6,80	7º	05/06/1981
291	MORGANA CARDOSO	6,80	8º	03/12/1986
350	RITA DE CASSIA JAEGER	6,40	9º	02/07/1976
565	JOSIANE MAGNUS PINHO	6,40	10º	21/09/1980
154	SUELEN SANTOS DA SILVA	6,40	11º	04/07/1983
71	BIANCA SOARES RODRIGUES	6,40	12º	04/12/1987
564	JOANA FAVERO FERREIRA	6,40	13º	19/06/1989
323	FERNANDO JURASKI LEFCHAK	6,40	14º	26/07/1989
568	DANIELA PANATO	6,00	15º	27/12/1977
314	VICENTE DE ALMEIDA BRITO	6,00	16º	09/03/1981
733	MANUELA SANTOS SELAU	6,00	17º	29/12/1983
131	PAULO CESAR VARERA IGNACIO	6,00	18º	14/02/1986
581	ELENISE FESTINALLI	6,00	19º	28/10/1986
509	PATRICIA DAMIANI PATRICIO	6,00	20º	29/06/1988
624	ALISSON ANTUNES GODOY	5,20	21º	08/06/1978
272	EDUARDO VINICIUS DE SOUZA DE OLIVEIRA	5,20	22º	13/08/1984
213	CAMILA COSTA BRUM	5,20	23º	23/06/1987
729	BILIANDERSON CARDOSO ALVES	5,00	24º	*
137	BARBARA CARDOSO NICHELE	4,40	Não Classificado	*
178	MARCO AURELIO D'BIASI	4,40	Não classificado	*
214	CASSIA HAHN ALVES	4,40	Não Classificado	*
430	RUDIEL LUCIANO BOECK	4,40	Não Classificado	*
59	RUTIANE SILVEIRA DAROS	4,00	Não Classificado	*
139	GUSTAVO NORBERTO CARDOSO LEINDECKER	4,00	Não classificado	*
462	CLEBER IRENO CARDOSO	4,00	Não classificado	*
481	PAULA RECK BELLON	4,00	Não Classificado	*
554	PATRICIA DE BITENCOURT SILVEIRA	4,00	Não Classificado	*
632	CHIARA DE OLIVEIRA ZANELATTO	4,00	Não Classificado	*
592	CLARICE INACIO DOS SANTOS	3,60	Não Classificado	*
28	ANDRIGO GOMES DA COSTA	*	Não compareceu	*

**CARGO: MÉDICO (CLÍNICO GERAL)**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
47	LUCIANA DE SOUZA LOPES	7,6	1º	*
261	SILVANO TUPINAMBÁ DELFIM HERNANDORENA RAMOS	5,2	2º	*

**CARGO: MÉDICO (GINECOLOGIA)**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
110	ANDREA VELLEDA DUARTE	7,20	1º	27/08/1972
204	JOANA DE ARAUJO	7,20	2º	15/01/1982
169	ANDREIA BRAGA DE CASTRO	6,80	3º	*
468	MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL		Não compareceu	

**CARGO: MÉDICO PEDIATRA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
286	MARCIA LAUX BRONZATTO	8,00	1º	*
654	CAROLINE OROSCO MACIEL BELLETTINI	7,60	2º	*
14	KATIA CILENE MENDES JULIANI	6,40	3º	*

**CARGO: NUTRICIONISTA EDUCACIONAL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
431	MARILIAN DA SILVA CASAGRANDE	6,80	1º	*
331	DANIELE DE PAIVA GALERIANO	6,40	2º	*
98	DEISI BAUER MACHADO	6,00	3º	15/11/1987
262	MARIELE OURIQUES HONORATO	6,00	4º	14/10/1988
80	BRUNA SCHWANCK DUTRA	6,00	5º	06/01/1989
454	ELIZA DE MATOS PEREIRA	5,20	6º	*
105	FABIANA DA SILVA SANTANA	4,40	Não Classificado	*
209	KATIANA RINALDI MACHADO LENTZ	4,00	Não Classificado	*
507	GRAZIELA CARDOSO MACHADO	4,00	Não Classificado	*
269	TATIANA CLEMENTE DE SOUSA	3,20	Não Classificado	*

**CARGO: ODONTÓLOGO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
122	LINDOMAR CORREA JUNIOR	8,80	1º	22/06/1988
123	QUELI PERES DA SILVA	8,40	2º	07/10/1981
74	MARIELI DA SILVA CASAGRANDE	8,40	3º	27/06/1987
635	MARCELA KELIN GIACHINI	8,00	4º	*
229	DEBORA BUENO PEREIRA	6,80	5º	*
349	NAYARA POSSAMAI DELLA	6,40	6º	*
267	ANDERSON ADESIO SCHMIDT BUSKE	6,00	7º	06/06/1982
403	ROBERTA CARNIZELLA RIBEIRO	6,00	8º	30/07/1985
493	JULIANA DE SOUZA ROSA	6,00	9º	30/01/1986
685	ARLEN SEBASTIÃO MAGGI	5,60	10º	25/09/1974
559	FELIPE ROSSI	5,60	11º	07/11/1981
636	DANIEL ROSSI	5,60	12º	24/09/1985
268	DAIANE MONTEIRO	5,20	13º	12/09/1981
135	CAMILA BENTES VIDAL	5,20	14º	17/04/1989
140	GEORGEA TORELLY COSTAMILAN	5,20	15º	14/10/1989
205	THAMIRES MARIA MOLON	5,20	16º	18/01/1990
119	GISELA ULIANO	5,00	17º	27/07/1960
220	ANDRE FELIPE SCHUUR DAUDT	5,00	18º	10/08/1973
590	SIMONE AYANG DE MORAIS GANDOLFI	5,00	19º	18/05/1983
385	PEDRO MAURO DOMINGUES DE SOUZA	5,00	20º	30/09/1986
13	LUANA CRISTOVAO GROSS	5,00	21º	22/02/1988
210	DIEGO AMADOR DE LARA	4,40	Não Classificado	*
287	ALINE DE BITENCOURT DA SILVA	4,40	Não Classificado	*
300	JULIA BIFF DAL PONT	4,40	Não Classificado	*
138	CAROLINE BRAMBILLA BORGHETTI	4,00	Não Classificado	*
298	FELIPE ESPINDOLA CARDOSO	4,00	Não Classificado	*
738	RODRIGO MACHADO DE SOUZA	4,00	Não Classificado	*
228	EDMAR PEREIRA NETO	3,60	Não Classificado	*
290	PATRIC VINICIUS MACHADO DE BITENCOURT	3,60	Não Classificado	*
9	ANA CATARINA SCHIESSL DE OLIVEIRA LOBO	3,20	Não Classificado	*
473	JONAS PACHECO DOS SANTOS	3,20	Não Classificado	*
723	CASSIO MARTINS DE SOUZA	3,20	Não Classificado	*
73	BETINA BORGES DA ROSA	2,80	Não Classificado	*
212	NATALIA OLIVEIRA DA SILVA	2,80	Não Classificado	*
718	ANDRESSA DE SOUZA	2,80	Não Classificado	*
69	BIBIANA BRAMBILLA BORGHETTI	2,40	Não Classificado	*
27	ADRINE MACIEL DA ROSA	0	Não compareceu	*
78	MÁRCIO DA SILVA VILANOVA	0	Não compareceu	*
79	FABIELLE FERRARETO SCHNEIDER	0	Não compareceu	*
458	EVERTON PACHECO	0	Não compareceu	*



**CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO EM PROJETOS E DIVULGAÇÃO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
503	MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO	7,6	1º	*
558	MILENA MEIRA	6,8	2º	*
466	LEANDRO KUNZE BORTOLON	5,6	3º	*
55	LAIS BORBA DE SOUZA	5,2	4º	*
593	HELOISA HELENA VALLIATTI	4	Não Classificado	*
687	ALAOR ALEXANDRE	*	Não compareceu	*

**CARGO: PROFESSOR - CIÊNCIAS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
235	JERENA MARIA LUCHETTA RYLL	8,80	1º	*
596	TIAGO MACHADO DA SILVA	8,40	2º	*
522	JANAÍNA PATRÍCIA WENZEL	8,00	3º	*
219	CARLA DE CASTRO SCHEFFER	7,60	4º	15/06/1982
48	RAMON RAMOS PEREIRA	7,60	5º	04/07/1984
22	RODRIGO JOEL DA SILVA	7,20	6º	28/10/1980
489	ADELSA FERNANDES DA SILVA	7,20	7º	25/12/1987
32	DAFNE PRESSLER POTHIN	6,80	8º	*
707	ROSA HELENA VIGNALI ROLIM	6,00	9º	05/01/1974
583	DAVINA TEIXEIRA	6,00	10º	30/10/1980
362	RAUL EMILIO LORENTZ	5,20	11º	*
225	DAYSY FERREIRA GUEVARA	5,00	12º	*
491	EROILGE ORQUIDEA CHAVES CRUZ	4,40	13º	*
372	GRAZIELA VOTRE ROLDÃO	4,00	14º	*

**CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS**

Nº. de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
523	GERUSA INACIO DOS SANTOS	8,40	1º	
675	LILIANI BAUER DE BARROS	8,00	2º	21/03/1978
479	ANA CARLA MACIAK	8,00	3º	22/12/1986
708	JOSANDRA DOS SANTOS HENRIQUE MAURICIO	7,60	4º	06/09/1976
232	ANGÉLICA DA SILVA TEIXEIRA	7,60	5º	14/12/1987
461	LUANA GOULART DA BOIT	7,60	6º	25/08/1988
368	MARIA MADALENA DA SILVA BITTENCOURT	7,20	7º	06/09/1959
234	ELIZABETE TEIXEIRA DA SILVA	7,20	8º	09/12/1973
512	ANA PAULA ROSA	7,20	9º	27/01/1980
494	ALEXANDRA MONTEIRO ROCHA CONSTANTE	7,20	10º	23/08/1981
390	MARCIA REGINA SILVEIRA	6,80	11º	06/06/1961
667	AMAURETE JOAQUIM KEJELLIM	6,80	12º	16/02/1968
497	IOLANDA DA SILVA GOMES	6,80	13º	28/08/1972
501	IONARA MAGNUS BARBOSA	6,80	14º	02/10/1974
633	JOSIANE GOMES DA COSTA	6,80	15º	18/11/1978
293	SABRINA PEREIRA GARCIA	6,80	16º	02/04/1980
504	DENISE MONTEIRO CONCEIÇÃO	6,40	17º	21/10/1975
517	JOELMA TRAJANO LOPES	6,40	18º	31/10/1976
668	INDIAMAR APARECIDA RITTES DA SILVEIRA	6,40	19º	03/10/1977
658	CAROLINA CALDEIRA TOMAZ	6,40	20º	07/07/1979
249	CRIS FERREIRA DE FREITAS	6,40	21º	13/09/1981
393	ERONICE DA COSTA SANTOS	6,00	22º	22/09/1975
599	PATRICIA ROCHA TEIXEIRA BAUER	6,00	23º	07/02/1977
141	TATIANA MACHADO DE CASTRO	6,00	24º	05/03/1978
528	LILIAN AURORA FERNANDES JOAQUIM	6,00	25º	05/08/1985
642	ANA CLÁUDIA SOARES CEZIMBRA DE VARGAS	5,60	26º	05/11/1970
692	LILIANE OLIVEIRA DE MATOS	5,60	27º	02/08/1974
682	CRISTIANE DOS SANTOS NUNES	5,60	28º	09/01/1976
697	VALQUIRIA EDILENE LEANDRO	5,60	29º	29/08/1976
721	ROSELAINE ALVES DA SILVA	5,60	30º	30/01/1977
170	ELENICE DE OLIVEIRA CARDOSO DE FREITAS	5,20	31º	29/06/1961
279	CASSIANI TRAJANO DA SILVA	5,20	32º	27/03/1987
187	LOECI ROSA DA SILVA	5,00	33º	25/09/1964
198	JOSIANI DE MATOS GOMES RODRIGUES	5,00	34º	14/01/1979
257	ROSANA DA SILVA RODRIGUES MONTEIRO	5,00	35º	02/02/1987
320	MARILIA DELFINO TEIXEIRA	5,00	36º	24/12/1987
56	CRISTINA VALENTIM DE BITENCOURT	4,40	Não Classificado	
35	FRANCIELE SOUZA LOPES	3,60	Não Classificado	
644	LUANA HEBERLE	3,60	Não Classificado	
302	RILEDA REJANE MUNARO HANSEN	0,00	NÃO COMPARECEU	

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
730	GUILHERME SILVA DA COSTA	8,80	1º	03/06/1986
10	MARINILDA LADISLAU RAUPP	8,40	2º	23/03/1987
312	JOSE MARCELO SCHEFFER DE SOUZA	8,00	3º	06/06/1978
391	CAROLINI BROCCA MARGUTTI	8,00	4º	27/02/1985
329	FABIANA CORNEL FREITAS	7,60	5º	27/08/1986
680	ELIS GLORIA ROSS MAGNUS	7,60	6º	15/08/1987
278	JEAN PIERRE GARCIA CARNEIRO	7,60	7º	25/06/1989
537	JAQUELINE DOS SANTOS EVALDT	7,20	8º	*
116	JULIANA MARTINS VARGAS	6,80	9º	21/09/1984
283	DIONATAN SANTOS PACHECO	6,80	10º	09/01/1986
591	LEANDRO FELIPE THUME BEIER	6,80	11º	02/05/1986
695	ABEL JUSTO DE LIMA	6,40	12º	07/06/1985
731	ZANEIDE MATOS CLEZAR	6,40	13º	13/09/1980
208	TAIS DALLA COLLETTA	5,60	14º	17/04/1976
162	CLAUDIO DA SILVA DE FREITAS	5,60	15º	17/08/1982
460	ALEX RODRIGO DA SILVA	5,20	16º	*
679	GILMARA TEIXEIRA RODRIGUES	0,00	Não Classificado	*

**CARGO: PROFESSOR ▯ GEOGRAFIA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
666	TIAGO SILVEIRA CARDOSO	8,40	1º	26/10/1982
117	MARIA ELOIZA VARGAS DA COSTA	8,00	2º	07/05/1959
76	ALINE FERNANDES COSTA	7,60	3º	16/01/1989
432	QUETILANI SANTOS DE CARVALHO	6,80	4º	*
553	ANDERSON EMILIO WITT	6,00	5º	*

**CARGO: PROFESSOR ▯ HISTÓRIA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
85	RODRIGO PEREIRA DE MATOS	8,40	1º	07/02/1979
706	LEONARDO GEDEON FLORES	8,40	2º	19/11/1982
456	STEFANIA DE BORBA QUADROS	8,00	3º	25/08/1978
38	JAIME LUIS DA SILVEIRA BATISTA	7,60	4º	11/12/1967
226	ROGER FIGUEIREDO DA SILVA	7,60	5º	01/11/1979
386	ERIEDNA MACIEL PEREIRA	7,20	6º	
428	BERNARDO DE FREITAS RAULINO	6,40	7º	27/06/1983
601	GABRIELA MONTEIRO LEFFA	6,40	8º	18/08/1989
453	ISADORA MARTINS DUARTE	5,00	9º	
134	TAIZE DA ROSA EMERIN	4,00	Não Classificado	
259	IVONE SELAU SILVEIRA	0	Não compareceu	

**CARGO: PROFESSOR ▯ INFORMÁTICA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
555	CRISTIANO CARVALHO NUNES	7,20	1º	*
339	MARCELO MORETTE	6,80	2º	*
598	MARCELO BOFF DOS SANTOS	6,00	3º	*

**CARGO: PROFESSOR ▯ LÍNGUA PORTUGUESA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
271	TATIANA PONTE BRANCO DANIEL	8	1º	05/02/1973
284	MAURA SCHWANCK MAIA	8	2º	16/07/1985
242	ANDRÉA DE SOUZA FERREIRA	5,6	3º	06/11/1972
301	KARINI LUMMERTZ COLARES	5,6	4º	20/02/1983
332	MARÍ LÚCIA SANTOS	4	Não Classificado	*

**CARGO: PSICÓLOGO ▯ ÁREA DA SAÚDE**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
344	GRAZIELA PORTO TRESCHER	8,40	1º	*
374	MARCELO DE OLIVEIRA CANDIDO	8,00	2º	*
424	WALTER CORREA DE FAVERI	7,20	3º	*
580	ALDRI DOS SANTOS MATOS	6,40	4º	*
24	DENISE WEREMCHUK	6,00	5º	25/07/1979
303	ALEXANDRA SOMBRIO CARDOSO	6,00	6º	28/04/1986
356	CASSIO DA ROSA ESTIVALET	5,60	7º	26/04/1985
233	ROSE MARI RIBEIRO	5,00	9º	10/01/1956
227	RAMON BASTOS SILVEIRA	5,00	8º	05/09/1962
649	ROMUALDO NUNES DOS SANTOS	5,00	10º	11/06/1983
258	RENATA MARINHO SCANDOLARA	4,40	Não Classificado	
646	ROSANGELA SANT ANA SILVEIRA	4,40	Não Classificado	
322	TIAGO MATIAS VITALI	4,00	Não Classificado	

**CARGO: PSICÓLOGO ▯ ÁREA EDUCACIONAL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
297	FERNANDA DE SOUZA LUMMERTZ	8,0	1º	03/10/1979
663	HELOISA CARDOSO DA SILVA	8,0	2º	27/01/1985
224	CAROLINA LEMOS DA SILVA	6,0	3º	10/03/1978



**CARGO: PSICÓLOGO ▯ ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
698	ALINE ANDRESSA DOS SANTOS	7,20	1º	*
241	JORGENY CASTRO POSSAMAI	6,00	2º	*
115	SILVIA GOMES PRADO	5,60	3º	*
93	MARCELO MACHADO FLORIANO	5,20	4º	15/05/1985
693	TATIANA DOS SANTOS FAUSTINO	5,20	5º	05/01/1986
355	LEANDRO FAGANELLO BIZARRO	5,20	6º	13/01/1986
127	CAROLINA TEIXEIRA DALOLLI	4,80	Não Classificado	*
64	CLAUDIA BORGES COLARES FONTANA	4,00	Não Classificado	*
118	ANDRÉIA PEREIRA BELETTINI	4,00	Não Classificado	*
487	TALITA RAMOS LOPES	4,00	Não Classificado	*
488	GISELE MARQUES MOTTA	4,00	Não Classificado	*
712	ELIZA DOS SANTOS POLICARPO	4,00	Não Classificado	*
717	LISIENE COELHO COSTA	4,00	Não Classificado	*
713	GRAZIELA FERREIRA ROCHA	3,60	Não Classificado	*
88	LOECI ATANAZIO HOMEM PEREIRA	0,00	Não Classificado	*

**CARGO: PSICOPEDAGOGO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
375	MARILIA BOFF NICOLODI	7,60	1º	*
620	ANA REGINA CONSTANTE	6,40	2º	09/12/1972
661	JOSEANE TEIXEIRA MACIEL	6,40	3º	19/06/1979
442	CLARISSE PEREIRA GOMES	6,00	4º	*
657	MARA REGINA MULLER LANGE	5,60	5º	*

**CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL - ORIENTADOR**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
445	LETUZA SCHEFFER HAINZENREDER	7,20	1º	*
158	VILMA CAETANO DE CAMPOS	6,00	2º	*
112	MARIAZINHA DA ROSA	5,20	3º	16/04/1947
155	ROSINÉIA APARECIDA GONÇALVES	5,20	4º	17/02/1975

**CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL ▯ SUPERVISOR**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
631	SILVIA REGINA HENRIQUE	5,60	1º	*

**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:****CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
521	ANDERSON ROLDÃO RODRIGUES	8,00	6,95	7,48	1º	*
545	TAISE MARTINS SANTOS	6,80	7,50	7,15	2º	*
724	CAMILA MACHADO DA SILVA	6,80	7,10	6,95	3º	*
101	SILVIA MARIA ANDRIOLI DA SILVA	7,60	5,85	6,73	4º	27/04/1963
520	MARILDA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA	7,60	5,85	6,73	5º	17/10/1965
367	RAISSA DA SILVA BOLZAN	6,40	7,05	6,73	6º	26/12/1992
686	OLON CARDOSO BATISTA	8,40	5,04	6,72	7º	*
722	JESSICA VIC ENTE CARDOSO	6,40	7,00	6,70	8º	*
397	CAROLINE DA COSTA FOUCHARD	6,40	6,90	6,65	9º	*
92	LEDIO LUCIO DALPIAZ DE MATOS	6,40	6,50	6,45	10º	07/02/1959
180	BRUNA DAITX DOS SANTOS	5,60	7,30	6,45	11º	14/05/1993
726	CAROLINE DA SILVEIRA	5,60	7,25	6,43	12º	*
211	ROSANE APOLINARIO DA SILVA	6,40	6,30	6,35	13º	*
345	JANETE FIALHO FERREIRA	6,80	5,85	6,33	14º	*
662	ALSENI MARIA DE SOUZA TEIXEIRA	5,20	7,15	6,18	15º	*
561	TALMA MAIARA PEREIRA VALIM	5,60	6,70	6,15	16º	*
650	CATIA GOMES VIEIRA	4,80	7,30	6,05	17º	*
369	JULIANE JORGE MATIAS	7,20	4,80	6,00	18º	*
174	ANGELA LUZIA BERTOLDO FRANCISCO BAUER	5,20	6,75	5,98	19º	14/06/1977
364	DIOGO DE BITENCOURTT DE ALMEIDA	5,20	6,75	5,98	20º	01/07/1984
313	INGRITI DE OLIVEIRA MACHADO	4,80	7,10	5,95	21º	24/11/1988
571	SANDRA LOZIA CIRIO COGO	4,80	7,10	5,95	22º	15/09/1963
133	HELADE ROCHO ROSA	4,80	6,90	5,85	23º	23/06/1985
378	HIANDRA GOULART DA BOIT	4,80	6,90	5,85	24º	08/03/1993
532	MÁRCIA BAUER RODRIGUES	5,20	6,50	5,85	25º	13/07/1981
230	ROBISON BAUER DE MATOS	5,60	6,05	5,83	26º	06/01/1989
700	JENNIFER FEIJÓ REGINALDO	4,80	6,70	5,75	27º	*
328	ANA MARLISE SCHEFFER DE SOUZA	5,20	6,25	5,73	28º	09/03/1992
579	NATÁLIA OLIVEIRA DA SILVA	4,00	7,20	5,60	29º	09/08/1985
735	RAFAELA DE SOUZA MACHADO DA SILVA	4,40	6,80	5,60	30º	13/05/1987
447	PRISCILA SCHEFFER HAINZENREDER	4,00	6,85	5,43	31º	
40	ROSIRENE DA SILVA PEREIRA BROGNOLI	4,00	6,40	5,20	32º	16/09/1976
151	MARIANE FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS	5,20	5,20	5,20	33º	16/09/1987
217	ÁGATA ANTONIO DE QUADROS	3,20	6,95	5,08	34º	*
586	SIMONE MACHADO DE CASTRO	4,00	5,95	4,98	Não Classificado	*
459	TIANE MACHADO DA SILVA	3,60	6,35	4,98	Não Classificado	*
60	PETERSON RODRIGUES COELHO	4,40	5,55	4,98	Não Classificado	*
505	FERNANDA EVALDT SCHEFFER	5,20	4,70	4,95	Não Classificado	*
449	TUANE BOAVENTURA FERNANDES	3,60	6,10	4,85	Não Classificado	*
296	DIEGO MINUSSI DA SILVA	3,60	5,90	4,75	Não Classificado	*

**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
513	CHEIME BORGES STEFFEN	4,40	5,00	4,70	Não Classificado	*
4	FRANCIELE VARGAS	2,80	6,35	4,58	Não Classificado	*
61	FILIFE DE FREITAS XAVIER	2,40	6,55	4,48	Não Classificado	*
540	TATIANA VILASBOAS DE OLIVEIRA	2,80	6,15	4,48	Não Classificado	*
549	ANGELA CARLOS BENETTI	3,60	5,50	4,55	Não Classificado	*
33	SHEILA DE LIMA MATEUS	3,60	5,01	4,31	Não Classificado	*
656	SIMONE ANTONIAK	4,00	4,65	4,33	Não Classificado	*
567	ELISIANE DO NASCIMENTO DA SILVA	4,00	4,50	4,25	Não Classificado	*
673	ANDRE CARDOSO	3,60	3,95	3,78	Não Classificado	*
207	LIGIA CARLA DA SILVA	5,60	0,90	3,25	Não Classificado	*
417	MARCELO JOÃO DA SILVA PERES	3,20	3,07	3,14	Não Classificado	*
589	CHAIANE BORGES STEFFEN	4,40	1,30	2,85	Não Classificado	*
515	DEBORA LUCIANE ZAMPIERI	5,20	0,40	2,80	Não Classificado	*
412	SANDRA MARA PERES DE MATTOS DA SILVA	2,00	3,35	2,68	Não Classificado	*
514	RONALDO DOS SANTOS CÂNDIDO	2,80	0,75	1,78	Não Classificado	*
194	PATRICIA LUMMERTZ CORREA GOUVEA	*	*	*	Não Compareceu	*
248	TIAGO VEFAGO GIASSI	*	*	*	Não Compareceu	*
518	SIMONE CECILIA GATELLI	*	*	*	Não Compareceu	*
538	LUCILENE CARDOSO PORTO	*	*	*	Não Compareceu	*
597	JARBAS ALAOR VENCATO CESAR	*	*	*	Não Compareceu	*
655	FERNANDO DE FREITAS	6,00	FALTOU		*	*

**CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
474	MICAEL CAMACHO DE LIMA	7,60	7,50	7,55	1º	*
463	MILENA SKOLAUE LEAL	6,80	7,05	6,93	2º	*
379	EDINER ROSPA DA SILVEIRA	7,60	6,20	6,90	3º	*
516	ROBERTO CHICATTO	7,20	6,40	6,80	4º	*
216	RAFAEL MACHADO SCHEFFER	6,00	6,90	6,45	5º	*
645	FABRICIA GOUDINHO HESPANHOL	6,00	6,85	6,43	6º	*
274	CAMILA SURIS CARVALHO	6,00	6,15	6,08	7º	*
422	MAURICIO CARVALHO LOPES	5,60	6,25	5,93	8º	*
175	ANA PAULA BRUSCH BORGES	5,60	5,65	5,63	9º	*
311	JULIANA PERES BATISTA	5,60	5,25	5,43	10º	*
357	CASSIO DE BITENCOURT DE ALMEIDA	5,20	5,35	5,28	11º	*
625	MERI TERESINHA TEIXEIRA NOGUEIRA	5,20	5,30	5,25	12º	*
145	CRISTIANE SCHEFFER DA SILVA	5,20	4,85	5,03	13º	*
195	MADALENA TEIXEIRA DA SILVA	6,40	3,60	5,00	14º	*
434	RENATA CARVALHO BITENCOURT MATIAS	5,20	4,25	4,73	Não Classificado	*
37	RITA WEBBER DE SOUZA	3,20	5,35	4,28	Não Classificado	*
480	SAURI CARDOSO DA SILVA JUNIOR	3,60	4,80	4,20	Não Classificado	*
114	GLAUCIA DAISE ABEL SANTOS	4,00	3,85	3,93	Não Classificado	*
671	MARINEZ BONICENHA DE SOUZA	5,20	1,35	3,28	Não Classificado	*
490	ANDERSON DE MORAIS DA LUZ	5,60	FALTOU		*	*
223	ADELINA MARIA PORFIRIO	5,00	FALTOU		*	*
737	ROSANE SANTOS GONÇALVES	4,00	FALTOU		*	*

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO ESCOLAR**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
684	ALANA MACIEL AGUIAR	6,40	7,35	6,88	1º	*
144	LISIANE SCHEFFER DA SILVA	6,40	6,3	6,35	2º	*
556	MAURA DAIANE BORGES MARTINS	5,20	7,05	6,13	3º	*
359	CAIO ROBERIO BARPP DA SILVA	4,40	7,2	5,80	4º	*
113	DENIZETE APARECIDA RAMOS	4,40	4,4	4,40	Não Classificado	*
102	ANGILA CRISTINA ROXO MACIEL	5,20	2,1	3,65	Não Classificado	*
81	PATRICIA DA COSTA DA SILVA	3,20	2,8	3,00	Não Classificado	*

**CARGO: AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
62	LISANDRA EDUARDA DE CASTILHOS	8,80	1º	
70	PRISCILA MIRANDA PAZ	8,40	2º	21/10/1989
732	JESSICA GILMARA AGLIARDI PEREIRA	8,40	3º	23/02/1991
106	SANDRA MARIA SILVEIRA DOS SANTOS	8,00	4º	20/06/1965
418	PRISCILA PERES CARDOSO	8,00	5º	20/11/1987
153	ROSELANE MOREIRA DE OLIVEIRA	7,60	6º	29/09/1967
416	LORENI FERRAZ ZEFERINO DOS SANTOS	7,60	7º	02/02/1977
366	ZANETE INDALENCIO DA SILVA	7,20	8º	02/06/1975
446	LIVIA PILETTI JUSTO PEREIRA	7,20	9º	03/01/1981
539	FATIMA APARECIDA DOS SANTOS ANDRÉ	6,80	10º	06/06/1975
142	GISLAINE DA COSTA REOS	6,80	11º	10/09/1983
477	MARIA DE LOURDES APOLINARIO PEREIRA	6,40	12º	07/12/1954
12	ELIANE CARDOSO PEDROSO	6,40	13º	09/09/1973
273	REJANE CARVALHO FERNANDES	5,20	14º	15/02/1964
640	ESTÉFANI DA ROSA SILVEIRA	4,80	Não Classificado	

**CARGO: FISCAL DE OBRAS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
606	CRISTIAN CARDOSO DE FREITAS	8,80	1º	30/12/1981
709	ROGER DA SILVA GONÇALVES	8,80	2º	15/03/1993
405	JESIEL REZENDE DA SILVA	8,40	3º	30/12/1980
238	CATIELE DA SILVA	8,00	4º	04/05/1990
600	JORGE ALBERTO MURARO	7,60	5º	31/05/1960
484	GILBERTO DARE	7,60	6º	21/01/1965
404	ELIS REGINA DE MENEZES LOPES	7,60	7º	19/03/1978
543	SHARON PEKER DE FARIAS	7,60	8º	03/09/1979
49	FABIANO MARASCHIN DE SOUZA	7,60	9º	05/01/1981
736	IZAEL CARDOSO DA SILVA	7,60	10º	28/02/1983
250	ALEXANDRE CREMONINI CAVALHEIRO CERATTI	6,80	11º	26/02/1968
715	TATIANE STREGER STEFFEN	6,80	12º	22/05/1992
173	ANDRÉ FELIPPE DE SOUZA	6,40	13º	23/07/1989
524	ILARIO DOS SANTOS GONÇALVES	6,00	14º	14/07/1968
111	ANA LUISA MACIEL DE SOUZA	5,60	15º	11/05/1967
643	GEDSON GOUDINHO HESPANHOL	5,60	16º	*
694	TIAGO DANIEL MACHADO OLICHESKI	4,40	Não Classificado	*



**CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
363	JOSIANE DE MATOS LEANDRO	8,00	1º	*
237	DAIANE BITTENCOURT CARDOSO	7,60	2º	17/09/1981
570	MICHELE COGO	7,60	3º	02/12/1986
588	DANIELE MACEDO CORREA	6,80	4º	13/02/1985
199	ANA CECILIA FROELICH SOARES	6,80	5º	03/12/1985
452	VICENTE SILVEIRA DE OLIVEIRA	6,80	6º	25/02/1990
264	ADEMIR GOMES GONÇALVES JUNIOR	6,80	7º	25/03/1991
17	ADRIANO GAYER DE ARAUJO	6,80	8º	07/06/1995
179	MICHELLE D' BIASI ROLIM	6,40	9º	*
285	LUIS OSORIO OLIVEIRA LOUREIRO	6,00	10º	16/12/1954
260	FATIMA MARIA IDALENCIO MARTINS DE OLIVEIRA	6,00	11º	14/01/1959
638	MICHELE GONÇALVES DA ROSA	6,00	12º	30/09/1983
637	CAMILA LUMERTZ SERGIO	6,00	13º	09/01/1990
569	JOSE SILVEIRA NUNES	5,60	14º	26/01/1986
711	DANIEL ROLDAO PEREIRA	5,60	15º	*
728	HENRIQUE NEGREIROS ROSA	5,20	16º	*
277	EVANDRO SANTIAGO DA SILVA	5,00	17º	12/04/1971
627	TIARLI DA LUZ SCHEFFER	5,00	18º	08/12/1985
50	THAIS JANTSCH HOFFMEISTER	5,00	19º	22/07/1988
500	AMANDA DA ROCHA MARTINS	4,40	Não Classificado	*
376	LAURITA MARGARETE XAVIER CORREA	4,40	Não Classificado	*
415	RODRIGO LOPES DA SILVA	3,60	Não Classificado	*
280	JOÃO BATISTA LEMOS SCHEFFER	0	Eliminado	*

**CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
107	LUCILENE CARDOSO PORTO	8,80	1º	*
411	FRANCIS SELAU DE OLIVEIRA	8,40	2º	*
619	AIRTON MAGNUS	6,00	3º	24/05/1960
618	MAICON GROSSMANN MACHADO	6,00	4º	29/10/1983
63	FRANCELE RAMOS PEREIRA	4,40	5º	*
308	FILIPPE BASTIAN VILLANOVA	3,60	6º	*

**CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
263	MARCOS RODRIGUES HESPANHOL	7,60	1º	30/03/1968
2	PATRICIA SCHEFER COELHO	7,60	2º	31/08/1971
457	SIMARA PEREIRA LUMMERTZ	7,20	3º	11/09/1974
252	NEUSA MARIA MACHADO DA SILVEIRA	6,80	4º	05/03/1961
714	ROSILENE DE MATOS DELFINO	6,80	5º	05/06/1970
526	PAULO RODRIGO SAIDLER	6,80	6º	07/05/1979
72	GILBERTO SILVA DE SOUZA	6,80	7º	30/04/1988
727	VANESSA MAGNUS KREUSBURG	6,40	8º	*
54	MARLENE SZAST	6,00	9º	26/05/1974
609	RENATO DOS SANTOS CARDOSO	6,00	10º	03/05/1983
410	AMANDA DE BARROS SCHARDOSIM	6,00	11º	20/03/1986
125	ALINE PEREIRA DA SILVA	6,00	12º	04/12/1986
469	LIANE JOSETE DE FREITAS	5,60	13º	24/05/1969
370	LUCIMAR MATOS AGOSTINHO	5,60	14º	01/04/1970
476	LUCIANI DICKSEN MOREIRA	5,60	15º	22/01/1974
51	PATRICIA DE OLIVEIRA BOCK	5,60	16º	25/01/1976
352	DAIANE LOPES DE ANDRADES	5,60	17º	05/04/1977
253	EMANUELA DA SILVEIRA	5,60	18º	18/02/1980
413	JOSI BREHM SOUZA	5,60	19º	16/08/1981
508	FLAVIA CORDEIRO	5,60	20º	26/02/1985
341	TATIANE DA COSTA SANTOS	5,60	21º	29/09/1985
86	ELIANE BARBOSA MARTINS	5,60	22º	27/08/1986
336	MAYARA RODRIGUES	5,60	23º	04/05/1987
192	MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS	5,20	24º	09/11/1963
276	NEUSA BATISTA VIEIRA	5,20	25º	09/12/1967
451	ESTER DE LIMA FERREIRA	5,20	26º	06/02/1972
161	ADRIANA LEITES SANTOS MACHADO	5,20	27º	19/10/1975
615	LEILA SCHUTZ VALIM	5,20	28º	31/05/1978
121	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA OLIVEIRA FERULA	5,20	29º	16/09/1980
295	FABIANA DA SILVA SANTOS	5,20	30º	21/11/1983
623	SABRINA SCHARDOSIM BOFF	5,20	31º	21/09/1985
665	TAMIRIS DE BITENCOURT DE ALMEIDA	5,20	32º	23/06/1987
443	NEUZA MARIA RITTER PINTER	5,00	34º	09/11/1962
387	CARLA GOULART BORNE	5,00	33º	31/08/1977
659	KARINA RAMOS BORGES	5,00	36º	15/06/1979
519	DAIANA MENGUE DE SOUZA	5,00	35º	27/05/1984
23	ALINE DE MATOS DE OLIVEIRA	4,40	Não Classificado	*
160	ROSANGELA GODINHO RAMOS	4,40	Não Classificado	*
181	SONIA MARA DA SILVA OLIVEIRA	4,40	Não Classificado	*
239	LETICIA DA SILVA BAUER	4,40	Não Classificado	*
396	IEDA MARIA ALVES CAMARGO	4,40	Não Classificado	*
464	EVANDRA MICHELA PRADELLA	4,40	Não Classificado	*

**CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Classificação	Data Nasc.
380	GILSON GUARACI FERNANDES RODRIGUES	4,00	Não Classificado	*
629	DIRCE LENTZ	3,60	Não Classificado	*
96	FERNANDA DAITX SANTOS PERES	3,20	Não Classificado	*
306	JOSELIA MATIAS COELHO	3,20	Não Classificado	*
610	CLORECI JOAQUIM KEGELLIM	3,20	Não Classificado	*
614	ISOLETE VICENTE CRESCÊNCIO	3,20	Não Classificado	*
622	MAIARA DA SILVEIRA RAMOS	2,80	Não Classificado	*
347	RODRIGO BARROS PINHEIRO	*	Não compareceu	*
546	MICHELE DIMER DE OLIVEIRA ÁVILA	*	Não compareceu	*

**CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:****CARGO: AGENTE AUXILIAR**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
143	JAQUELINE MONTEIRO RAMOS	7,20	7,30	7,25	1º	*
652	CRISLAINE APARECIDA DA SILVA F.VIEIRA	6,80	7,45	7,13	2º	*
639	THIAGO DE SOUZA DIAS	6,40	7,10	6,75	3º	*
703	CARLOS HENRIQUE ROLDÃO RODRIGUES	6,40	6,40	6,40	4º	*
124	AMANDA DA ROSA BOFF	5,60	7,15	6,38	5º	*
126	ALAN WANDREY CARDOSO	5,20	6,35	5,78	6º	*
20	VERA LUCIA VENTURA	6,40	5,05	5,73	7º	*
310	RAQUEL LENTZ BAUER GOMES	6,80	4,20	5,50	8º	*
7	ROBSON ANTONIO DE OLIVEIRA MOISES	6,40	4,15	5,28	9º	*
358	SABRINA MACHADO DE MATOS	4,00	6,20	5,10	Não Classificado	*
406	NIVEA INES NAGILDO	6,00	3,45	4,73	Não Classificado	*
19	MIRIAN FABIOLA DE SIQUEIRA DOS SANTOS	5,00	4,10	4,55	Não Classificado	*
641	GABRIELA DE LIMA MAGNUS	5,00	3,10	4,05	Não Classificado	*
44	IVONETE GOMES DE SOUZA	4,40	1,95	3,18	Não Classificado	*
626	MARILETE JOAQUIM KEGELLIM	2,80	3,30	3,05	Não Classificado	*
566	ALINE MARIANO DE MATOS	5,00	FALTOU		Não Classificado	*

**CARGO: TELEFONISTA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
436	ELISANGELA OLIVEIRA DE SOUZA	7,60	4,45	6,03	1º	*
334	EDINEIA BORBA GONÇALVES	5,00	7,00	6,00	2º	*
529	LIEGE CARDOS DENOVARO	5,20	6,45	5,83	3º	*
316	DAIANE BAUM	6,40	5,05	5,73	4º	*
617	ROSIANE FERNANDES	5,20	6,10	5,65	5º	*
361	VIVIANE DA SILVA	7,20	2,65	4,93	Não Classificado	*
282	VANESSA BROCCA MINOTTO	5,60	4,20	4,90	Não Classificado	*
560	MARCIA RIBEIRO JUSTO	4,00	4,10	4,05	Não Classificado	*
52	MARIA ANTONIA ZOLLIN FERNANDES	5,60	1,95	3,78	Não Classificado	*
482	ALINE TEIXEIRA MALGOR	4,00	3,55	3,78	Não Classificado	*
450	JOICE HOMEM MACHADO	3,20	3,70	3,45	Não Classificado	*
67	CAROLINE SANTOS SILVEIRA	*	*	*	Não compareceu	*
206	ADRIANA DOS SANTOS SOUZA	*	*	*	Não compareceu	*
578	MARIANA DOS SANTOS PEREIRA	*	*	*	Não compareceu	*
604	CLEZIA MARIANO PEREIRA	*	*	*	Não compareceu	*
704	MIRIAM SKOLAUDE LEAL	*	*	*	Não compareceu	*

**CARGO: RECEPCIONISTA**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
384	ANTONIO CARLOS BIFF	8,00	6,70	7,35	1º	*
354	ELIZANDRA DA SILVA MARTINS	7,60	7,05	7,32	2º	*
231	ANDRIELI DA SILVA TEIXEIRA	7,60	6,75	7,18	3º	*
34	TANISE WANDREY CARDOSO	7,60	6,55	7,08	4º	*
611	ALINE ELISABETH TEIXEIRA DA SILVA	6,00	6,90	6,45	5º	*
689	NAYARA DA ROCHA SILVEIRA	6,40	6,45	6,43	6º	*
136	LUCIANO HAINZENREDER SPINDOLA	6,40	6,30	6,35	7º	*
103	CRISTIANE LUPIM ANTONIO	6,80	5,60	6,20	8º	*
128	ALESSANDRA DOS SANTOS BENCKE	5,20	6,15	5,68	9º	*
68	LEANDRO SCHENK POMPERMAIER	6,40	4,85	5,63	10º	*
421	LUANA LEMOS	4,40	6,80	5,60	11º	*
420	MAURICIO NETTO DA SILVEIRA	4,40	6,65	5,53	12º	*
182	ELISANGELA EME FRAGA DE OLIVEIRA	6,80	3,90	5,35	13º	*
29	JUCILEIA SELAU	6,00	3,95	4,98	Não Classificado	*
492	DANIELA DA ROCHA	5,60	4,25	4,93	Não Classificado	*
360	MARILIA DA ROSA MACHADO	4,00	5,10	4,55	Não Classificado	*
435	GELSA PEREIRA BOCK	6,00	2,80	4,40	Não Classificado	*
664	ANA LUCIA CARDOSO DA SILVA	4,40	2,70	3,55	Não Classificado	*
265	CHRISTIANE FLORENTINO AGOSTINHO	4,00	1,40	2,70	Não Classificado	*
77	IOLEDY LUDUVICHACK	4,40	0,80	2,60	Não Classificado	*
315	ELIZABETE CARDOSO TEIXEIRA	3,60	0,01	1,81	Não Classificado	*
423	PAULA DA SILVEIRA SEHN	4,00	FALTOU	0,00	Não Classificado	*
710	JULIANA DA SILVA CARDOSO	0,80	FALTOU	0,00	Não Classificado	*
147	SUZETE BOZA ALVES	*	*	0,00	Não compareceu	*
157	IARA GONÇALVES CARDOSO	*	*	0,00	Não compareceu	*
690	ERLANE RODRIGUES BEHENCK	*	*	0,00	Não compareceu	*



**CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO E/OU ALFABETIZADO:****CARGO: BRAÇAL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
677	PATRICK ROSTIROLLA DA ROSA	7,60	5,60	6,60	1º	*
319	VALDIR PACHECO	6,40	6,20	6,30	2º	*
25	CLAUDIO JOSÉ DAITX	7,20	4,80	6,00	3º	*
65	VOLNEI FRANCISCO RAMOS DE ALMEIDA	6,40	5,40	5,90	4º	*
5	OLIRIO ANTUNES	6,80	4,20	5,50	5º	*
699	CRISTIANO VIEIRA DE SANT'ANNA	6,80	3,60	5,20	6º	11/07/1974
400	ALEXANDRE SANTOS FARIAS	4,80	5,60	5,20	7º	22/08/1977
562	PAULO ROBERTO JARDIM	6,00	4,20	5,10	8º	*

**CARGO: MOTORISTA AMBULÂNCIA/ÔNIBUS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
525	JOAO DELFINO JOAQUIM	7,6	10,00	8,80	1º	08/07/1962
705	MARCELLO SANTINO TEIXEIRA	7,6	10,00	8,80	2º	27/08/1979
330	LEANDRO GONZAGA ANTONIO	7,6	10,00	8,80	3º	06/04/1983
218	LUIZ FERNANDO OLIVEIRA BOCK	7,2	10,00	8,60	4º	30/05/1960
6	VINICIUS DA SILVA	7,2	10,00	8,60	5º	20/01/1973
91	JOSE CARLOS HESPANHOL	6,8	10,00	8,40	6º	13/03/1954
57	MANOEL CLAUDIO CARDOSO BORGES	6,8	10,00	8,40	7º	28/12/1956
486	JOSE FABIO PEREIRA	6,8	10,00	8,40	8º	27/03/1974
3	ROGERIO SANTOS DE SOUZA	6,8	10,00	8,40	9º	11/10/1977
150	LUCAS DE SOUZA SANTOS	6,8	9,20	8,00	10º	11/01/1982
30	JAIR ALMEIDA DOS SANTOS	5,2	10,00	7,60	11º	13/06/1955
156	ALEXANDRE DOMINGUES DA FONSECA	6,8	8,40	7,60	12º	13/07/1978
164	ROGERIO CARDOSO MATEUS	6,8	8,40	7,60	13º	01/12/1985
289	LUCIANO MACHADO RIBAS	6,4	8,40	7,40	14º	*
572	JAIME DA SILVA PACHECO	6,4	8,20	7,30	15º	*
439	ALTAIR DOS SANTOS DAPPER	6	8,40	7,20	16º	*
506	FERNANDO LUIZ BITTENCOURT	6,4	7,60	7,00	17º	19/02/1954
45	JOÃO MOACIR DA SILVA MEDEIROS	5,6	8,40	7,00	18º	14/08/1958
8	JORGE DE DEUS MACHADO	5,2	8,40	6,80	19º	*
266	EVANDRO PERES CARDOSO	4	9,20	6,60	20º	19/07/1975
407	ELISANDRO LOPES NAGILDO	5,6	7,60	6,60	21º	30/05/1976
573	MARCIO LEANDRO GONÇALVES DA COSTA	5,2	7,60	6,40	22º	25/05/1974
318	GABRIEL RODRIGUES SCHINDLER	5,2	7,60	6,40	23º	17/06/1988
200	ADREALDO SANTANA RODRIGUES	4,8	7,60	6,20	24º	*
342	MARCIO JOSE DE SOUZA	4	7,00	5,50	25º	*
669	JULIANO BATISTA ANTONIO	6	4,80	5,40	26º	*
444	JAIR GROSSMANN DE SOUZA	6,4	4,20	5,30	27º	*
499	GILDAIR FERNANDO MACIEL	5,6	4,80	5,20	28º	*
191	ADAO ERNI VELHO DE CASTILHOS	6	4,20	5,10	29º	*
419	RAMON RAMOS DE BORBA	5,2	3,60	4,40	Não Classificado	*
39	SIDINEI MATTOS SCHUTZ	4,4	3,00	3,70	Não Classificado	*

527	EVERTON ROLDÃO DA SILVA	4,4	0,60	2,50	Não Classificado	*
11	JOSIMAR PEREIRA MACHADO	*	*	*	Não compareceu	*
87	DIRCEU RIBEIRO BORGES	*	*	*	Não compareceu	*
146	VALDIR NUNES DOS SANTOS	*	*	*	Não compareceu	*
148	DIEGO PEREIRA RAMPINELLI	*	*	*	Não compareceu	*
335	JONAS VITORINO PERES	*	*	*	Não compareceu	*
348	CRISTIANO ADILES DAROLT DE MENEZES	*	*	*	Não compareceu	*
552	JOSE LUIZ SILVEIRA CARDOSO	*	*	*	Não compareceu	*
701	ROGERIO DOS SANTOS BALTAZAR	*	*	*	Não compareceu	*

**CARGO: MOTORISTA DE VEÍCULOS EM GERAL**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
408	FABIO ASCARI	7,2	6,20	6,70	1º	07/06/1974
688	ROBSON CARDOSO TEIXEIRA	8	5,40	6,70	2º	01/09/1985
475	NOE SANTOS DE MELO	6,8	6,20	6,50	3º	*
307	MAURO SERGIO POLICARPO	7,6	4,80	6,20	4º	*
448	ABEL REUS ALBINO	8	4,20	6,10	5º	29/10/1980
53	VALDERNEI DA SILVA FERNANDES	6,4	5,60	6,00	6º	14/10/1971
381	TALIA WOICHINEVSKI MARCOS	7,2	4,80	6,00	7º	27/01/1981
129	FABRICIO NETTO DA SILVEIRA	5,2	5,40	5,30	8º	07/09/1979
89	RODRIGO EBERHARDT	6,4	4,20	5,30	9º	07/01/1980
42	ELISEU DOS SANTOS	5,2	5,40	5,30	10º	14/05/1989
612	ALEXANDRE MACHADO DA SILVA	4,4	5,00	4,70	Não Classificado	*
152	JOÃO CARLOS DE SOUZA LEMES	4	5,40	4,70	Não Classificado	*
99	ILIOCLIDES FRAGA DA SILVA	5,6	3,60	4,60	Não Classificado	*
616	RODINEI BENFATO HONORATO	*	*	*	Não compareceu	*

**CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
104	LUIZ PORTO PERES	5,20	8,40	6,80	1º	05/08/1955
433	JOÃO PEREIRA CARDOSO	5,20	5,40	5,30	2º	16/07/1975
1	NICANÔR INÁCIO DA ROSA	*	*	*	*	*
97	ARILTON SANT'ANA	*	*	*	*	*

**CARGO: SERVENTE**

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	Nota Prova Escrita	Prova Prática	NOTA FINAL	Classificação	Data Nasc.
281	LETICIA SOARES RIBEIRO	8,80	6,80	7,80	1º	*
551	MARIA DO CARMO GONÇALVES ZOLLIN	8,40	6,80	7,60	2º	14/09/1976
574	ELIANE PACHECO	6,80	7,60	7,20	3º	08/05/1959
171	CLAIRE LUCIANE MARTINS DOS SANTOS	6,80	7,00	6,90	4º	14/04/1982
21	MARIA GENECI ANCELMO TEIXEIRA	5,20	8,40	6,80	5º	20/10/1954
373	TELMA LOPES SCHEFFER RAUPP	6,00	7,60	6,80	6º	07/06/1967
305	CAROLINE RIBEIRO FREITAS	6,80	6,80	6,80	7º	14/09/1990
172	MARIA LIBERACI DIAS	6,40	7,00	6,70	8º	30/01/1960
201	MARIVALDA HONORATO CUNHA	8,00	5,40	6,70	9º	06/08/1974
440	MARILEY JOAQUIM KJILLIN	7,20	6,20	6,70	10º	25/12/1977
365	JOSIANE DE LIMA CARDOSO	4,80	8,40	6,60	11º	18/03/1977
401	MARA JANICE TEIXEIRA ANTONIO	6,80	6,40	6,60	12º	08/12/1978
202	ADRIANA PEREIRA	8,00	4,80	6,40	13º	04/04/1981
184	IVONETE BORGES SIMÃO	8,40	4,20	6,30	14º	05/06/1959
43	MARIA VERONICA DA SILVA FLORIPO	8,40	4,20	6,30	15º	23/01/1974
321	IVONE MIRANDA DA COSTA	8,40	4,20	6,30	16º	07/06/1978
66	DIEGO DA LUZ BATISTA	8,40	4,20	6,30	17º	10/03/1992
165	SILVIA ALVES SCHEFFER	6,80	5,60	6,20	18º	28/01/1973
720	KAREN MARILENE BORGES DE FARIAS	8,00	4,20	6,10	19º	26/08/1981
324	EDILANE FERNANDES ALVES	8,00	4,20	6,10	20º	02/04/1983
595	MARIONE SELAU RIBEIRO	6,00	6,20	6,10	21º	08/12/1969
346	ALINE BATISTA DA SILVA	7,20	4,80	6,00	22º	27/05/1980
130	CLAUDIA FRIEDRICH SCARTAO	6,80	5,20	6,00	23º	06/11/1971
46	VERA LUCIA DA SILVA FLORIPO	6,40	5,40	5,90	24º	17/02/1975
185	CLAUDIONOR FERREIRA BORGES	6,80	4,80	5,80	25º	22/11/1955
41	VANUZA VELHO MACHADO	6,80	4,80	5,80	26º	29/08/1979
678	MIRIAM DE AGUIAR SELAU	6,80	4,80	5,80	27º	07/09/1982
221	ANA MARIA GROSS BRUSCH	4,40	7,00	5,70	28º	01/04/1973
719	MARIA VERONICA RIBEIRO LUCRECIO	7,20	4,20	5,70	29º	17/06/1963
510	ELIETE RODRIGUES SANTOS	7,20	4,20	5,70	30º	12/05/1972
602	TATIANE DA SILVA MATOS	6,00	5,40	5,70	31º	28/10/1974
683	ROSEANE ALVES VIANA	6,00	5,40	5,70	32º	25/02/1978
478	ROSAURA DA LUZ GONÇALVES	6,00	4,80	5,40	33º	17/06/1967
485	JOANA HESPANHOL DE SOUZA	6,00	4,80	5,40	34º	02/12/1986
465	JAQUELINE SANTOS DA SILVA	5,20	5,20	5,20	35º	21/07/1976
441	ROSENILDA PORTO AGUIAR	4,00	6,20	5,10	36º	*
681	SUZANA MAGNUS FERREIRA	5,60	4,20	4,90	Não Classificado	*
36	CARINA MACHADO DE ABREU	5,20	-	2,60	Não Classificado	*
511	IVANI LOPES ROLDÃO	0,80	4,40	2,60	Não Classificado	*
16	ELISABETE DA SILVA RIBEIRO	*	*	*	Não compareceu	*
183	CÁRMEN LÚCIA DAHM	*	*	*	Não compareceu	*

**Passo de Torres/SC, 06 de outubro de 2011.**

**LUIS CARLOS HESPANHOL**  
**Presidente da Comissão do Concurso Público**

**Fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL conforme acima relacionado.**

**Passo de Torres/SC, 06 de outubro de 2011.**

**EMERSON CARDOSO KJILLIN**  
**Prefeito Municipal**

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Nº 017/2011

AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2011  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 26 de outubro de 2011, licitação modalidade Tomada de Preços nº 017/2011.

Objeto: contratação de empresa para a execução de pavimentação com pedras irregulares, trecho da Linha Boa Esperança, em Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 26/10/2011, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 07 de Outubro de 2011

OSIRES PEDRO RANDON  
Vice Prefeito Municipal em Exercício

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 0611/2011

PORTARIA Nº. 0611/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art..1º Nomear a servidora BRUNA LIVRAMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para a partir de 04/10/2011, exercer as atribuições da função em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria da Fazenda, optando pelo vencimento da função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/09/2011.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### Portaria Nº 0627/2011

PORTARIA Nº. 0627/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art..1º Alterar a partir de 03/10/2011, o enquadramento do nível de vencimento da servidora municipal CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde (em extinção), de Nível "E" para o Nível "F", em decorrência da publicação da Lei Complementar Nº 230 de 20 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0883/RH de 14/10/2010.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

#### Portaria Nº 0628/2011

PORTARIA Nº. 0628/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art..1º Alterar a partir de 03/10/2011, o enquadramento do nível de vencimento da servidora municipal NADIR MARCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde (em extinção), de Nível "E" para o Nível "F", em decorrência da publicação da Lei Complementar Nº 230 de 20 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0678/RH de 08/10/2010.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

#### Portaria Nº 0629/2011

PORTARIA Nº 0629/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a pedido do servidor, conforme Protocolo nº 125301/2011, a partir de 03/10/2011, a licença para tratar de assuntos particulares, de acordo com o parágrafo 1º do Art. 137 da Lei Complementar n.º 207 de 28 de Setembro de 2010, concedida através da Portaria n.º 0234/RH de 23/02/2011, a servidora municipal MANOELA DE LEON NOBREGA RESES ocupante do cargo de



provimento efetivo Cirurgião Dentista (20h), nível "H".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

#### **Portaria Nº 0630/2011**

PORTARIA Nº 0630/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02/10/2011, a servidora CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Designar a servidora CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, para a partir de 03/10/2011, exercer as atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face da servidora optar pela remuneração do cargo efetivo de Agente de Saúde, letra "F".

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Portaria n.º 711/07 de 16 de agosto de 2007.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### **Editais de Alteração 02 - Pregão Presencial 47/2011 FMS**

Prefeitura de Rio do Sul  
Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras  
EDITAL DE ALTERAÇÃO 02  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 47/2011 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 47/2011 - FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

O item 1.2 passa a vigorar com o seguinte texto:

1.2 ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 21/10/2011, às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00 horas do dia 21/10/2011.

Os itens abaixo identificados sofreram alterações:

\* Item 84 - caixas de curativo absorvente não aderente a base

de hidrofibra carboximetilcelulose sódica com prata iônica estéril medindo 10 x 10 cm, embalagem individual íntegra que garanta a esterilidade do produto e permita abertura asséptica trazendo externamente dados de identificação, procedência número de lote método e data de esterilização, prazo de validade e registro no ministério da saúde - unidade - 360 unidades.

\* Item 95 - Gaze 8 dobras Hidrofila 13 fios 7,5 x 7,5 - 500gr. Compressa de Gaze 7,5 x 7,5 CM hidrófila 8 camadas 13 fios por cm² 100% algodão 5 dobras por cm² dimensão aberta 15 cm x 30 cm dimensão fechada de 7,5cm x 7,5 cm pacote c/ 500 unidades - 1440 pacotes.

\* Item 98 - Gel uso externo para ultrassom, frasco 100g - 360 frascos.

\* Item 99 - Gel uso externo para ultrassom, frasco 1 litro - 144 frascos.

\* Item 103 - hidratante gel para feridas, incolor hidratante e absorvente, viscoso e levemente aderente, composto por carboximetilcelulose sódica, ação hidratante auxilia no desbridamento de feridas secas e necrótica/fibrina. alginato de cálcio e sódio e que possua capacidade de absorção e ação hemostática. umectante e emoliente conservante e excipiente. tampa flip top, tubo 85g - frasco 85gr. - 480 unidades.

\* Item 185 - Fio de sutura absorvível sintético (referência Vicryl) 2-0 70cm - caixa com 24un. - 24 caixas.

\* Item 186 - Fio de sutura absorvível sintético (referência Vicryl) 3-0 70cm - caixa com 24un. - 24 caixas.

\* Item 187 - Fio de sutura absorvível sintético (referência Vicryl) 4-0 70cm - caixa com 24un. - 24 caixas.

\* Item 188 - Fio de sutura absorvível sintético (referência Vicryl) 5-0 70cm - caixa com 24un. - 24 caixas.

O item 5.6 passa a vigorar com o seguinte texto:

5.6 - Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa em cada item.

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do edital de licitação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2011.  
SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

#### **Editais de Tomada de Preços 117/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 117/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de 03 (três) portais turísticos, localizados no Centro, Itoupava e Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão

fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 27 de outubro de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 27 de outubro de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Contrato Administrativo 334/2011**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 334/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE OSSEMER DA SILVA portador(a) do CPF nº 040.217.349-02 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Wenceslau Borini, 515 Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Daniel Maschio, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

GISELE OSSEMER DA SILVA

Contratado (a)

### **Contrato Administrativo 335/2011**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 335/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETI FERNANDES portador(a) do CPF nº 052.918.729-93 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão Preto, 166 Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Favo de Mel I, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de outubro de 2011.  
**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
Secretário Municipal de Administração

**ELIZETI FERNANDES**  
Contratado (a)

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 642, de 04 de Outubro de 2011**

LEI Nº 642, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011

“Autoriza a Concessão do Direito Real de Uso de Terreno Pertencente ao Município para Instalação de uma Indústria de Artefatos de Cimento e Produtos de Concreto através de Procedimento Licitatório”.

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar a concessão do direito real de uso de uma área de 2.500,00 m2 (dois mil e quinhentos metros quadrados) de parte do terreno pertencente ao Município, situado em Cubatão, com área total de 7.923,34 m2 (sete mil novecentos e vinte e três metros e trinta e quatro centímetros quadrados), matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São José sob nº 63.417, para instalação de uma Indústria de Artefatos de Cimento e Produtos de Concreto mediante o devido Processo Licitatório.

**Art. 2º -** A concessão do direito real de uso do terreno citado é específica para ali funcionar uma Indústria de Artefatos de Cimento e Produtos de Concreto, não havendo mais tal finalidade, revogada será a concessão, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas.

**Parágrafo Único -** A concessão do terreno dar-se-á por 10 (dez) anos.

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 06 de outubro de 2011.  
**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 119/2011**

DECRETO Nº119/2011

**TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.**

**ERNEI JOSE STAHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**04.01.27.812.7.2.010 - Func. e Manut. do Esporte Amador R\$ 1.314,00**

**Anula:**

**4.4.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.314,00**

**Suplementa:**

**3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.314,00**

**Art. 2º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 06 de outubro de 2011.

**ERNEI JOSE STAHELIN**

Prefeito Municipal

#### **Portaria n.º 331/2011**

PORTARIA n.º 331/2011

**Autoriza a readaptação do servidor SAMIR JOSÉ VEBER.**

**ERNEI JOSÉ STAHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Fica autorizado a readaptação do servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, para exercer atividades laborativas que não demandem esforço físico, sem agentes estressantes, abalos emocionais, pelo período de 90 dias a contar de 03/10/2011, para atuar junto a Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

**Art. 2.º-** Fica autorizado a contratação de servidor temporário para substituir o servidor junto a Secretaria da Educação.

**Art. 3.º-** A readaptação não modificara a remuneração e o nível do cargo original.

**Art. 4.º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/10/2011.

**Art. 5.º-** Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de outubro de 2011.

**ERNEI JOSÉ STAHELIN**

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

# Schroeder

## PREFEITURA

**Decreto Nº 002317/11 de 29 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº 002317/11 DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.000,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 16.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 12.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 29 de Setembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 002318/11 de 30 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº 002318/11 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvencoes Sociais R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Setembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 002319/11 de 30 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº 002319/11 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.200,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 7.500,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 300,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.04.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):



03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.800,00  
3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 5.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS  
06.03.04.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS  
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.400,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Setembro de 2011  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 002320/11 de 30 de Setembro de 2011**  
DECRETO Nº 002320/11 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:  
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
05.04.12.306.0005.2.011 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Setembro de 2011  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 002322/11 de 5 de Outubro de 2011**  
DECRETO Nº 002322/11 DE 5 DE OUTUBRO DE 2011  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:  
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL  
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 05 de Outubro de 2011  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº. 2.321/2011, de 04 de outubro de 2011.**  
DECRETO Nº. 2.321/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:  
Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:



Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Alexandre Santos de Oliveira	B-1	B-2
Cristiane Fernandes Sabino	C-6-IV	C-7-IV
Leonidia Bauer Weidauer	C-8-III	C-9-III
Silvia dos Santos Batista	A-Inicial	A-1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### **I Errata de Edital Pregão Presencial Nº. 11/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2011-FMS

PROCESSO Nº. 21/2011-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 11/2011-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de móveis para a Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 - Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 25 de outubro de 2011

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3-O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 25 de outubro de 2011 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.
01	Balcão na medida 650 x 675 x 430 em MDF branco 18mm, com 1 porta de abrir em MDF branco 18mm e 3 gavetas em MDF branco 18mm, com 4 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 297 x 390 x 18 em MDF branco 18mm; Balcão na medida 1230 x 700 x 300 em MDF branco 18mm, com 3 portas de abrir, em MDF branco 18mm, com 3 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 1193 x 245 x 18 em MDF branco 18mm; barra de rodapé 2750 x 100 x 18 em MDF branco 18mm; Balcão na medida 1230 x 700 x 300 em MDF branco 18mm, com 3 portas de abrir, em MDF branco 18mm, com 3 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 1193 x 245 x 18 em MDF branco 18mm; Balcão na medida 1350 x 675 x 430 em MDF branco 18mm, com 2 portas de abrir em MDF branco 18mm e 4 gavetas com frentes em MDF branco 18mm, com corredeiras metal deslizante FGV e 6 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 923 x 390 x 18 em MDF branco 18mm; Balcão gaveteiro na medida 500 x 650 x 500 em MDF branco 18mm, com 5 gavetas com frentes em MDF branco 18mm, com corredeiras metal deslizante FGV e tampo dobrável em MDF branco 18mm, com rodízios, com 5 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio; barra de rodapé 2750 x 150 x 18 em MDF branco 18mm. Armário Superior na medida 800 x 650 x 300 com 1 Balcão na medida 800 x 700 x 400 em MDF branco 18mm, com 1 porta em MDF branco 18mm e 4 gavetas com frentes em MDF branco 18mm, com corredeiras metal deslizante FGV e 5 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 372 x 350 x 18 em MDF branco 18mm; casulo em MDF branco 18mm, com 4 portas de abrir com MDF branco 18mm, com 4 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 4 fechaduras, com 1 prateleira na medida 763 x 280 x 18 em MDF branco 18mm, com 1 divisória na medida 613 x 280 x 18 em MDF branco 18mm; Escrivania na medida 1200 x 800 x 800 x 50 em MDF branco 18mm; barra de roda teto 2750 x 60 x 25 em MDF branco 18mm.	1	Unidade

04	2 Balcões gaveteiro na medida 500 x 680 x 590 com 5 gavetas com frentes em mdm branco 18mm, em mdm branco 18mm com correções metal deslizantes FGV e 10 peças de puxadores Texas escovado 192mm em alumínio, 2 barras de rodapé na medida 2750 x 200 x 18 em mdm branco 18mm. Balcão de Canto L na medida 1000 x 1000 x 680 x 590 em mdm branco 18mm, com 2 portas de abrir, em mdm branco 18mm com 1 peça de Puxador Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira interna na medida 963 x 963 x 18 em mdm branco 18mm, barras de rodapé na medida 2750 x 200 x 18 em mdm branco 18mm; Balcão na medida 950 x 680 x 590 em mdm branco 18mm, com 2 portas de correr, em mdm branco 18mm com 2 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm alumínio, com 1 prateleira interna na medida 913 x 490 x 18 em mdm branco 18mm; Balcão gaveteiro na medida 500 x 680 x 590 com 5 gavetas com frentes em mdm branco 18mm, em mdm branco 18mm com correções metal deslizantes FGV e 5 Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio; 1 Tampo de Inox em L BI Partido 3375 x 1910 x 640 c/ 1 cuba. 2 Armários Superiores na medida 1030 x 680 x 320 em mdm branco 18mm, com 2 portas de correr, em mdm branco 18mm com 4 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira na medida 993 x 206 x 18 em mdm 18mm branco, 2 barras de roda teto na medida 2750 x 60 x 25 em mdm branco 25mm;; Armário Superior Canto L na medida 800 x 800 x 680 x 320 em mdm branco 18mm, com 2 portas de abrir, em mdm branco 18mm com 1 peça de Puxador Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira interna na medida 763 x 763 x 18 em mdm 18mm branco, 1 barra de roda teto na medida 2750 x 60 x 25 em mdm branco 25mm; Armário Superior na medida 1680 x 680 x 320 em mdm branco 18mm, com 3 portas de correr, em mdm branco 18mm com 3 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira interna na medida 1643 x 206 x 18 em mdm branco 18mm. 1 Balcão na medida 1375 x 680 x 590 em mdm branco 18mm, com 2 portas de correr, em mdm branco 18mm com 2 peças de Puxadores Texas Escovado 192mm em alumínio, com 1 prateleira interna na medida 1338 x 490 x 18 em mdm branco 18mm	1	Unidade
----	--	---	---------

Schroeder, 06 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### **Parecer Nº 057/2011-PROJUR e Decisão**

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 057/2011 - PROJUR

Parecer oriundo de impugnação ao Edital de Concorrência Pública n.º 02/2010-PMS-Republicado, nos autos do Processo Administrativo-Licitatório n.º 176/2010-PMS, realizada por Viação Canarinho Ltda.

#### **1) Síntese dos fatos:**

Trata-se de Processo Administrativo Licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA n.º. 02/2010 - PMS, que objetiva a outorga de

concessão onerosa referente ao serviço de transporte coletivo de passageiros a ser explorado no município de Schroeder.

O valor mínimo com hipótese de aceitação para que houvesse a outorga da concessão inicialmente era de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que deste valor, 50% seria pago no ato da assinatura do contrato de concessão e o restante em até 10 parcelas iguais a serem pagas sucessivamente com boletos a serem emitidos pelo Setor de Tributação da PMS.

Estabelece-se também no item 2.2 o valor máximo a ser cobrado por passagem individual, este de R\$2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos), sendo que somente era permitida a participação no certame licitatório de pessoas jurídicas de direito público ou privado, estabelecidas regularmente no país e que exerçam atividade econômica direcionada para o transporte coletivo de passageiros. Em novembro de 2010 foi publicado o Edital de Concorrência Pública n.º 02/2010-PMS, nos autos n.º 176/2010, que tratava de todo o exposto acima.

A pessoa jurídica de direito privado denominada VIAÇÃO CANARINHO LTDA. apresentou impugnação ao edital de concorrência no dia 21 de janeiro de 2011, declarando seu interesse em participar da concorrência licitatória.

Na referida impugnação questionou o valor máximo da tarifa exposto no item 2.2, alegando que o mesmo estaria abaixo dos valores cobrados em outros municípios. Também suscitou, além de outros elementos do edital, que o valor da outorga (item 2.3) necessitaria de uma revisão econômica.

Em face desta oposição, o Processo Administrativo Licitatório n.º 176/2010 foi suspenso até que houvesse posição definitiva acerca da impugnação interposta. Essa decisão foi publicada em 24/01/2011, intimando a empresa impugnante (Viação Canarinho Ltda.).

Para resposta à impugnação, foi redigido pela TECTRANS Tecnologia em transportes Ltda. parecer técnico do Plano de Transporte Urbano de Schroeder, objetivando - dentre outros elementos - a conferência/atualização da avaliação tarifária, fluxo de caixa e definição do valor da outorga do almejado sistema de transporte público municipal, que passaria a ser de R\$ 241.300,00 (duzentos e quarenta e um mil e trezentos reais).

As orientações da TECTRANS acarretaram em modificações no edital-base da licitação, sendo o mesmo relançado de acordo com tais orientações, na data de 4 de agosto de 2011, com publicação de extrato no Diário Oficial dos Municípios, bem como no Diário Oficial do Estado e em jornais de circulação regional.

No entanto, na data de 1º de setembro de 2011, houve nova impugnação ao Edital, realizada pela VIAÇÃO CANARINHO LTDA.. Nessa nova fase, a empresa aponta discordância sobre onze itens do edital.

Diante da complexidade da impugnação, foi suspensa a abertura da licitação em 02 de Setembro de 2011 para a análise do teor da referida impugnação, o que realiza neste Parecer.

#### **2) Do parecer**

Manifesta-se através da Impugnação Administrativa a pessoa jurídica de direito privado VIAÇÃO CANARINHO LTDA., apontando 11 itens que serão tratados abaixo individual e sucessivamente:

1) Inicialmente fundamenta a empresa impugnante acerca de suposta inexistência de processo administrativo formal e da violação de direito subjetivo do licitante. No entanto, salta aos olhos de qualquer pessoa que verifique o procedimento realizado pela Administração Municipal de Schroeder, que o Processo Administrativo n.º 176/2010-PMS está pleno no que diz respeito ao atendimento dos pressupostos legais para sua conformação.

Ao alcance de todos os cidadãos schroedenses e demais interessados, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, o mesmo existe e encontra-se fisicamente na sede da Administração Municipal, atendendo aos requisitos enumerados no art. 38 da Lei de Licitações.

Portanto, é infundada a alegação do impugnante ao manifestar-se acerca de suposta inexistência de processo administrativo e da falta de seus requisitos, visto que o mesmo existe sob a identificação

PA n.º 176/2010-PMS, supridos todos os requisitos expressos nos incisos do artigo supramencionado.

2) Questiona o Impugnante quanto ao tipo de licitação escolhido, sendo este o de Técnica e Preço, na modalidade concorrência. O argumento é fundamentado no art. 46 da Lei nº 8.666/93, artigo este que declara que os tipos de licitação "técnica e preço" e "melhor técnica" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.

Porém, a Lei nº 8.666/93 quanto ao tema "concessão de serviços públicos" é subsidiária a disposições específicas. É o que se denota do caput de seu art. 124:

Art. 124. Aplicam-se às licitações e aos contratos para permissão ou concessão de serviços públicos os dispositivos desta Lei que não conflitem com a legislação específica sobre o assunto.

Nota-se então que se torna indispensável a observância de legislação específica sobre o tema, ou seja, a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Destaca-se o inciso VI do Art. 15 da referida lei:

Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

[ ]

VI - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica; ou  
[ ].

Deste modo, conclui-se que o critério adotado pela Administração Municipal ao estabelecer a licitação na modalidade concorrência, tipo técnica e preço foi o correto, visto que está de acordo com a lei de concessões. Assim, permanece instituído o tipo Técnica e Preço na modalidade de concorrência da licitação.

3) Alega o impugnante que é descabida a exigência do item 7.1.14, "g" do Edital de concorrência, que solicita a comprovação do licitante de ter em seu quadro permanente de funcionários ao menos um profissional de nível superior, legalmente reconhecido pela entidade competente (CREA) na data prevista para a entrega da proposta.

A qualificação-técnico profissional tem por pressuposto a aptidão do candidato à execução do serviço prestado.

Porém, de fato, a inscrição no CREA não qualifica, em absoluto, determinado concorrente a prestar serviço de transporte coletivo. Mais que isso, a atividade em si não exige sequer profissionais inscritos naqueles órgãos.

Nesse sentido, há que se reconhecer que assiste razão à impugnante, diante da mais recente jurisprudência de nosso Tribunal de Justiça (Precedentes: Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2010.069069-7, de Videira).

4) Trata o impugnante no item 4 da referida impugnação administrativa de suposta inconsistência dos itens 3.1 e 7.1.5 do Edital de Concorrência pública nº 02/2010.

Uma análise apurada dos itens clareia completamente a questão. Vejamos:

Item 3.1[ ]

e) Apresente compromisso formal, conforme ANEXO A10, de dispor, a partir do início da operação, para uso exclusivo na prestação do serviço objeto desta licitação, disponibilizar de imóvel próprio ou locado localizado no Município de Schroeder - SC:

e1) o imóvel destinado à garagem ficará vinculado à prestação do serviço e deverá possuir as características mínimas constantes do ANEXO B6. Esta obrigação somente será exigível a partir do início das operações e tem por finalidade garantir a efetiva inspeção e fiscalização, por parte do Poder Concedente, das condições

técnicas e operacionais dos veículos que compõem a frota operadora, bem como das instalações de apoio à operação.

f) Apresente compromisso formal, nos termos do ANEXO A11, de manter, no Município de, Schroeder - SC durante a vigência da concessão, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, formulada em separado de modo a abranger tão somente o objeto desta licitação e de acordo com instruções a serem dadas pelo Poder Concedente;

Ou seja, está claramente definido no item 3.1, "e" que o pedido da Administração é para que a empresa apresente compromisso formal de que irá instalar-se no Município, caso não esteja, ainda, instalada. Não há a necessidade da sede principal da empresa se estabelecer no município de Schroeder. No entanto, até para o atendimento normal aos usuários é, por certo, necessário que haja uma filial da mesma no Município.

Deste modo, o que é imposto ao ingressante do processo de licitação é que o se estabeleça, caso venha a ser o vencedor da licitação, estabelecimento no município. Vê-se que a imposição é futura, ou seja, a empresa tem que se estabelecer no município em momento posterior ao do julgamento do certame.

Já o item 7.1.5 do referido edital trata da necessidade de exibição de alvará de licença, localização e funcionamento da empresa e/ou Alvará sanitário.

O impugnante entende que o mesmo deve apresentar a referida documentação do novo imóvel destinado à prestação de serviços que será localizado no município de Schroeder/SC.

Todavia, a necessidade de apresentação dos referidos alvarás dá-se em conta da comprovação de que a empresa efetivamente tem estabelecimento comercial instalado no endereço declarado.

Uma vez que houver imóvel no município de Schroeder destinado a prestação de serviços, é dever da futura empresa ora licitante, comprovar a regularização da mesma por meio de alvarás, não por conta de item enumerado no edital de concorrência, mas sim pelo apreço que a empresa deve ter quanto às normas e condições regularizadoras, para que preste seus serviços nos padrões estabelecidos.

Antemão, analisando atentamente o edital pode ser observado que não há inconsistência nos referidos itens, estando ambos de acordo com a legalidade.

Deste modo, deve permanecer inalterado o disposto nos itens 3.1 e 7.1.5 do Edital de Concorrência nº 02/2010 - PMS.

5) O item 5 trata da vedação à participação de consórcio de empresas. Como bem observou o impugnante, quando a Administração opta pela participação de consórcio em certames licitatórios, hão de ser observadas as regras dispostas pelo legislador no Art. 33 da lei nº 8.666/93:

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;



V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Claramente, entende o impugnante que a participação de consórcio irá aumentar a competitividade do processo licitatório, porém não observa o mesmo a inexistência no mercado local de empresas privadas atuantes no transporte coletivo de passageiros. Diante disso, tornam-se fundamentais os dizeres de Jessé Torres Pereira Junior:

"O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque a formação de consórcios tanto pode se prestar para fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto cerceá-la (associação de empresas que, em caso contrário, concorreriam entre si) ( )"

(Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública". 7ª edição. Editora Renovar. 2007)

Analisando o referido, em contraposição ao vultu financeiro exigido pelo objeto a ser licitado, não poderia ser descartada a situação prevista no Art. 33 da Lei nº 8.666/93, sem mencionar que a empresa impugnante caracterizar-se-ia na segunda hipótese (onde concorreria consigo mesma).

Conclui-se que a participação de empresas consorciadas não constitui imposição, podendo a Administração Pública entender pela limitação à participação destas entidades, em razão de sua própria natureza. Na realidade, o consórcio, em regra, consubstancia uma forma potencial de dominação de mercado e, consequentemente, de eliminação de competição entre empresários. Sendo assim, à Administração cabe admiti-lo tão apenas quando o objeto licitado reclame a associação empresarial, seja por sua dimensão, seja por sua complexidade, o que não se verifica na concorrência sob análise. (Precedentes: TJSC. Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 2008.062965-3)

Destarte, mostra-se adequada a vedação para que empresas em consórcio possam ingressar na presente licitação. Sendo assim, devem permanecer inalteradas as disposições acerca da participação de consórcio na referida licitação. Com relação a eventual inconsistência na justificativa para a vedação de participação de empresas em consórcios, entende-se que o Plano Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder, ao tratar acerca do volume do empreendimento, equaciona a situação, servindo como plena justificativa, principalmente com relação ao efetivo vultu do negócio.

6) No item 6 o impugnante questiona o manifesto da administração municipal ao tratar dos interessados que solicitam maiores esclarecimentos a Comissão Permanente de Licitação.

O item 3.8 do referido edital trata da solicitação de esclarecimentos à Comissão Permanente de Licitação feita pelos interessados. Especifica o item b) do referido edital que as solicitações podem ser formuladas até 5 dias antes da data final de entrega das propostas e, se consideradas pertinentes, a exclusivo critério da Comissão, serão respondidas em até 3 dias antes da entrega das propostas.

Questiona o impugnante o quesito de pertinência das solicitações de esclarecimento para que haja resposta da Comissão permanente em tempo hábil, porém, em nenhum momento, dispõe o

edital que deixará de ser sanada qualquer dúvida ou deixará de ser feito qualquer esclarecimento, mas sim que as solicitações, quando pertinentes, terão prazo para serem respondidas (até 3 dias antes da entrega).

É evidente a necessidade da Comissão Permanente de Licitações estabelecer critério quanto a pertinência de tais solicitações, e isso não fere nenhum dos princípios citados pela impugnante, assim como não descaracteriza as condições de igualdade entre os licitantes e não fere a lisura do procedimento licitatório referido.

A impugnante não leva em consideração que a eventual negativa relativa à resposta a questões que não guardem pertinência temática com o objeto do certame será, ela mesma, uma resposta ao questionamento! Não há possibilidade de o questionamento quedar-se sem resposta alguma. Ao responder, mesmo que considerando o questionamento não pertinente, a Administração estará prestando ao administrado uma informação, que poderá ser objeto de impugnação, seja administrativa ou judicialmente.

Por todo o exposto, deve permanecer inalterado o critério de pertinência estabelecido pela Comissão Permanente de Licitações.

7) Argumenta o impugnante em item 7 a existência de "grave contrariedade" revelada pelos itens 7.1.14.1, a), b) e c).

Dispõe o art. 31 da Lei de Licitações:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

[ ]

§ 1 A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

[ ]

§ 5 A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

A habilitação de licitante é funcionalmente expressa no § 1º do dispositivo legal supracitado, assim como a vedação imposta quanto ao uso abusivo dessas condições.

Observando o dispositivo legal, notam-se duas exigências, sendo uma a apresentação de demonstrações financeiras quanto à entrega da proposta e outra trata do cálculo de índices necessário para comprovar a boa situação financeira do licitante necessária para o ingresso no certame licitatório.

Todavia, a Administração Municipal não utiliza indiscriminadamente do exposto no art. 31, mas sim faz seu uso de maneira adequada, visando puramente que os licitantes demonstrem sua capacidade financeira para que haja concorrência leal ao referente objeto licitatório, evitando que empresas fraudulentas ou com má situação financeira concorram para o mesmo, vindo a prejudicar eventual execução do contrato, ferindo os interesses dos usuários do serviço público era objeto de concessão.

A exigência de índice de liquidez, constante do art. 31, § 1.º, da Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93) é um instrumento de proteção da continuidade da prestação do serviço público, bem como de proteção à igualdade jurídica entre os potenciais concorrentes no processo licitatório.

Assim, cabe boa observação da Instrução Normativa do MINISTRO

DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE-GM) nº 05 datada de 21 de Julho de 1995 que dispõe em seu item 7.1 V:

7.1 Para uniformidade dos procedimentos os editais destinados às Licitações Públicas devem conter, obrigatoriamente, as exigências descritas nos incisos seguintes de modo a explicitar que:

V - a comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o SICAF não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG= -----  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG= -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC= -----

Passivo Circulante

VI - o fornecedor registrado no SICAF tem sua boa situação financeira avaliada, automaticamente pelo Sistema, com base nas fórmulas destacadas pelo subitem antecedente.

Destaca-se ainda que o Índice de Solvência Geral é composto por fórmula idêntica ao do Índice de Endividamento disposto pelo edital de concorrência no item 7.1.14.1 c), sendo essa a disposta acima.

Sendo que não houve a implantação do SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), a Administração Municipal segue analogicamente a IN MARE-GM nº 05/95 ao solicitar os índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez concorrente no item 7.1.14.1 alíneas a), b) e c) do edital de concorrência, deste modo, permanecendo inalterados.

8) No quesito do item 8, a única confusão entre a proposta técnica requerida para os licitantes e requisito estritamente habilitatório é feita pelo próprio impugnante pois, frise-se, a licitação em comento trata-se de licitação na modalidade "técnica e preço". Logo, é fundamental haver também uma proposta de natureza técnica, que em nada se assemelha à documentação para habilitação.

Os requisitos expressos no item 9.4 (a, b e c) do Edital de concorrência relançado são especificamente direcionados à proposta técnica da empresa licitante, para que o conteúdo da mesma não seja prejudicado.

A proposta técnica deverá atender aos seguintes requisitos expostos no item 9.4 do edital:

a) Referente ao Sumário deverá ser apresentada a estrutura da Proposta Técnica, incluindo a paginação do início de cada capítulo e suas subdivisões.

b) Referente à Apresentação, deverá conter texto em formato A4, fonte Arial, corpo 12, espaçamento entre linhas simples, objetivando apresentar em até 10 (dez) páginas, informações relativas à Proposta Técnica e à empresa licitante.

c) Referente ao Conhecimento do Problema, deverá apresentar texto na mesma formatação do disposto na letra b) do presente item, em até 5 (cinco) laudas. O conhecimento do problema deverá abordar o Transporte Urbano do Município de Schroeder (c1) e Operação de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder (c2).

Esses são requisitos que visam apurar a proposta técnica da

licitante, com objetivo de comprovar a aptidão técnica para o desempenho da atividade-objeto da licitação, de acordo com normas formais, deste modo não ferindo ao disposto no Art. 30, inciso II mencionado pelo impugnante, por não deter vinculação com o mesmo.

Ademais, nesse sentido preleciona nosso TJSC:

Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2001.003910-9, de Itajaí. Relator: Francisco Oliveira Filho. Juiz Prolator: Rodolfo César Ribeiro da Silva Tridapalli. Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público. Data: 10/06/2002.

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE TRÂNSITO COM CONTROLE ELETRÔNICO DE VELOCIDADE - OFENSA AOS ARTS. 3º E 7º, § 2º, II, DA LEI N. 8.666/93 QUANTO AOS ITENS N. 3.2.4.2, "b" DO EDITAL N. 002/99 DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E N. 2.1 E 2.2 DO RESPECTIVO ANEXO - ATENÇÃO, POR OUTRO LADO, À PRESCRIÇÃO DOS ARTS. 7º, § 3º, E 46, § 2º, II, DA MESMA LEI - SENTENÇA MANTIDA PELA CONCLUSÃO.

[ ]

O art. 46, § 2º, II, da Lei n. 8.666/93, tratando das licitações de melhor técnica e preço, deixa ao administrador margem de discricionariedade na escolha dos pesos a serem atribuídos a ambos, conforme as peculiaridades de cada caso E atendido o interesse público. Assim, não é nula cláusula editalícia de certame licitatório que estipula peso 7 (sete) para a técnica e 3 (três) para o preço, notadamente quando o serviço licitado exige conhecimentos tecnológicos específicos.

[ ]

Assim, os critérios utilizados pela Administração Municipal visam tão somente dar impulso para que a qualidade da proposta técnica esteja à altura da qualidade de serviço almejada, não ferindo nenhum dispositivo legal ou princípio licitatório nem se confundindo com requisitos estritamente voltados à habilitação.

Deste modo, não há razão plausível para que haja alteração do que dispõe o item 9.4 (a, b, c), permanecendo-se assim, inalterável.

Ainda tratando da proposta técnica, em seu item "9", questiona o impugnante acerca da subjetividade dos critérios de pontuação utilizados para o julgamento da mesma, embora o licitante cite somente um critério que considera subjetivo.

O Critério I - Conhecimento do Problema solicita que o licitante apresente seu entendimento, sua visão e análise sobre o disposto no Plano Municipal de Transporte Coletivo do município.

Segundo o impugnante o edital está viciado tendo em vista a suposta dificuldade e a carência em encontrar o Plano Municipal de Transporte Coletivo, querendo assim que o Critério I seja revisto. Prima facie, é necessário rechaçar a falsa afirmação de que os Anexos do Edital não estão disponíveis aos licitantes.

No sítio on-line do Município de Schroeder (<http://www.schroeder.sc.gov.br/>), especificamente no que trata da referida licitação 02/2010 almejada pelo impugnante, encontra-se, juntamente com o edital (<http://www.schroeder.sc.gov.br/conteudo/?item=9718&fa=4&cc=1&cd=16650&menu=21433#>) o Plano Municipal de Transporte Coletivo, podendo este ser encontrado sem dificuldade. O acesso direto para o Plano Municipal de Transporte Coletivo do Município de Schroeder pode ser acessado diretamente pelo link [http://www.schroeder.sc.gov.br/arquivosdb/licitacoes/0.228725001312454638\\_plano\\_de\\_transporte\\_coletivo\\_\\_\\_\\_schroeder.pdf](http://www.schroeder.sc.gov.br/arquivosdb/licitacoes/0.228725001312454638_plano_de_transporte_coletivo____schroeder.pdf), em arquivo PDF de visualização on-line.

Ressalte-se que, no cômputo final da avaliação das propostas, a Nota Técnica tem peso relativo de 40% da Nota Final, vez que a nota da Proposta Comercial detém 60% de peso na composição da mesma. Assim, o item questionado pela licitante detém somente 40% de peso na própria composição da Nota Técnica, o que



certamente não permite que o mesmo, tão somente considerado em si mesmo, possa comprometer a competitividade do certame. No entanto, quanto à subjetividade do critério apontado pela impugnante, para aclarar ainda mais a questão posta, sugere-se que seja definido, para esse item específico, que a pontuação seja definida de forma objetiva, com a seguinte proposta para a redação do item 13.2.1:

13.2.1. Critério 1 - Conhecimento do Problema (A): O licitante deverá demonstrar entendimento, sua visão e análise sobre as informações contidas no Plano Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder, em texto de no Maximo 2 (duas) laudas, em fonte Times New Roman, corpo 12, entre linhas simples, sem emendas ou rasuras.

Valor Total para Critério 1 - Conhecimento do Problema: Maximo de 40 pontos.

Forma de pontuação:

a. Conhecimento Transporte Urbano do Município de Schroeder: apresentando esse item, o licitante pontuará 20 pontos; não apresentando, a pontuação será 0 pontos.

b. Conhecimento da Operação de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder: apresentando esse item, o licitante pontuará 20 pontos; não apresentando, a pontuação será 0 pontos.

10) No item 10, trata o impugnante dos critérios para avaliação da proposta comercial que supostamente se confundem com os estabelecidos para a proposta financeira.

Confusa é a fundamentação do impugnante ao tratar deste assunto, que novamente discorre sobre determinado tema preocupando-se mais com a concorrência no referido certame licitatório do que impugnar racionalmente através dos fatos apresentados.

Revela-se adequada a apresentação do art. 43 de lei nº 8.666/93, que enuncia o que segue:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[ ]

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

[ ]

Além do mais, não há nenhuma confusão entre os critérios avaliadores da proposta comercial quanto aos estabelecidos para a proposta financeira, visto que ambas estão especificadas no edital seguindo cada qual aos seus critérios.

O impugnante alega que as inexistentes confusões poderiam prejudicar consideração da proposta mais vantajosa aliada a melhor qualidade técnica operacional, declarando ainda que no seu entendimento o licitante que melhor pontuar será o escolhido.

O sistema de pontuação é utilizado justamente para beneficiar o licitante que proponha maiores vantagens à Administração Municipal, visto que esse sistema contempla especialmente as questões técnicas e financeiras dos licitantes. Deste modo, o licitante que melhor pontuar nessas questões será o que tem condições de auferir um número maior de vantagens, sendo este o vencedor, não pela quantidade de pontos alcançada, que é irrelevante, mas sim pelos benefícios técnicos e financeiros que essa pontuação representa.

11) O impugnante no item 11 da referida Impugnação Administrativa trata do disposto no item 22.2 do Edital de Concorrência, que estabelece a possibilidade de prorrogação por dois períodos iguais e sucessivos de 5 anos, quando atendidos os pressupostos legais para tal e a critério do Poder Concedente.

Dispõe a Lei Municipal nº 1.807/2010 que regulamenta a prestação do serviço público e privado de transporte coletivo de passageiros no município em seu Art. 29:

Art. 29. Será observado o seguinte procedimento, quando da concessão dos serviços:

I - Os serviços regulares obedecerão, em regra, ao regime de concessão ou, excepcionalmente, o da autorização, na forma legal;

II - Os serviços especiais, experimentais e extraordinários serão delegados mediante autorização.

§ 1º Os prazos de delegação para exploração do serviço público serão os seguintes:

a) de 15 (quinze) anos para os serviços regulares concedidos, permitida até duas renovações sucessivas, pelo prazo de 5 (cinco) anos cada, nunca excedendo, o total do prazo da concessão, a 25 (vinte e cinco anos) anos;

[ ]

§ 4º No caso da concessão dos serviços regulares, a concessionária deverá, no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do termo final do prazo contratual, requerer expressamente a renovação da concessão, por 5 (cinco) anos, renováveis por igual período, junto ao Poder Concedente, desde que demonstrado previamente o atendimento das condições fixadas no art. 5º desta Lei.

A legislação municipal ainda é específica em seu Art. 5º quanto ao tema transporte público coletivo:

Art. 5º No caso de delegação do serviço de transporte coletivo urbano mediante concessão, somente terá direito à renovação do contrato, por igual período, a empresa concessionária que, cumulativamente:

I - Tiver operado as linhas de concessão, durante seu prazo inicial, com índice de eficiência igual ou superior a 96% (noventa e seis por cento) da quilometragem programada mensal;

II - Não tiver deixado de realizar 2 (duas) viagens consecutivas/ano, durante o tempo da concessão;

III - Tiver oferecido aos passageiros qualidade e pontualidade na realização dos serviços;

IV - Tiver renovado a frota operante conforme os critérios definidos nesta Lei, durante o prazo inicial da presente concessão.

Eis enumeradas acima as condições legais para a possibilidade de dupla prorrogação por mais dois períodos sucessivos e iguais de 5 anos.

Assim, demonstra-se equivocado o Impugnante ao citar o limite de sessenta meses (equivalente ao período de 5 anos) estabelecido pela LLCA em seu Art. 57, visto que há legislação municipal específica para o tema, e ainda mais, relembrando que o edital trata-se de concessão, regulado por legislação federal específica. Deste modo, devem permanecer inalteradas as disposições do Item 22.2 do Edital de Concorrência 02/2010.

### 3. Conclusão:

Ex positis, posiciona-se esta Procuradoria pela retirada da Cláusula 7.1.14."g", bem como pela retirada do Anexo "A-15" do Edital objurgado, pelas razões supra expostas, e ainda pela alteração da Cláusula 13.2.1, conforme texto sugerido no corpo do parecer, mantendo-se as demais cláusulas editalícias íntegras, conforme parecer.

Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para decisão.  
Schroeder/SC, 7 de outubro de 2011.

DANIEL DE MELLO MASSIMINO

Procurador Municipal

OAB/SC n.º 27.807-B

### DECISÃO:

Cumpra-se nos termos do Parecer da Procuradoria Municipal, utilizando-se do mesmo como razões para decidir.

Marque-se nova data para abertura do certame, com as correções que se fizerem necessárias.

Publique-se, Intimem-se, Cumpra-se.

Schroeder(SC), 7 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Cancelamento de Contrato Nº 56/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### CANCELAMENTO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Contrato nº. 56/2011-FMS, de 05 de outubro de 2011, Processo de licitação nº. 01/2011-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2011-FMS, publicado na edição nº. 841, do DOM/SC, em 07 de outubro de 2011, devido a equívoco na sua elaboração.

Schroeder, 07 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 58/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 58/2011-FMS

Processo de licitação nº. 20/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.219.588/0001-80, estabelecida na Alameda Rio Branco, nº 425, Centro, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89010-300.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO aquisição de suplemento nutricional para adultos e crianças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural.Embalagem: pacote com 500g.	100	Pacote	17,80	1.780,00
04	MALTODEXTRINA EM PÓ. Sabor: natural.Embalagem: pacote com 1 Kg.	100	Pacote	9,80	980,00

05	Dieta enteral ou oral em pó, a base de proteína isolada de soja.Deve ser normocalórica e hipossódica. É destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, em TNE por tempo limitado ou a pacientes que necessitem de dieta suplementada com soja. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100g) contidos na fórmula:Valor energético: 450 Kcal;Carboidratos: 63 gramas, sendo maltodextrina 100%; Proteínas: 16 gramas, sendo proteína isolada de soja 73% e caseinato de cálcio 27% do total de proteínas Gorduras totais: 15 gramas, sendo óleo de milho 25%, óleo de canola 60% e triglicerídeos de cadeia média 15% Gorduras saturadas: 3,4 gramas;Gorduras trans: 0 (zero) grama; Fibra alimentar: 15 gramas; Sódio: 178 mg;Ferro: 5 mg. Relação w6: w3 = 5;; Relação Kcal não protéicas/ gN = 158/1;Osmolalidade: 320 mOsm/ Kg H2O. NÃO contem glúten, lactose e sacarose;Sabor: Baunilha; Embalagem: lata com 800g	100	Lata	43,75	4.375,00
VALOR R\$ TOTAL					7.135,00

Valor do contrato: R\$ 7.135,00 (Sete mil cento e trinta e cinco reais).

Data da Assinatura: 06/10/2011 – Vigência: 06/10/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 59/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 59/2011-FMS

Processo de licitação nº. 20/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.755.580/0001-39, estabelecida na Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 830, B 16, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81050-590.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO aquisição de suplemento nutricional para adultos e crianças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	IMUNIDADE BAIXA: Módulo de glutamina em pó, destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Ingredientes: glutamina (100%). Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: caixa com 40 envelopes de 10g cada.	120	Unidade	6,10	732,00

	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100ml) contidos na fórmula: Valor energético: 104 Kcal; Carboidratos: 11 gramas; Proteínas: 3 a 3,1 gramas; Gorduras totais: 5 a 5,2 gramas; Gorduras saturadas: 1,2 gramas; Gorduras trans: 0 (zero) grama; Fibra alimentar: 0 (zero) grama; Sódio: 46 a 48 mg Ingredientes: Xarope de milho, sacarose, caseinato de sódio, óleo de girassol de alto teor oléico, óleo de soja, triglicerídeos de cadeia média (TCM), MINERAIS (fosfato de cálcio tribásico, citrato de potássio, cloreto de magnésio, fosfato de potássio dibásico, cloreto de potássio, citrato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de manganês, sulfato cúprico, cloreto de cromo, iodeto de potássio, molibdato de sódio, selenito de sódio), concentrado de proteína do soro de leite, VITAMINAS (cloreto de colina, ácido ascórbico, palmitato de ascorbila, niacinamida, acetato de dl-alfa-tocoferol, pantotenato de cálcio, cloridrato de tiamina, cloridrato de piridoxina, riboflavina, palmitato de vitamina A, beta-caroteno, ácido fólico, biotina, vitamina D3, filoquinona, cianocobalamina), inositol, taurina, l-carnitina, aromatizante. Pode conter: maltodextrina, sulfato de magnésio e cloreto de sódio. Não contem glúten, Isento de lactose, Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g.				
08		90	Lata	28,69	2.582,10

09	<p>SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL.</p> <p>Fórmula em pó destinadas a crianças a partir de 1 ano de idade.</p> <p>Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100g) contidos na fórmula: Valor energético: 493 Kcal;</p> <p>Carboidratos: 61 gramas, sendo maltodextrina 75%, sacarose 16% e outros 9% do total de carboidratos.</p> <p>Proteínas: 11 gramas (caseinato de cálcio 100%).</p> <p>Gorduras totais: 23 gramas (óleos vegetais – palma, girassol, canola e semente de colza)</p> <p>Fibra alimentar: 0 (zero) grama; Sódio: 222 mg;</p> <p>Relação w6: w3 = 5:1; Relação Kcal não protéicas/gN = 248/; Osmolalidade: 505 mOsm/ Kg H2O. Não contém glúten; Isento de lactose; Sabor: neutro; Embalagem: lata com 400g.</p>	90	Lata	28,69	2.582,10
VALOR R\$ TOTAL					5.896,20

Valor do contrato: R\$ 5.896,20 (Cinco mil oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 06/10/2011 – Vigência: 06/10/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Notificação N.º 001/2011

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
SETOR DE TRIBUTAÇÃO  
NOTIFICAÇÃO N.º 001/2011

Ficam notificadas, para fins de atualização cadastral, quanto às atividades exercidas (CNAE) pelos econômicos junto ao Cadastro Mobiliário Municipal, todas as empresas cadastradas até o dia 31/03/2011, na Administração Fazendária do Município de Schroeder, para que entreguem à Fiscalização Tributária do Município, situada à Rua Marechal Castelo Branco, n.º 3201, Centro, no Município de Schroeder(SC), até o dia 31/10/2011, os documentos abaixo relacionados:

- Cópia do Cartão CNPJ;
- Cópia da última alteração contratual;
- Cópia do CPF, RG e comprovante de residência de cada sócio;
- Contrato de locação, escritura ou autorização do proprietário para uso comercial do imóvel;
- Cópia Alvará de Habite-se;
- Vistoria do Corpo de Bombeiros atualizada.

Os documentos citados deverão ser apresentados no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, como apresentação de documentos/ofício.

Expirado o prazo acima, será efetuada a alteração de ofício,

conforme previsto no art. 90, I, "d", da Lei Complementar n.º 1/1995 - Código Tributário de Schroeder, com base nos dados constantes do cartão de CNPJ junto à Receita Federal do Brasil.

E para que chegue ao conhecimento de todos os Notificados, segue essa notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como em jornais de circulação local e regional, e ainda diretamente aos escritórios de contabilidade que mantêm a escrituração dos econômicos cadastrados no Município de Schroeder.

Schroeder(SC), 6 de outubro de 2011.

DENÍLSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

MILTON TRAPP JÚNIOR

Fiscal Tributário

## Timbó

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Nº 28-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 0028/2011 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS AO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TIMBÓ ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 21 de outubro de 2011. ABERTURA: dia 21/10/2011 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 06/10/2011.

LAÉRCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

#### Extrato de Dispensa Nº 14 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 14/2011

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: Do Vale Segurança Privada Ltda

OBJETO: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança não armada e agentes de estacionamento para a 21ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 07 a 12 de outubro de 2011 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

VALOR TOTAL: R\$ 21.150,00 (vinte e um mil, cento e cinquenta reais)

Timbó, 06 de outubro de 2011

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

#### Extrato Contrato 2011-191

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/191

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.  
CONTRATADA: PHÍSIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA.  
OBJETO: PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA. VALOR TOTAL: R\$ 18.206,00 (DEZOITO MIL, DUZENTOS E SEIS REAIS). PRAZO: 85 DIAS Data da Assinatura: 06/10/2011.

ELSON A A MARSON JUNIOR  
Secretário Municipal de Saúde

**Tunápolis**

**PREFEITURA**

**Lei Nº 01050/2011 de 06 de outubro de 2011.**

Lei nº 01050/2011 de 06 de outubro de 2011.

Altera parcialmente o artigo 3º da Lei Municipal nº 1048 de 16/09/2011 que Autoriza a criação de um cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais para a Câmara de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal 1048, conforme segue:

“Art. 3º- Fica fixada a carga horária para o cargo, apresentando-se as seguintes opções:

- 10(dez) horas semanais
- 20(vinte) horas semanais e a remuneração do cargo para 1,5(um virgula cinco) pisos municipais de vencimentos.

§ 1º - Na presente data

§ 2º - Somente serão autorizados

§ 3º- As horas trabalhadas ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de - SC., em 06 de Outubro de 2011.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta Li foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

**Processo de Licitação Nº 108/2011 EQUIPAMENTOS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2011

Edital de Pregão Presencial nº 75/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de eletroeletrônicos, equipamentos de informática, móveis de escritório, e equipamento hidráulico, que serão destinados para diversas secretarias da Prefeitura Municipal.

Entrega das propostas até às 9h30min do dia 21/10/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 06 de outubro de 2011  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Vargeão**

**PREFEITURA**

**Extrato de Termo Aditivo**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITIVA - HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO - ASSEC

OBJETO: Repactuação de preços alterando o valor do Convênio para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 1474/2011 e no que couber à Lei Federal 8.666/93, 8883/94 e 9.648/96 e Convênio nº 004/2011.

Vargeão SC, 03 de outubro de 2011.

AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

**Videira**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 9.820/11**

DECRETO Nº 9.820/11, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Homologa o Regimento Unificado dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Videira/SC.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o incluso Regimento Unificado dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Videira/SC, aprovado pela Resolução nº 001/2011, do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2011

Dispõe sobre o Regimento Unificado dos Centros Municipais de



Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, do Município de Videira - SC.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação de Videira - SC, no uso de suas atribuições de acordo como estabelece a Lei nº 048 de 8 de Agosto de 2007 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação,

**RESOLVE:**

Art.1º. Aprovar o Regimento Unificado dos Centros Municipais de Educação Infantil, que norteará todas as ações pedagógicas, técnicas e administrativas dos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal.

Art. 2º. Em cumprimento às disposições legais, o Conselho Municipal de Educação, regulamenta esta lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**MAURICIO PENSO**

Presidente em Exercício do Conselho Municipal de Educação

Videira, 29 de Setembro de 2011.

**REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**TÍTULO I  
DA CARACTERIZAÇÃO, DA NATUREZA E DAS FINALIDADES**

**CAPÍTULO I**

**Da Caracterização e da Natureza Legal**

Art. 1º. As Unidades dos Centros Municipais de Educação Infantil, criadas pelo Poder Público Municipal, mantidas pela Prefeitura Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina são administradas pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Legislação em vigor.

Parágrafo único. As Unidades dos Centros Municipais de Educação Infantil estarão vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Videira.

Art. 2º. A Rede Municipal de Ensino é composta dos seguintes Centros Municipais de Educação Infantil:

- I - Centro Municipal de Educação Infantil Ambrósio Fiorese;
- II - Centro Municipal de Educação Infantil Amélia Zanesco Peretti;
- III - Centro Municipal de Educação Infantil Aparecida;
- IV - Centro Municipal de Educação Infantil Bela Vista;
- V - Centro Municipal de Educação Infantil Claudio Balestrin;
- VI - Centro Municipal de Educação Infantil Dionísio Robaskewicz;
- VII - Centro Municipal de Educação Euclides José Biasi;
- VIII - Centro Municipal de Educação Infantil Giovana Maria Locatelli;
- IX - Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Bonavita;
- X - Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Colonata;
- XI - Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Concília;
- XII - Centro Municipal de Educação Infantil Ivone Mari Ogliari Caregnato;
- XIII - Centro Municipal de Educação Infantil Professor Luiz Antonio Faccio;
- XIV - Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato;
- XV - Centro Municipal de Educação Infantil O Ferrovário;
- XVI - Centro Municipal de Educação Infantil Santa Teresa;
- XVII - Centro Municipal de Educação Infantil São Roque;
- XVIII - Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Jorge Martins;
- XIX - Centro Municipal de Educação Infantil Wellesley Antonio Gaio;

Art. 3º. Os Centros Municipais de Educação Infantil são identificados pela sua denominação oficial, modalidade da oferta de ensino,

endereço da localidade em que funcionam, atos de criação e aprovação com respectivas datas de publicação oficial.

Art. 4º. O ensino ministrado nos Centros Municipais de Educação Infantil é público e gratuito, aberto às crianças de zero a seis anos de idade, independente de quaisquer preconceitos ou discriminações, constituindo-se direito de todos e dever do Estado e da família.

Art. 5º. A organização administrativa, didática e disciplinar dos Centros Municipais de Educação Infantil é regulamentada pelo presente Regimento, nos termos da legislação vigente.

**CAPÍTULO II**

**Dos Objetivos**

Art. 6º. A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa o atendimento das necessidades e o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 7º. Em cumprimento às normas gerais da educação nacional os Centros Municipais de Educação Infantil adotam como Objetivo Geral o cuidar e o educar, entendendo a criança como ser humano integral em constante crescimento e desenvolvimento, interagindo intensamente com seu meio social.

§ 1º. Os Centros Municipais de Educação Infantil dividir-se-ão em:

- I - Creches para crianças de até três anos de idade;
- II - Pré- Escola para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 8º. Os Centros Municipais de Educação Infantil têm por objetivos específicos:

- I - Garantir acesso e permanência da criança nos estabelecimentos de Educação Infantil;
- II - Promover a atenção integral à criança com o intuito de desenvolver os domínios: físico, psicológico, cognitivo e social, respeitando as possibilidades e características de sua faixa etária;
- III - Priorizar o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem que melhor se aplica à proposta pedagógica dos CEMEIs;
- IV - Desenvolver os aspectos sensório-motor, afetivo-emocional, social e cognitivo, respeitando o processo de maturação do aluno, para que ele conheça suas habilidades, aptidões, necessidades e interesses;
- V - Desenvolver entre os alunos um relacionamento social em moldes cooperativos, baseado no respeito mútuo e na participação criadora;
- VI - Proporcionar ao aluno o domínio de conteúdos básicos, compreendidos nas principais áreas do conhecimento humano;
- VII - Desenvolver projetos e procedimentos que visem a estimular uma dinâmica participativa entre profissionais, crianças e famílias;
- VIII - Desenvolver no aluno a capacidade de analisar objetivamente seus valores e os valores de sua cultura;
- IX - Desenvolver no aluno a capacidade para o exercício consciente da cidadania.

**CAPÍTULO III**

**Do projeto Político Pedagógico**

Art. 9º. O Projeto Político Pedagógico constitui-se no conjunto de ações e filosofia de trabalho da Unidade Escolar, norteador a prática pedagógica do CEMEI, tendo as funções de adaptar o fazer pedagógico à realidade do aluno e integrar as ações de ensino possibilitando uma transformação social.

Art. 10. O Projeto Político Pedagógico fundamenta seus objetivos nas diretrizes nacionais de Educação Infantil, proposta curricular, na função social dos Centros Municipais de Educação Infantil e na prática do trabalho coletivo, tendo como pressuposto norteador:

I - O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil;  
II - As diretrizes e metas do Referencial Educacional da AMARP e da ação educativa;  
III - Sistemática de encaminhamento, acompanhamento e avaliação da ação educativa; IV - A filosofia que norteia o trabalho do CEMEI;  
V - Proposta do CEMEI quanto ao pleno atendimento e acomodação da demanda.

Art. 11. A periodicidade da elaboração do Projeto Político Pedagógico é de um ano ou de acordo com o prazo fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. O Projeto Político Pedagógico deve ser redimensionado, anualmente, com base na avaliação dos seus resultados pela comunidade escolar, dos serviços de apoio ao processo Educativo.

## **TÍTULO II** **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA**

### **CAPÍTULO I** **Estrutura Funcional**

Art. 12. Os CEMEIS apresentam seguinte estrutura funcional:

I - Coordenadora;  
II - Corpo docente;  
III - Serviços Gerais.

### **CAPÍTULO II** **Dos Direitos e Deveres do Corpo Funcional**

Art. 13. Todos os funcionários, admitidos pela entidade mantenedora, serão contratados segundo Estatuto dos Servidores Municipais de Videira, sendo aplicada a legislação pertinente a cada categoria funcional.

### **CAPÍTULO III** **As Atividades e Relações Hierárquicas do Corpo Funcional**

Art. 14. A designação para a função de coordenador de CEMEI, dar-se-á de acordo com a legislação em vigor e em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### **SEÇÃO I** **Da Coordenação**

Art. 15. A coordenadoria é o corpo executivo que organiza, superintende, coordena, controla e administra todas as atividades no âmbito do CEMEI.

#### **SEÇÃO II** **Das Atribuições da Coordenação**

Art. 16. São atribuições da coordenação:

I - Coordenar as atividades administrativas, e ser corresponsável com as atividades pedagógicas de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e em consonância com a legislação do Sistema Municipal de Ensino;  
II - Assegurar o cumprimento das disposições legais, das diretrizes da política educacional e das instruções da Secretaria Municipal de Educação;  
III - Orientar e acompanhar todas as atividades desenvolvidas no CEMEI em comum acordo com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;  
IV - Presidir as reuniões de Conselho de Classe estabelecidas em calendário escolar, bem como aquelas que se fizerem necessárias no decorrer do ano letivo;  
V - Garantir informações aos pais e responsáveis sobre a frequência, avaliação e processo de aprendizagem;  
VI - Articular a integração do Centro Municipal de Educação Infantil

com as famílias e a comunidade;  
VII - Zelar para que as atividades sejam desenvolvidas em acordo com o Projeto Político Pedagógico;  
VIII - Garantir a circulação e o acesso de todas as informações de interesse da comunidade escolar em tempo hábil;  
IX - Criar estratégias que garantam aos funcionários a participação em atividades relacionadas à atualização e ao aprimoramento profissional;  
X - Estabelecer horários e delegar tarefas inerentes aos profissionais da Unidade Municipal de Educação;  
XI - Responsabilizar-se pelas matrículas e pelo controle das vagas excedentes;  
XII - Promover a integração harmoniosa de todos os profissionais da comunidade escolar;  
XIII - Fornecer dados, informações e outros indicadores à Secretaria Municipal de Educação  
XIV - Coordenar e acompanhar as atividades administrativas relativas a:  
a) atestado de exercício mensal;  
b) fluxo de documentos de vida escolar e funcional;  
c) de dados, informação e outros indicadores à Secretaria Municipal da Educação, respondendo por sua veracidade e atualização;  
d) comunicação às autoridades competentes dos casos de irregularidades graves ocorridas no CEMEI.  
XV - Assegurar a utilização adequada do espaço físico, do material escolar e didático;  
XVI - Manter atualizado o inventário dos bens públicos alocados no CEMEI, zelando por sua conservação;  
XVII - Oferecer denúncia aos órgãos competentes em caso de suspeita de maus tratos e outras formas de violação dos direitos da criança;  
XVIII - Participar de programas de formação propostos pela mantenedora, ou outros, com o intuito de se manter atualizado em questões pedagógicas e administrativas;  
XIX- Fiscalizar, impedir e/ou sustar qualquer atividade comercial dentro do espaço físico do CEMEI;  
XX - Zelar pelo cumprimento do disposto neste regimento.

Art. 17. O Coordenador, em seus impedimentos eventuais, igual ou superior a 30 (trinta) dias será substituído por outro membro designado por ato administrativo do chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A substituição do Coordenador em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias é feita, cumulativamente por um membro do corpo docente, designado por ato do Secretário Municipal de Educação, na forma da legislação vigente.

#### **SEÇÃO III** **Do Corpo Docente**

Art. 18. O corpo docente é constituído por professores, providos por concursos públicos e/ou contratados temporariamente, portadores de qualificação na forma da legislação em vigor.

Art. 19. A docência deve ser entendida como o processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre experiências vivenciadas do educando e o saber sistematizado, tendo em vista a apropriação, construção e reelaboração de conhecimento pelos educandos e o compromisso assumido com o conjunto do CEMEI, através da participação em ações coletivamente planejadas e avaliadas.

Art. 20. São atribuições do professor:

I - Preparar e ministrar aulas nas áreas de conhecimento ou atividades, avaliar e acompanhar o aproveitamento do corpo discente no seu campo de atuação;  
II - Comprometer-se com o ato de educar, entendendo-o como formador da cidadania e considerando o diálogo como princípio básico do "fazer pedagógico";  
III - Estimular o interesse dos educandos, trabalhando de forma

lúdica e consequentemente, prazerosa;

IV - Manter atualizados os registros nos diários de classe e em outras fichas necessárias ao acompanhamento do desempenho da vida escolar dos alunos;

V - Comprometer-se e portar-se integralmente de acordo com a proposta filosófica do CEMEI, visando a formação do quadro de valores do educando;

VI - Executar o planejamento pedagógico proposto e desenvolver o conteúdo de seu componente curricular de modo claro e interessante, envolvendo os alunos no processo de ensino-aprendizagem;

VII - Responsabilizar-se pela avaliação e pelo aproveitamento pedagógico do aluno dentro dos critérios estabelecidos por este documento escolar;

VIII - Manter atualizados os diários de classe registrar continuamente as ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação diagnóstica do processo educativo, bem como a presença e ausência do aluno diariamente;

IX - Colaborar com as atividades de articulação do CEMEI com a família e comunidade;

X - Comunicar a coordenação os casos de suspeita de doenças infectocontagiosas e violação dos direitos da criança;

XI - Oportunizar momentos fundamentalmente lúdicos para que as crianças desenvolvam-se conhecendo e construindo conceitos sobre o mundo em que estão inseridas;

XII - Atender as crianças nas atividades de rotina, compreendendo a execução e desenvolvimento de hábitos de higiene, nutricionais e repouso, ministrando os cuidados necessários a fim de garantir um trabalho qualitativo entre o educar e o cuidar;

XIII - Comparecer pontualmente e assiduamente ao CEMEI, mantendo em todos os ambientes e em sala de aula a ordem e a disciplina;

XIV - Comunicar ao coordenador os incidentes que, pela sua gravidade, requeiram providências especiais;

XV - Participar, sempre que convocado, de solenidades cívicas, cursos, palestras, reuniões e encontros pedagógicos;

XVI - Entregar, pontualmente, relatórios e materiais pedagógicos solicitados.

Art. 21. É vedado ao corpo docente:

I - Envolver-se em manifestações estranhas à sua atividade;

II - Ocupar-se, durante o exercício de sua função, de assuntos estranhos a sua atividade educativa;

III - Usar métodos e técnicas de ensino e avaliação não condizentes com as orientações traçadas pela Secretaria Municipal de Educação ou diverso do instituído neste documento;

IV - Discriminar pessoas, sob qualquer pretexto, por motivos de convicção filosófica, política, religiosa ou por preconceitos de qualquer natureza.

V- Fumar dentro espaço físico do CEMEI.

#### SEÇÃO IV

##### Dos serviços Gerais

Art. 22. Os agentes de serviços gerais objetivam garantir o desenvolvimento regular das atividades da Unidade Escolar.

Art. 23. As atividades relativas ao cargo de Serviços Gerais são executadas pelas funções de atendente, limpeza e cozinha.

Art. 24. Compete ao pessoal encarregado dos serviços gerais:

I - Acolher pais e crianças com cordialidade e respeito;

II - Assegurar que bebês e crianças sejam atendidas em suas necessidades de saúde, nutrição, higiene, descanso e movimentação;

III - Assegurar que bebês e crianças sejam atendidas em suas necessidades de proteção, dedicando atenção especial a elas;

IV - Auxiliar bebês e crianças nas atividades que não podem realizar sozinhos;

V - Realizar atividades que respeitem o desenvolvimento de bebês

e crianças, alternando atividades dirigidas e atividades livres;

VI - Proporcionar passeios, atividades ao ar livre, banhos de sol;

VII - Preencher relatórios sobre o desenvolvimento dos bebês (avaliação);

VIII - Manter o ambiente de trabalho arejado, limpo e livre de objetos que possam oferecer perigo aos bebês e crianças;

IX - Desenvolver atividades que priorizem o uso da linguagem oral;

X - Planejar e registrar atividades a serem desenvolvidas;

XI - Participar de reuniões e cursos oferecidos pela Secretaria de Educação;

XII - Auxiliar o trabalho docente em consonância com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil;

XIII - Organizar e zelar pelos pertences dos bebês e crianças;

XIV - Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

XV - Colaborar com as atividades de articulação do CEMEI com as famílias e a comunidade;

XVI - Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais realizadas pelo CEMEI.

XVII - Zelar pela disciplina e pelo material docente;

XVIII - Auxiliar o professor regente nas atividades de rotina, tais como:

a) troca de roupas das crianças;

b) higiene das crianças;

c) recepção de pais e crianças;

d) registros e anotações gerais;

e) identificação de material individual;

f) inspeção física diária da criança.

XIX - Auxiliar o professor regente na execução e formação de hábitos de higiene com a criança, tais como:

a) troca de fraldas;

b) banho diário;

c) controle dos esfíncteres;

d) sono e repouso;

e) banho de sol;

f) alimentação

g) prevenção de acidentes.

XX - Auxiliar o professor regente na execução do trabalho de higiene geral, tais como:

a) higiene ambiental da sala, banheiros, berços, roupas e objetos;

b) esterilização de utensílios.

XXI - Auxiliar o professor regente na execução de atividades de estimulação e atividades pedagógicas;

XXII - Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo;

XXIII - Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;

XXIV - Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, refeitórios, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;

XXV - Limpar utensílios como: lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;

XXVI - Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;

XXVII - Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;

XXVIII - Preparar e servir chá, café ou água;

XXIX - Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas no CEMEI ;

XXX - Auxiliar os professores no CEMEI, cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras atividades pertinentes a função;

XXXI - Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;

XXXII - Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;

XXXIII - Executar serviços de limpeza da área externa do CEMEI, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas;

XXXIV - Auxiliar na preparação de refeições, merendas escolares, descascando, cortando verduras e temperos, lavando e secando

louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;  
 XXXV - Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;  
 XXXVI - Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa do CEMEI;  
 XXXVII - Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;  
 XXXVIII - Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas do CEMEI;  
 XXXIX - Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos pelo Conselho de Alimentação Escolar;  
 XL - Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;  
 XLI - Executar outras atividades correlatas;  
 XLII - Recolher, lavar, secar e guardar utensílios do refeitório e cozinha;  
 XLIII - Executar serviços de conservação e limpeza do refeitório e cozinha;  
 XLIV - Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;  
 XLV - Auxiliar no acondicionamento dos alimentos e garantir sua utilização respeitando o prazo de validade;  
 XLVI - Participar, juntamente com a equipe escolar, da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Parágrafo único. As atribuições específicas dos funcionários dos serviços gerais são elaboradas, após discussão entre os próprios funcionários, a direção, e o corpo técnico e pedagógico

Art. 25. É vedado ao Agente de Serviços Gerais:

- I - Envolver-se em manifestações estranhas a sua atividade;
- II - Ocupar-se, durante o exercício de sua função, de assuntos estranhos a sua atividade laboral;
- III - Discriminar pessoas, sob qualquer pretexto, por motivos de convicção filosófica, política, religiosa ou por preconceitos de qualquer natureza.
- IV - Fumar dentro espaço físico do CEMEI.

## SEÇÃO V

### Do Corpo Discente

Art. 26. O corpo discente é constituído por todas as crianças regularmente matriculadas e que estejam frequentando o CEMEI.

## SUBSEÇÃO I

### Dos direitos do corpo discente

Art. 27. Os direitos do corpo discente derivam substancialmente dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.

Art. 28. São direitos do aluno:

- I - Ter assegurado que o CEMEI cumpra sua função de efetivar o processo de educar e cuidar oportunizando o seu desenvolvimento integral;
- II - Ter asseguradas as condições para a formação do quadro de valores constantes da proposta filosófica do CEMEI;
- III - Ter assegurado pelos educadores a aprendizagem dos conteúdos programáticos propostos pelo CEMEI;
- IV - Ser tratado com respeito e sem discriminação pelos profissionais da educação docentes e não docentes, pais/mães e/ou responsáveis legais e colegas;
- V - Participar das atividades escolares;
- VI - Ter assegurada alimentação em quantidade e qualidade

adequada;

- VII - O respeito aos seus direitos e suas necessidades fundamentais;
- VIII - Permanecer em um ambiente onde os equipamentos sejam adequados as suas proporções e alcances;
- IX - Ter espaços e equipamentos adaptados para atender as crianças com necessidades educacionais especiais;
- X - Ter acesso aos recursos didático-pedagógicos disponíveis no CEMEI;
- XI - Expressar suas idéias;
- XII - Ser respeitado na sua dignidade como pessoa, independentemente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia, sexo e nacionalidade.

## SUBSEÇÃO II

### Dos deveres do corpo discente

Art. 29. São deveres dos alunos:

- I - Respeitar, cumprir e fazer cumprir o que consta neste regimento;
- II - Manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;
- III - Participar das atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo CEMEI;
- IV - Cooperar na manutenção da higiene e na conservação da sala de aula e das instalações do CEMEI;
- V - Compensar, junto com pais ou responsáveis legais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio;
- VI - Cooperar com a organização e preservação dos materiais pedagógicos utilizados nas atividades escolares;
- VII - Tratar com respeito e sem discriminação os trabalhadores em educação docentes e não docentes, os pais e os colegas, observando as normas estabelecidas;
- VIII - Comparecer as aulas e demais atividades escolares.

## SUBSEÇÃO III

### Das proibições ao corpo discente

Art. 30. Aos alunos é proibido:

- I - Retirar e utilizar, sem a devida permissão, material pertencente ao CEMEI ou a seus integrantes;
- II - Afastar-se do CEMEI sem autorização expressa dos responsáveis;
- III - Discriminar, constranger, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas pais e trabalhadores em educação docentes ou não docentes do CEMEI, evitando a promoção do Bullying;
- IV - Entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do professor;
- V - Danificar os bens patrimoniais do CEMEI e/ou pertences de seus colegas ou trabalhadores do CEMEI docentes e não docentes;
- VI - Trazer para o CEMEI brinquedos, guloseimas, ou outros materiais que não sejam autorizados pelo professor e/ou coordenação.

## SUBSEÇÃO IV

### Das medidas educativas

Art. 31. O aluno que descumprir de alguma forma com as disposições contidas neste Regimento, assegurado o amplo direito de defesa e considerado as circunstância e gravidade da falta cometida, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I - Orientação disciplinar dialogada com ações pedagógicas dos trabalhadores em educação docentes e coordenação;
- II - Registro dos fatos envolvendo o aluno, com comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais e/ou responsáveis legais;
- III - Convocação dos pais e/ou responsáveis legais, com registros e assinatura de termo de compromisso.

Parágrafo único. Esgotadas as possibilidades no âmbito escolar,



será encaminhado ao Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis.

Art. 32. Todas as medidas educativas previstas neste Regimento serão devidamente registradas em documento e apresentadas ao pai e/ou responsável legal e se necessário aos demais órgãos competentes para a ciência das ações tomadas.

## SEÇÃO V

Dos Pais dos Alunos ou de Responsáveis Legais

### SUBSEÇÃO I

Dos direitos dos pais ou responsáveis legais

Art. 33. Aos pais e/ou responsáveis legais, além dos direitos garantidos na legislação também lhes são assegurados os seguintes direitos:

- I - Efetuar a matrícula de seu filho ou tutelado no CEMEI;
- II - Apresentar sugestões a Coordenação, visando melhorar o andamento do trabalho no CEMEI;
- III - Receber informações periódicas sobre a vida escolar do filho;
- IV - Votar e ser votado para a composição da APP do CEMEI;
- V - Responsabilizar-se pela frequência da criança em todas as atividades escolares;
- VI - Encaminhar a criança a tratamento especializado, quando necessário;
- VII - Atender as convocações da Unidade Municipal de Educação;
- VIII - Acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem.
- IX - Receber informações sobre o processo pedagógico;
- X - Ter acesso ao presente Regimento Escolar.

### SUBSEÇÃO II

Dos deveres dos pais ou responsáveis legais

Art. 34. Aos pais e /ou responsáveis legais, além das atribuições previstas legalmente, compete:

- I - Cumprir e exigir o cumprimento deste Regimento e da legislação em vigor;
- II - Manter relações cooperativas no âmbito escolar;
- III - Assumir junto ao CEMEI ações de corresponsabilidades que assegurem a adaptação e a formação educativa do aluno, inclusive no cumprimento de termos em medidas disciplinares;
- IV - Propiciar condições para o comparecimento e a permanência do aluno no CEMEI;
- V - Assegurar condições de higiene, de saúde e emocionais que favoreçam a inserção da criança no ambiente escolar;
- VI - Manter atualizada a carteira de vacinação da criança tendo em vista o convívio social no ambiente escolar;
- VII - Respeitar e cumprir os horários de entrada e saída, estabelecidos no ato da matrícula, para o bom andamento das atividades e bem estar da criança;
- VIII - Apresentar documento legal, imediatamente à Coordenação, em caso de alteração da guarda legal da criança;
- IX - Autorizar no ato da matrícula, as pessoas responsáveis pela retirada da criança, devendo estas serem maiores de idade;
- X - Justificar imediatamente a ausência ou afastamento temporário da criança do CEMEI;
- XI - Comparecer às reuniões e demais convocações da coordenação e/ou profissional de educação docente sempre que se fizer necessário;
- XII - Acompanhar o desenvolvimento escolar da criança;
- XIII - Providenciar sempre que necessário e possível material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;
- XIV - Encaminhar e acompanhar a criança aos atendimentos especializados solicitados pelo CEMEI e ofertados pelas instituições públicas;
- XV - Comunicar ao professor ou coordenação sempre que o aluno tiver um problema de saúde;

XVI - Apresentar receita médica sempre que houver a necessidade da criança receber tratamento medicamentoso;

XVII- Informar sempre que: trocar o número de telefone, endereço e local de trabalho.

### SUBSEÇÃO III

Das proibições dos pais ou responsáveis legais

Art. 35. Aos pais e/ou responsáveis legais é proibido:

- I - Interferir no trabalho dos trabalhadores em educação, entrando em sala de aula sem a permissão do professor ou coordenação;
  - II - Desrespeitar e/ou constranger qualquer integrante da comunidade escolar, inclusive a criança pela qual é responsável, discriminando, usando de violência simbólica, agredindo-a fisicamente e/ou verbalmente no ambiente escolar;
  - III-Divulgar por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do CEMEI, sem a prévia autorização dos órgãos competentes;
  - IV\_Promover jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza em nome do CEMEI, sem a prévia autorização da coordenação e/ou Secretaria de Educação;
  - V-Comparecer a reuniões, eventos escolares, ou circular no espaço do CEMEI estando embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
  - VI-Fumar nas dependências do CEMEI;
- Parágrafo único. Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto neste Regimento serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando em ata, com as respectivas assinaturas e encaminhamento aos órgãos competentes para as devidas providências. No caso do pai e/ou responsável se negar assinar a ata serão anexadas às assinaturas de 2 (duas) testemunhas do fato.

## CAPÍTULO IV

Do Funcionamento, da Proporção Usuário/Educador, da Concessão de Vagas

Art. 36. Os Centros Municipais de Educação Infantil, no cumprimento de sua finalidade, atendem a modalidade de Creche 0 (zero) a 3 (três) anos e de Pré-Escola 4 (quatro) a 6 (seis) anos, em horário condizente com a jornada e o horário de trabalho do responsável, de segunda-feira à sexta-feira, entre 6:30h e 18:30h. Parágrafo único. A escolha do regime de atendimento será feita pelos pais ou responsáveis legais no ato da matrícula, conforme faixa etária da criança.

### SEÇÃO I

Da Proporção Usuário E Educador

Art. 37. Nos CEMEIs a proporção educador/criança, considerando-se a faixa etária das crianças e as necessidades educacionais específicas a elas relacionadas, será de:

- I - De 4 (quatro) meses a 1 (um) ano - 1 (um) atendente para cada 6 (seis) crianças;
- II - De 1 (um) ano a 2 (dois) anos - 1 (um) atendente para cada 8 (oito) crianças;
- III - De 2 (dois) anos a 3 (três) anos - 1(um) professor e um atendente para cada 25 (vinte e cinco) crianças;
- IV - De 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos - 1 (um) professor para cada 25 (vinte e cinco) crianças.

### SEÇÃO II

Da Organização das Turmas

Art. 38. As turmas serão formadas de acordo com a faixa etária, respeitando a quantidade máxima por agrupamento ou turma e será proporcional ao tamanho da sala que ocupam.

Art. 39. As turmas serão organizadas respeitando a faixa etária e a demanda de matrículas:



§1º Para os CEMEIs com seis salas de aula (6) turmas:

I-Berçário I- 04 meses a 1 ano e três meses

II-Berçário II-01 ano e 3 meses a 02 anos

III-Maternal I-02 anos a 03 anos

IV-Maternal II-03 anos a 04 anos

V-Pré I-04 anos a 05 anos

VI-Pré II-05 anos a 06 anos

§2º Para os CEMEIS com quatro salas de aula:

I-Berçário:04 meses a 02 anos

II-Maternal: 02 anos a 04 anos

III-Pré I: 04 anos e 05 anos

IV-PréII: )05 anos a 06 anos

## CAPÍTULO V

### Da Concessão de Vagas

Art. 40. Quanto ao critério de concessão de vagas para o CEMEI, fica estabelecido:

I - Para vagas de Berçário serão matriculados preferencialmente os filhos de mães trabalhadoras.

§1º - Sendo a procura por vagas no Bercário, maior que a oferta, a seleção das crianças far-se-á através de avaliação sócio-econômica.

§2º - Havendo lista de demanda reprimida, far-se-á avaliação sócio-econômica seguindo a ordem de inscrição.

II - Para vagas de Maternal o atendimento será prioritário para egressos do Berçário, por avanço de faixa etária.

§1º - Caso não haja o preenchimento das vagas pelos egressos do Berçário as vagas suplementares serão concedidas preferencialmente a filhos de mães trabalhadoras.

§2º - Sendo a procura por vagas no Maternal, maior que a oferta, a seleção das crianças far-se-á através de avaliação sócio-econômica.

III - Para as vagas do Pré I terão prioridade os alunos já matriculados no CEMEI e as demais vagas serão oferecidas à comunidade, conforme o calendário de matrículas.

IV - Para as vagas do Pré II terão prioridade os alunos já matriculados no CEMEI e as demais vagas serão oferecidas à comunidade, conforme o calendário de matrículas.

V - Casos especiais de solicitação de vaga serão analisados e decididos pela equipe técnica da Secretaria de Educação e Coordenação do CEMEI.

## SEÇÃO I

### Da Matrícula

Art. 41. A matrícula do aluno será efetuada somente pelos pais ou responsável legal.

Parágrafo único. A matrícula somente será efetivada mediante a entrega dos documentos especificados nas normas internas do CEMEI.

Art. 42. Os períodos para a matrícula obedecem as normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com as atividades do CEMEI.

Art. 43. A matrícula no CEMEI compreende:

I - Admissão da criança mediante a existência de vaga, observando-se a idade regular de ingresso;

II - Rematrícula.

Parágrafo único. O número máximo e mínimo de crianças por turmas, é estabelecido de acordo com a capacidade física da sala de aula e atendimento de alunos com deficiência, sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação e em conformidade com as normativas do Conselho Municipal de Educação;

Art. 44. A manutenção da Matrícula no CEMEI dependerá da

frequência da criança, podendo esta ser desligada nos seguintes casos:

I - Faltas não justificadas por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

II - Após ser atingido o limite de idade da criança, previsto no Art. 35 e 36 deste Regimento;

III - A pedido expresso dos pais ou responsáveis legais;

IV - Por motivo de transferência.

Parágrafo único. As matrículas por tranferências somente serão aceitas havendo vagas.

## CAPÍTULO VI

### Da Avaliação

Art. 45. A avaliação na Educação Infantil tem por finalidade verificar a adequação do desenvolvimento da criança face aos objetivos propostos, levando-se em consideração as características da faixa etária.

Art. 46. A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento do aluno sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 47. As observações sobre o desenvolvimento dos alunos deverão ser registradas em ficha de avaliação, retratando o processo de evolução.

Art. 48. As Avaliações, individuais, registradas de forma descritiva serão entregues aos pais em reuniões pedagógicas semestrais.

Parágrafo único. A elaboração das avaliações é de responsabilidade do professor que é referência em cada sala de aula sob a supervisão da coordenação e equipe pedagógica da Secretaria.

## CAPÍTULO VII

### Disposições Gerais

Art. 49. Os casos não previstos neste Regimento serão decididos pela coordenação e equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 50. Por se tratar de um documento de cunho normativo-pedagógico, a sua revisão fica condicionada a aprovação pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 51. Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário

MAURICIO PENSO

Presidente em exercício do Conselho de Educação

Videira, 29 de Setembro de 2011.

## **Resolução Nº 012/2011 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC

FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 012/2011

Dispõe sobre a contratação excepcional para o cargo de Conselheiro Tutelar do município de Videira - SC

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sob ata nº 156 de 29 de setembro de 2011, a contratação excepcional da Psicóloga, senhora Macleise Trento,



até o mês de dezembro deste mesmo ano, para assumir como conselheira tutelar no município de Videira- SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

KATIANI G. DE MORAIS  
Presidente do CMDCA

**Resolução Nº 013/2011 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS da CRIANÇA e do ADOLESCENTE**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC

FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 013/2011

Dispõe sobre a contratação excepcional para o cargo de Conselheiro Tutelar do município de Videira - SC

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar sob ata nº 157 de 05 de outubro de 2011, a contratação excepcional da Psicóloga, senhora Sirlei Cruz da Silva Bianchin, até o mês de dezembro deste mesmo ano, para assumir como conselheira tutelar no município de Videira- SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

KATIANI G. DE MORAIS  
Presidente do CMDCA

**Portaria Nº 0762/11**

PORTARIA nº 0762/11

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 13454/11,

**RESOLVE**

Exonerar, a pedido, JUCELI BALDISSERA FELCKILCKER, do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, nível E-PE-ANS-I, admitida pela Portaria nº 0295/11.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0753/11**

PORTARIA nº 0753/11

Torna sem efeito a Portaria nº 0039/11, que designou servidor para exercer Função Gratificada

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Tornar sem efeito, a partir de 1º de outubro de 2011, a Portaria nº 0039/11, que designou a servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Setor de Patrimônio, símbolo FG-4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2011.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0754/11**

PORTARIA nº 0754/11

Designa Izabel Aparecida Balbinott para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Designar IZABEL APARECIDA BALBINOTT, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAU-I, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2011.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0755/11**

PORTARIA nº 0755/11

Determina que o servidor Vanderlei Magaldi exerça suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12731/2011,

**RESOLVE**

Determinar que, VANDERLEI MAGALDI, admitido para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, E-PE-OPE-I, exerça suas funções,

a partir de 1º de outubro de 2011, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, podendo, por interesse público, ser removido.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2011.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0756/11**

PORTARIA nº 0756/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 03 de outubro de 2011 a 1º de novembro de 2011, o gozo de férias da servidora NOILVE IUNG DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional Especializado, referente ao período aquisitivo de 19 de maio de 2010 a 18 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0757/11**

PORTARIA nº 0757/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 03 de outubro de 2011 a 1º de novembro de 2011, o gozo de férias da servidora CLAUDIA BERTOTTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 27 de novembro de 2009 a 26 de novembro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0759/11**

PORTARIA nº 0759/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 03 de outubro de 2011 a 1º de novembro de 2011, o gozo de férias do servidor MILTO ZANCANELLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Operacional, referente ao período aquisitivo de 11 de setembro de 2010 a 10 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0760/11**

PORTARIA nº 0760/11

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13332/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13332/2011.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0761/11**

PORTARIA nº 0761/11

Admite Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e no Memorando nº 578/2011 - SAU, da Secretaria de Saúde e Ação Social, bem como na Portaria de Nomeação nº 0672/11 e no Termo de Posse nº 011/2011,

**RESOLVE**

Admitir, HERALDO METZKER FILHO, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de outubro de 2011.

Videira, 06 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0763/11**

PORTARIA nº 0763/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

JANINE LOUISE DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº0758/11**

PORTARIA nº 0758/11

Nomeia Membro do Conselho Tutelar

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,  
Considerando o contido na Ata nº 156, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**NOMEAR**

MACLEISE TRENTTO, para exercer a função de Conselheiro Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2011.

Videira, 03 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Decreto Legislativo Nº 003/2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2011

APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 2009, da Prefeitura Municipal de Videira (SC), em consonância com o Parecer Prévio nº. 137/2010, emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mantendo, entretanto, as restrições apontadas no relatório DMU nº. 3233/2010 do Processo nº. PCP 10/00111102.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2011

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

O presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

Secretária



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto Nº 071/2011

DECRETO Nº 071/2011

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação dos seguintes Veículos:

PEUGEOT BOXER M330M HDI, ANO DE FAB/MOD 2005/2006, COR BRANCA, CHASSI 936ZBPMMB62001894, POTÊNCIA 127CV, 16 PASSAGEIROS PLACA MJC-7290.

VILMAR CANI - Presidente

EDGAR BORGES VIEIRA - Secretário

RUDINEI KOEHLER - Membro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Em 07 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 179/2011

P O R T A R I A Nº 179/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve SUSPENDER:

de acordo com o Artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância constantes da Portaria nº 079/2011, referente ao processo administrativo instaurado para apurar denúncia em desfavor do servidor NILSON FAUSTO, diante da juntada de atestado médico ao processo.

Após decorrido o prazo de suspensão, retomar-se-ão os trabalhos da comissão.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 06 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 06/10/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 180/2011

P O R T A R I A Nº 180/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PAULO ROBERTO DE FREITAS

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 27/09/2011 a 11/10/2011, conforme Atestado Médico do Dr. Alex Camacho, CRM/SC 13.106, sendo que a partir desta data o servidor deverá ser encaminhado ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### Portaria Nº 181/2011

P O R T A R I A Nº 181/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FABIANA DE SENA LANZMASTER

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 03/10/2011 a 17/10/2011, conforme Atestado Médico do Dr. Rommel Severo Teixeira da Cunha, CRM/SC 3661, sendo que a partir desta data a servidora deverá ser encaminhada ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.



Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 182/2011**  
P O R T A R I A Nº 182/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 13, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ZENITA IGNACZUK WALDRICH  
Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a função de GERÊNCIA DE DIREÇÃO da Escola Municipal Serra da Abelha, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, dentro da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no vencimento do cargo efetivo, proporcional à carga horária.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de Outubro de 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Consórcios

### CIGA

**Termo Aditivo Nº 01 ao Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011**

TERMO ADITIVO Nº 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

Considerando que no dia 06 de novembro de 2011, data de realização da prova do respectivo Concurso, haverá também a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) no período vespertino, o Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições, efetua a seguinte alteração:

1. Retifica o turno previsto para a realização da prova, disposto no item 5.1.2 do edital, que passa a ter a seguinte redação:

5.1.2. A realização da prova está prevista para o turno matutino, podendo sofrer alterações de acordo com a Comissão do Concurso Público.

Florianópolis, 7 de outubro de 2011.  
EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

### CINCO

**Aviso do Pregão Presencial n. 0005/2011**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2011  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Material Ambulatorial e Instrumentais, de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Videira, durante o período de 25 de outubro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 24/10/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 06 de outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo em Exercício.